

CÉSAR ROBERTO CASTRO CHAVES

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BAIRRO DO DESTERRO:

Estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís - MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandes Corrêa.

São Luís
2012

CÉSAR ROBERTO CASTRO CHAVES

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BAIRRO DO DESTERRO:

Estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís - MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Fernandes Corrêa (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

A minha família, pela educação e atenção que sempre me proporcionaram.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada poderia acontecer em minha vida, Ele é a razão de tudo de bom que tem ocorrido, inclusive felicidade de ter a família maravilhosa que tanto me proporciona momentos felizes.

A minha mãe Graça, que apesar de todas as adversidades soube me educar e ensinar os bons caminhos da vida.

A minha esposa e sempre companheira, Talita Cléa, que nunca deixou de estar ao meu lado, de motivar-me nos momentos em que pensei e desistir.

A minha filha Isabela, que mesmo tendo apenas quatro anos de idade sempre demonstrou grande respeito para com os meus momentos de estudo, assim como nas ausências do dia a dia devido ter que cumprir com compromissos acadêmicos e profissionais.

A minha Avó, Tios, Tias, Irmã e demais familiares que tanto contribuíram com a minha trajetória de vida.

A Alexandre Fernandes Corrêa, professor de todas as horas, orientador, amigo, que desde o início dessa trajetória depositou grande confiança nesse trabalho, motivando-me a trilhar a vida acadêmica e profissional.

A Adriana Cajado (*in memoriam*), que mesmo não estando mais entre nós, diversas vezes motivou essa pesquisa, tendo contribuindo com inúmeras reflexões durante a disciplina Identidade e Memória.

As professoras Sandra Nascimento e Márcia Manir por ter-me dado à oportunidade de ingressar no mestrado na condição de aluno especial no ano de 2009, o que contribui bastante em termos de conhecimentos adquiridos, que foram, sem dúvida alguma, determinantes para a futura aprovação na seleção do Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade – PGCULT em 2010.

Ao Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade - PGCULT, pelos conhecimentos adquiridos que são de primordial importância para a minha vida acadêmica e profissional.

Aos amigos de turma e de programa, em especial Bruno, Ediane, Janete, Patrícia, Josie, Flávia, Andréia, Mariza, Lindevania, Polyana, pelos breves momentos e discussões acadêmicas.

Ao grupo de pesquisa em estudos culturais GPEC/CRISOL, essencial para a construção de novos saberes sociológicos.

Aos professores e amigos do Curso de Turismo da UFMA, que sempre depositaram grande esperança e expectativas em relação a minha jornada acadêmica desde os tempos de graduação.

A FAPEMA, que por meio de bolsas-auxílio subsidiou a construção dessa investigação no campo do patrimônio cultural em São Luís.

Ao meu Amigo Nezinho, que devido a sua grande importância comunitária, construída ao longo de toda a sua vida no bairro do Desterro, proporcionou-me oportunidades ímpares de pesquisa naquela comunidade.

A União de Moradores do Centro Histórico de São Luís, pela abertura proporcionada junto à comunidade.

A Seu Zeca, Dennis, Fonseca, Dalmir Campos, Paulo César e Cidvan, que dedicaram diversos momentos de seu precioso tempo para colaborarem junto a construção dessa pesquisa.

As muitas pessoas que gostaria de aqui marcar seus nomes, mas que em virtude da necessidade de ser breve, deixo os meus mais sinceros agradecimentos e pedidos de obrigado.

Enfim, obrigado a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a execução dessa pesquisa.

“[...] temos que procurar dar à comunidade um status de vida que lhe permita entender por que determinado prédio está sendo preservado. Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”. Aloísio Magalhães

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa social sobre os programas de educação patrimonial no bairro do Desterro, de modo a discutir e refletir sobre alguns aspectos que parecem caracterizar a retórica da patrimonialização em São Luís - MA. Na busca pela compreensão da lógica preservacionista local, em meio a conflitos e enfrentamentos por parte de instâncias sociais menos favorecidas e órgãos de preservação, esse trabalho, apoiado nos teóricos dos Estudos Culturais, teve como objetivo perceber e discutir a natureza dos enfrentamentos, conflitos e imperativos na gestão patrimonial do centro histórico de São Luís, especialmente pela circunstância do bairro do Desterro, caracterizar-se pelo uso predominantemente residencial. Percebemos que, a partir dos dados obtidos com a pesquisa, a realidade local revela um quadro sócio-cultural no qual as políticas públicas de patrimônio têm sido pautadas em práticas pouco participativas e democráticas. Constata-se a ausência de instâncias mediadoras dos pontos de conflito - como na inexistência de conselhos de cultura e de patrimônio -, entre setores comunitários e poder público, prevalecendo o apelo às grandes narrativas discursivas do patrimônio histórico. Tais narrativas têm servido para ocultar os diversos conflitos, ao cultuar o monumento de pedra e cal, de viés elitista, em detrimento dos usos sociais do patrimônio, ou seja, das representações, temporalidades e necessidades imediatas das pessoas que moram ou fazem algum tipo de uso cotidiano do centro histórico de São Luís - MA.

Palavras-chave: Políticas de Patrimônio. Educação Patrimonial. Conflito e Enfretamento.

RÉSUMÉ

Il s'agit d'une enquête sur les programmes sociaux d'éducation au patrimoine dans le quartier du Desterro, de discuter et de réfléchir sur quelques aspects qui semblent caractériser la rhétorique de la patrimonialisation à São Luís - MA. Dans la quête de la compréhension de la logique préservationniste lieu au milieu des conflits et des confrontations par cas préservation sociale et orgue défavorisés, ce travail a soutenu la théorie des études culturelles, visant à comprendre et à discuter de la nature des affrontements, les conflits et impératifs de gestion d'actifs dans le centre historique de Saint-Louis, en particulier par le fait que le quartier de l'exil, caractérisé par l'utilisation dominante résidentielle. Nous sommes conscients que, à partir des données obtenues à partir de la recherche, de la réalité locale révèle un cadre socio-culturel dans lequel les politiques du patrimoine public ont été guidés par participatif peu pratique et démocratique. Il y a eu un manque de médiations de points chauds - comme en l'absence d'avis de la culture et du patrimoine - entre les secteurs gouvernementaux et communautaires, l'appel vigueur discursive aux grands récits du patrimoine historique. Ces récits ont servi à cacher les différents conflits, pour adorer le monument de pierre et de chaux, de parti pris élitiste au détriment des usages sociaux de la propriété, c'est à dire, des représentations, des temporalités et des besoins immédiats des personnes qui vivent ou faire une sorte de utilisation quotidienne du centre historique de São Luís - MA.

Mots-clés: Politique du patrimoine. Éducation au patrimoine. Conflit et d'adaptation.

LISTA DE FOTOGRAFIAS E FIGURAS

Foto 1	Interior do Museu do Holocausto em Jerusalém.....	52
Foto 2	Academia Maranhense de Letras.....	55
Foto 3	Fábrica Santa Amélia.....	55
Figura 1	Imagem do Centro Histórico da Cidade de São Luís.....	56
Foto 4	Proposta de Renovação Urbana da Praia Grande.....	57
Foto 5	Arquiteto Americano John Gisiger.....	57
Foto 6	Plenária da 1ª convenção da Praia Grande.....	58
Foto 7	Secretário de Planejamento do Estado, João Rebelo, em reunião com os feirantes no antigo restaurante do Basílio, na Feira da Praia Grande - 1979.....	61
Foto 8	Ex-Governador do Estado do Maranhão em visita a obras do Projeto Reviver, na década de 1980.....	62
Foto 9	Ação Comunitária em prol da preservação realizada pela Associação Comunitária do Centro Histórico de São Luís - MA.....	68
Foto 10	A Fonte do Ribeirão volta a ser ocupada nesta sexta-feira, a partir das 17h30: em mais um ato simbólico e pela cidadania, intitulado ‘Sarau e Varal’.....	68
Foto 11	Residência (Perfil) de um morador do Desterro sentenciada pela justiça	72
Foto 12	Residência (Frente) de um morador do Desterro sentenciada pela justiça.....	72
Foto 13	Patrimônio Histórico no centro de São Luís ameaçado de cair.....	74
Foto 14	Casarão desmoronado em São Luís.....	74
Foto 15	Entrega de apartamentos do Edifício Humberto de Campos à comunidade do Centro Histórico de São Luís.....	75
Foto 16	Casarão reformado por italianos no Bairro da Praia Grande, onde funcionam uma pousada e uma pizzaria à italiana.....	77
Figura 2	Metodologia da Educação Patrimonial.....	82
Figura 3	Zoneamento atual do centro histórico.....	86
Foto 16	Bairro do Desterro.....	88

Foto 17	Igreja do Desterro.....	89
Figura 4	Localização do Desterro no mapa do centro histórico de São Luís.....	92
Foto 18	Jovens em atividades de educação patrimonial na Igreja do Desterro....	94
Foto 19	Encerramento do projeto “Viver o Desterro”	95
Figura 5	Folder do Projeto “Kitanda dos Saberes”	97
Figura 6	Placa em homenagem aos moradores antigos do Desterro.....	98
Foto 20	Crianças jogando futebol no largo do Desterro.....	99
Foto 21	Armas apreendidas pela polícia militar no centro histórico de São Luís.	100
Figura 6	Planilha de gastos do projeto Cores de São Luís.....	109
Foto 22	Moradores em reunião com técnicos da FUMPH.....	111

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APROSMA	Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COPEDOC	Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DPHAP	Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico
FNpM	Fundação Nacional pró-Memória
FUMPH	Fundação Municipal do Patrimônio Histórico
GPEC	Grupo Pesquisas em Estudos Culturais
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPAC	Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
NEABI	
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZBM	Zona do Baixo Meretrício

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O CONFLITO A PARTIR DA POLÍTICA FEDERAL DE PRESERVAÇÃO.....	22
1.1 O modernismo e a Política Federal Preservacionista.....	29
1.2 O Patrimônio Cultural Nacional e suas Grandes Narrativas Discursivas.....	40
2 CONSENSO E DISSENSO NO ESPAÇO SOCIAL DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA.....	51
2.1 A Construção da Patrimonialização.....	54
2.2 Consenso e Conflito em torno do Patrimônio.....	67
3 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA.....	80
3.1 Concepções e Críticas acerca da educação Patrimonial.....	80
3.2 O Bairro do Desterro.....	85
3.3 Enfrentamentos no Desterro.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
Anexos.....	118
Apêndices.....	125

INTRODUÇÃO

As políticas de patrimônio foram iniciadas no Brasil a partir das décadas de 1920 e 1930, sua institucionalização se deu somente com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), após a publicação do Decreto Lei 25/1937.

No referido Decreto-lei de 1937, mais especificamente em Art. 1º, Capítulo I, a definição de patrimônio do ponto de vista legal é a seguinte:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Ao longo da trajetória histórica da construção do patrimônio nacional, brevemente descrita com referência a estudiosos consagrados do patrimônio no capítulo I dessa pesquisa, podemos perceber claramente o quanto o Estado tem se constituído no grande ator das políticas de preservação no Brasil.

O processo de legitimação do patrimônio tem sido pautado em discursos políticos com base em critérios técnicos, ou seja, dos “peritos” (GIDDENS, 1991), e se sobreposto a diversas outras noções acerca dos bens patrimonializados no país.

O ponto de partida dessa pesquisa constitui no dever acadêmico de questionamento da ausência de participação social nas políticas de patrimônio no Brasil. Políticas essas que desde a década de 1930 têm sido construídas em meio a programas políticos específicos, interessados na memória social, tanto em âmbito nacional quanto local, gestadas de formas não participativa e democrática.

A ausência de participação social na gestão do patrimônio tem provocado o estranhamento de grande parte da sociedade em relação ao patrimônio oficial, assim como o encadeamento de diversos conflitos em relação à gestão patrimonialista, tomando como objeto de estudo o centro histórico de São Luís, mais especificamente a comunidade do Desterro.

O conceito de patrimônio, utilizado nessa pesquisa, toma como referência o pensamento de Canclini (2003), que o define enquanto um repertório fixo de tradições condensadas em monumentos e objetos, sem a garantia de usos sociais; e de Choay (2001, p. 11), que designa patrimônio como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se

ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”, constituindo-se em um conceito “mutante”, e que tem sofrido diversas modificações ao longo do tempo e do espaço.

Buscando fugir de possíveis armadilhas conceituais e epistemológicas ao tentar conceituar patrimônio, preferimos nessa pesquisa tratá-lo enquanto uma ideia, conceito não fixo, algo construído de forma histórica e social, inclusive por pessoas simples, não necessariamente letradas, embora a história oficial do patrimônio mostre o contrário, devido ao fato de que a maior parte do que chamamos de patrimônio e cultura nacional refletir diretamente a história das elites brasileiras.

A ideia de patrimônio, portanto, tem sido naturalizada pelos gestores do patrimônio no Brasil, sendo o mesmo visto como um dom, um tesouro que devemos preservar, legitimado pelo que Canclini (2003) denomina de “cumplicidade social”. Cumplicidade essa que abrange restauradores, arqueólogos e outros “especialistas do passado”, os peritos do patrimônio, criticados por esse autor por negarem e omitirem os “usos sociais do patrimônio”.

Da omissão dos usos sociais do patrimônio surgem processos discursivos legais, que estabelecem vontades de verdade em torno da cultura patrimonializada, de modo a sujeitar saberes que são tidos como populares, não científicos, pertencentes a grupos sociais menos favorecidos, que têm tido seus conteúdos históricos “sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (FOUCAULT, 2005, p. 11) de legitimação do patrimônio.

Por “saberes sujeitados”, Foucault (2005) entende que constituem uma série de saberes desqualificados como saberes não conceituais, insuficientemente elaborados, inferiores, que estão abaixo no nível de conhecimento requerido, tal como o saber das pessoas comuns que moram em sítios históricos, que constroem suas próprias representações acerca do seu lugar de moradia, pois antes de tudo o patrimônio é o lugar onde moram, é seu bairro, sua casa, seu lugar de convivência, sociabilidades e conflito.

O processo de gestão e legitimação do patrimônio tem se pautado em estratégias educacionais conhecidas no Brasil como educação patrimonial. Essa educação consiste em um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional pautado no patrimônio” que “busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

A proposta de uma educação pautada no patrimônio partiu de técnicos de várias formações, de especialistas do patrimônio, em meio institucional, ou seja, museus e órgãos de preservação, que buscaram traçar metas e metodologias de apropriação do patrimônio cultural brasileiro, culminado com um documento chave, pioneiro na política nacional de educação patrimonial: o Guia Básico de Educação Patrimonial, elaborado pelo Museu Imperial em 1999 e chancelado pelo IPHAN como diretriz para ações educativas pautadas no patrimônio.

O Guia Básico de Educação Patrimonial consiste em um documento que apresenta metodologias que orientam como o patrimônio deve ser vivenciado por públicos de variadas faixas de idade, bem como deve ser ensinado nas escolas, servindo de base para toda e qualquer experimentação do patrimônio aliada à educação, tomando como conteúdos o patrimônio oficial.

Enquanto instrumento de alfabetização cultural, a metodologia da educação patrimonial criada no Brasil, por ser extremamente genérica, parte de determinados argumentos cruciais para a sua legitimação e implantação, tais como: as pessoas não fazem uma leitura crítica do mundo que os rodeia, não compreendem a trajetória histórica em que estão inseridas, sofrem com baixa auto-estima, não valorizam por não conhecerem o patrimônio, devendo ser alfabetizadas culturalmente para valorizarem e compreenderem a cultura brasileira como múltipla e plural.

A educação patrimonial surge no contexto preservacionista brasileiro como forma de legitimar e comunicar o patrimônio oficial de modo a tentar aproximar a gestão do patrimônio do corpo social, principalmente dos setores da sociedade no qual se estabelecem pontos de conflito entre poder público e instâncias sociais ligadas diretamente aos usos do patrimônio.

A partir desse jogo de interesses e conflitos diversos entre setores sociais mais populares e poder público, representado pelos órgãos de preservação, com todo o seu poder de polícia, surge a necessidade institucional de preservação do patrimônio, pautada no cumprimento das normas legais, de modo a promover o reconhecimento do mesmo por parte dos moradores do centro histórico e sociedade civil como um todo através de processos educativos formais e não formais.

A educação, aliada ao patrimônio, surge da necessidade do Estado criar soluções em relação aos múltiplos problemas que advém da materialidade do patrimônio e das mais variadas formas de representar e se apropriar do mesmo, muitas vezes contrárias às recomendações oficiais de uso. Um exemplo clássico desse conflito é a polêmica questão do

direito de propriedade por parte dos proprietários de imóveis tombados ou em área de tombamento, que têm uma rígida restrição de uso de seus imóveis, o que cria grandes impasses entre moradores e poder público, geralmente “resolvidos” em âmbito judicial.

A educação patrimonial emerge no pensamento preservacionista brasileiro no contexto da década de 1980, com as experiências do Museu Imperial enquanto metodologia a ser aplicada junto a moradores de centros históricos, assim como em crianças, adultos, idosos, visitantes de museus, alunos de escolas e sociedade em geral, como forma de resolver os problemas da falta de conhecimentos que as pessoas teriam sobre o patrimônio, argumento este que se baseia no fato de que o “analfabetismo cultural” do brasileiro seria o motivo da não preservação do rico acervo cultural nacional.

Para fins dessa pesquisa, a educação patrimonial é entendida em meio ao pensamento preservacionista nacional enquanto retórica que busca reproduzir práticas preservacionistas hegemônicas, sem a devida problematização dos conflitos cotidianos da cena preservacionista, num contexto institucional que ela, a educação, é evocada como panaceia do patrimônio na atual gestão do patrimônio.

Para pensarmos a educação patrimonial enquanto prática discursiva utilizada de modo retórico na gestão do patrimônio, partimos da análise do Guia Básico de Educação Patrimonial como condição básica para a realização de todas e quaisquer ações educativas pautadas no patrimônio cultural brasileiro. Pontuaremos seu modo retórico de perceber o patrimônio e sua omissão em relação às noções socialmente estabelecidas sobre o patrimônio das pessoas simples, sem formação acadêmica ou elitista, pessoas essas consideradas analfabetas culturais pela política federal de patrimônio.

Utilizamos ainda análises já realizadas por outras pesquisas em relação às mais diversas ações educativas realizadas no Desterro desde o ano de 2004, pontuando os processos de imposição ideológica que objetiva a legitimação do pensamento oficial preservacionista, entendendo a educação patrimonial enquanto metodologia e/ou estratégia essencial para a atual gestão do patrimônio no Brasil e em São Luís.

Para utilizarmos o conceito de “ideologia” nessa pesquisa uma linha de pensamento converge com a de Terry Eagleton (1997), partindo da ideia de que o respectivo termo consiste em um complexo tecido com diversos fios conceituais que podem nos fazer cair em equívocos conceituais devido às especificidades típicas desse conceito em mutação, composto por diversas formulações, portanto difícil de conceituar.

Eagleton listou cerca de dezesseis definições de ideologia, dentre elas buscamos uma que pudesse servir para pensar as construções históricas do patrimônio, entendendo ideologia como “processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social” envolto a práticas discursivas que têm legitimado o patrimônio das classes elitistas enquanto história oficial de todos, encobrindo e omitindo discursos, práticas sociais e saberes populares em torno do patrimônio, em virtude de não se enquadrarem nos propósitos oficiais da gestão do patrimônio.

Nesse sentido, a chamada educação patrimonial, que surgiu após décadas de ausência de participação social efetiva e democrática nas políticas de patrimônio, tem assumido, nos últimos anos, papel de destaque nas atuais configurações políticas do patrimônio, passando a ser a responsável por construir um elo inexistente de cooperação entre a sociedade civil e o Estado, por meio do patrimônio.

Os projetos políticos patrimonialistas almejam sua legitimação, em suas práticas atuais, por meio da aplicação de metodologias educativas aplicadas, que são expressos nas chamadas cartilhas de educação patrimonial, objetivando criar nos indivíduos o “dever de memória” (JEUDY, 2005). Nesse caso não se leva em consideração conflitos e sociabilidades, desconsiderando representações cotidianas sobre o patrimônio, impondo critérios técnicos e academicistas, o que muitas vezes conflita com as necessidades imediatas das pessoas que moram nesses espaços patrimonializados, tais como emprego, renda, moradia e segurança.

A aplicabilidade de tais práticas educativas tem o objetivo de promover a “alfabetização cultural” da maioria dos indivíduos, considerados incapazes de preservar o patrimônio por desconhecerem o valor conferido ao mesmo, técnica e politicamente, justificando o lema patrimonialista institucional: “conhecer para preservar”.

Torna-se importante destacar os conflitos com os quais a maioria das pessoas, que moram em sítios históricos protegidos ou que fazem uso dos mesmos, e que convivem diariamente como os moradores do Centro Histórico de São Luís. Elevando a importância da função social da memória e do patrimônio cultural na sociedade brasileira contemporânea, tal como propôs Corrêa (2003), considerando o conflito entre os agentes de preservação e as mais diversas personagens envolvidas na cena patrimonial atual, especialmente em relação à comunidade do Desterro, em São Luís - MA.

A escolha pelo bairro do Desterro deve-se, essencialmente, ao seu tipo de uso praticamente residencial, embora abrigue uma série de empreendimentos comerciais ligados à comunidade, tais como fábricas de gelo, venda e distribuição de pescados, gráficas, lojas de

bicicletas, dentre outras. A pesquisa tem sido orientada sobre um universo social compreendido entre as adjacências do Convento das Mercês, Portinho e da Igreja do Desterro, tomando como objeto de estudo a comunidade considerada mais antiga e tradicional do bairro, envolvida diretamente em problemáticas de uso residencial relacionadas ao patrimônio, e às condições de uso e permanência no bairro.

Compartilhamos da ideia de que tais políticas se dão em meio a diversas relações de poder; e essas políticas e ações visam trazer aquela comunidade para o seio das políticas de preservação, mesmo que por vezes essas orientações desconsiderem as concepções, valores e representações simbólicas daquela comunidade em torno do patrimônio. Dessa maneira fazem surgir conflitos e contradições ideológicas, não somente em relação ao órgão máximo de preservação na área (IPHAN), como ao poder público em geral.

Implícito à tarefa de educar para o patrimônio, de modo a promover a cumplicidade social sobre o mesmo, fazendo emergir na própria constituição dos indivíduos um “dever de memória” (JEUDY, 2005), existiria uma relação entre Estado, Classe e Patrimônio que tem beneficiado historicamente as classes dominantes e sua cultura em detrimento dos setores populares, menosprezados em seu saber e noções cotidianas?

A partir desse questionamento central poderíamos indagar, no presente estudo, quem deve ser educado, para quê e para quem? Por que a educação patrimonial parte somente do patrimônio pertencente às elites nacionais? Patrimônio esse consagrado e legitimado como de todos, quando na verdade os antepassados das comunidades que hoje habitam os centros históricos, em sua maioria, foram os que construíram a cultura edificada dos sítios históricos, mas de forma escrava, subalterna, tendo seu papel omitido na construção da cultura oficial nacional.

Emergem dessa problemática, diversas outras questões que também têm norteado este trabalho, tais como: será que as intervenções de cunho preservacionista e revitalizador, tais quais as que têm ocorrido no Centro Histórico de São Luís, são capazes de revelar as metamorfoses do território e as maneiras como elas são vividas pelos seus moradores? Estaríamos negando formas de ser e estar nestes espaços, em meio a mecanismos de imposição ideológico-discursivos e simbólicos? Os conflitos e as sociabilidades, assim como as representações, cotidianamente elaboradas pelas pessoas que moram nestes espaços são levados em conta pela gestão do patrimônio?

Para fins dessa pesquisa, procuramos situar o “discurso” ou “retórica” da educação patrimonial em meio aos conflitos na cena do patrimônio, discurso esse

institucionalmente gestado com o intuito de resolver e/ou amenizar os conflitos e transgressões da norma legal patrimonialista, por meio da chamada “sensibilização” para o patrimônio.

O envolvimento com esta temática, assim como em relação às comunidades do centro histórico de São Luís, se deu devido a minha atuação em um dos diversos programas de educação patrimonial implementados no centro histórico, como agente de preservação patrimonial no Programa Reviver o Desterro em 2005, na qual eu e diversos alunos de graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) tínhamos a função de distribuir cartilhas educativas aos moradores e proprietários de imóveis de todo o perímetro tombado pelo IPHAN em São Luís. Além de orientar e fornecer informações técnicas aos moradores, nós tínhamos a função aproximar a comunidade dos órgãos de preservação, experiência essa que nos revelou as noções, que embora não oficiais, os moradores faziam em torno do patrimônio.

Ao longo dessa pesquisa, buscamos realizar uma intensa observação participante em torno do nosso objeto de estudo, em um período compreendido entre os anos de 2010 e 2012, de modo a satisfazer o objetivo geral desse trabalho, que consiste em refletir e compreender como se dão as relações conflituosas em torno do patrimônio no bairro do Desterro, partindo não apenas dos documentos e políticas oficiais, mas também das representações cotidianas que as pessoas simples fazem sobre o patrimônio, comumente chamadas de “analfabetas culturais”.

Como metodologia, a pesquisa é de caráter qualitativo, e girou basicamente em três aspectos: primeiro houve um vasto processo de leitura, escrita de resumos, fichamentos e artigos que foram apresentados à sociedade acadêmica de modo a testar ideias e conceitos de autores críticos do modelo preservacionista que herdamos em terras tupiniquins; num segundo momento, o trabalho consistiu em pesquisa de gabinete junto a bibliotecas e arquivos dos próprios órgãos de preservação, jornais, além de resgate de parte do material pesquisa quando da pesquisa de monografia, ainda na graduação. Já no terceiro momento, a pesquisa se concentrou metodologicamente em torno de diversas entrevistas, algumas junto a gestores e antigos gestores do patrimônio em São Luís, além de conversas com representantes de diversos setores da comunidade, tais como líderes comunitários, antigos e novos moradores.

Todas as entrevistas foram de caráter aberto e amplo, sem o uso de questionários previamente delimitados, pois o objetivo era se aproximar das pessoas de forma a estabelecer relações de confiança, sem contornos de formalidade. As conversas foram gravadas de forma

informal, algumas com horas de áudio, e por diversas vezes foram realizadas em momentos variados com os mesmos indivíduos, o que justifica a escolha pela não transcrição integral das conversas e a não identificação nominal dos sujeitos entrevistados, em sua maioria.

Foram ouvidos gestores da Fundação Municipal de Patrimônio e antigos gestores do Departamento Estadual de Patrimônio por conta da falta de contato com os gestores atuais do referido órgão. Com relação ao IPHAN, as inúmeras tentativas de contato para entrevista foram frustradas, pois realizamos contatos todas as segundas feiras e éramos informados da agenda cheia da superintendente do referido órgão de preservação. Optamos assim por aproveitar duas entrevistas: uma feita para a pesquisa de monografia e outra concedida no corrente ano a uma televisão local, porém disponibilizada na íntegra pela internet, com a superintendente do IPHAN no Maranhão.

O desafio dessa pesquisa tem sido o de compreender, sociologicamente, as mais variadas realidades no âmago das relações sociais do centro histórico de São Luís, mais precisamente do Desterro, onde a problemática do patrimônio situa-se entre as relações naturalizadas de poder dos órgãos de preservação que atuam no bairro e as compreensões cotidianas daquela comunidade em torno de suas memórias, heranças e identidades, denominadas pelo discurso institucional preservacionista de patrimônio cultural.

Em virtude de se tratar de uma pesquisa de mestrado, na qual não apenas o pesquisador autor tem participação/contribuição, mas o corpo docente do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, por meio de algumas disciplinas específicas, que foram de suma importância para a realização dessa pesquisa, assim como os grupos de pesquisa, além de diversas outras pessoas que direta ou indiretamente têm contribuído para a realização desse estudo, percebemos a necessidade de tratar o trabalho como uma pesquisa de um único autor, mas com participação coletiva, decorrendo dessa conjuntura a escolha da colocação pronominal na primeira pessoa do plural, com exceção do resumo, que devido uma questão de norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Nessa perspectiva, o trabalho foi devidamente estruturado em partes que vão desde a introdução, na qual consta a problematização e relevância social e acadêmica dessa pesquisa. Segue nesse documento o capítulo I, que buscou situar a educação patrimonial a partir da construção histórica e discursiva das políticas de patrimônio no Brasil e Maranhão, pontuando o quanto tais políticas foram implantadas pelo Estado de forma não democrática, fazendo emergir conflitos e estranhamentos ao que, institucional, técnica e juridicamente, passou a ser chamado de patrimônio.

Posteriormente, no capítulo II, buscamos tratar do consenso discursivo que se estabeleceu a partir das políticas de preservação no Brasil em Maranhão, recuperando a construção histórica patrimonial da cidade de São Luís; consenso esse que, embora estabelecido, não eliminou os conflitos em torno do patrimônio, principalmente no que tange à relação entre setores de comunidades que habitam o centro histórico e poder público.

No último capítulo tentamos tratar da recente relação entre educação e patrimônio no centro histórico de São Luís, especialmente no que diz respeito às aplicabilidades de diversas ações educativas junto à comunidade do bairro do Desterro.

A partir das devidas concepções críticas acerca dessas políticas educacionais pautadas no patrimônio, que não têm logrado êxito em São Luís por não existir participação social, buscamos levantar e confrontar os discursos construídos pelos órgãos públicos de preservação e setores comunitários. Mostrando, de um lado, o quanto as práticas de preservação são imperativas e autoritárias, negando noções, saberes, temporalidades, conflitos e necessidades das pessoas comuns; e de outro, o quanto as pessoas comuns, tendo suas necessidades não atendidas pelo poder público, mesmo fortemente desorganizadas politicamente, agem a revelia de toda e qualquer diretriz institucional, transgredindo as normas como forma de reação aos ditames legais do patrimônio.

Em meio a todo esse ambiente em ebulição, de enfrentamentos e lutas pela permanência e moradia no centro histórico de São Luís, o que temos percebido é um cenário social repleto de conflitos que são “resolvidos” em via judicial, prevalecendo os discursos e construções ideológicas de quem tem mais poder, dos setores sociais que têm todo um aparato técnico e judicial a favor da legitimação das práticas oficiais do patrimônio, inexistindo todo e qualquer lugar ou instituições de mediação dos conflitos, assim como uma gestão compartilhada e democrática do patrimônio como prevê o texto constitucional de 1988.

1 O CONFLITO A PARTIR DA POLÍTICA FEDERAL DE PRESERVAÇÃO

[...] o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos, quer dizer, o tradicionalismo substancialista. [...] O confronto dessa ideologia com o desenvolvimento moderno, desde a industrialização e massificação das sociedades europeias nos séculos XVIII e XIX, resultou em uma visão metafísica, aistórica, do ‘ser nacional’, cujas manifestações superiores, procedentes de uma origem mítica, só existiriam hoje nos objetos que a rememoram.

Garcia Canclini

O termo patrimônio utilizado nesta pesquisa segue as acepções de Canclini (2003), sendo interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em monumentos e objetos, sem usos sociais; e de Choay (2001, p. 11), que designa patrimônio como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”, e sofreu, ao longo de sua construção histórica, transformações semânticas ao ponto de a palavra revelar a opacidade da coisa, instituindo para essa autora um “conceito nômade”. Nesse sentido, criaram-se, em torno do conceito de patrimônio, diversos questionamentos, tendo em vista que:

[...] o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais, ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra a lista do Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO. (CHOAY, 2001, p. 13).

O patrimônio, apesar de ter forte vinculação ao surgimento e consolidação dos estados nacionais, tem suas bases remetidas à antiguidade e ao período medieval, não se restringindo apenas às modernas sociedades ocidentais, industriais e capitalistas. Ao longo do tempo, os monumentos foram adquirindo novos contornos semânticos, passando da condição de elemento evocativo cultuado pelos eruditos a alvo de apreciação, principalmente estética e técnica, devido o desenvolvimento do conceito de arte a partir do renascimento e o

aperfeiçoamento de difusão do mesmo, o qual Choay (2001) denomina “Memórias artificiais”.

Em relação aos primeiros patrimônios, Choay (2001) os classifica em monumentos e monumentos históricos. Os primeiros seriam fruto de uma criação universal presente em diferentes culturas, tendo sua função deliberada a priori, preso a um passado específico, podendo ser preservado, mesmo sendo admitida a sua destruição; os monumentos históricos, por sua vez, são fruto de uma construção ocidental deliberada a posteriori, relacionando-se ao presente, e tendo sua preservação tida como algo incondicional, contexto no qual são desenvolvidos os projetos de conservação, formas de restauração e legislação patrimonial.

Esse período marca o distanciamento histórico entre o patrimônio clássico, inicialmente constituído por monumentos, objetos e edifícios históricos, e o mundo moderno e contemporâneo.

O patrimônio, tal como é concebido na contemporaneidade, constitui-se, portanto, em uma invenção moderna a partir do contexto da construção dos estados nacionais burgueses ocidentais.

A ideia de patrimônio tem sido naturalizada pelos gestores da preservação como se fosse algo que sempre existiu, um dom, tesouro que devemos preservar, sendo legitimado pelo que Canclini (2003) denomina de “cumplicidade social”. Cumplicidade esta que abrange restauradores, arqueólogos e outros “especialistas do passado”, peritos, criticados por este autor por negar e omitir os “usos sociais do patrimônio”. Enfim, o patrimônio constituiu uma:

[...] prática característica dos estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. (FONSECA, 2005, p. 21).

Foi a partir da modernidade que os contornos contemporâneos do patrimônio foram delineados, tendo forte relação com os projetos de criação das identidades nacionais burguesas ocidentais, que buscaram constituir-se por meio das grandes metas-narrativas universais que segundo Harvey (1992, p. 19), fundamenta e legitima a “ilusão de uma história humana universal”, dando forma às ideias de país, nação e povo, categorias essas que forjam os “projetos identitários nacionais” em relação estreita com o pensamento preservacionista ocidental (ANDERSON, 2008).

A partir da construção e da conseqüente ampliação do conceito de patrimônio, em escala ocidental, o mesmo passou a ser tomado como testemunho tangível e ratificador da autenticidade dos textos antigos, bem como dos monumentos e mitos fundadores, que no Brasil são consagrados nos livros de Tombo, e mais recentemente nos livros de registro do patrimônio imaterial nacional¹.

Em meio aos inúmeros estudos sobre as origens do patrimônio, há praticamente um consenso que admite suas características contemporâneas a partir do contexto da modernidade, embora muitas vezes seja omitido o seu “caráter milenar e sua ampla distribuição geográfica”, como atesta Gonçalves (2005, p. 17), estando o mesmo presente desde o mundo clássico, idade média e modernidade ocidental, sendo esse último período o responsável por imprimir os seus atuais contornos semânticos.²

O sentimento de perda das tradições pré-modernas constitui-se em uma temática discursiva estreitamente relacionada ao discurso da preservação, que emergiu com a modernidade e tem movido os projetos modernos de salvaguarda e preservação, desde a

¹ “O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, normatizou na esfera federal o ato de tombamento e é um dos instrumentos legais básicos do IPHAN. O Artigo 4º desse Decreto-Lei determina a criação de quatro Livros do Tombo, nos quais estão inscritos todos os bens culturais sob a proteção da Lei”. São eles: (1) Livro do Tombo Histórico; (2) Livro do Tombo das Belas Artes; (3) Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e (4) Livro das Artes Aplicadas. “Preservados no Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro, os Livros do Tombo constituem, portanto, o suporte físico no qual estão inscritos todos os bens protegidos pelo Decreto-Lei nº 25” (IPHAN/COPEDOC, 2009, p. 9). Em relação ao patrimônio imaterial, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando assim o programa nacional do patrimônio imaterial. Decreta em seu Art. 1º que “Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”. Ocorre esse registro nos seguintes livros: (1) Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; (2) Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; (3) Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e (4) Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, p. 2).

²Em relação ao caráter milenar e à ampla distribuição geográfica do patrimônio, Gonçalves (2005, p. 17), em “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios” diz que a categoria patrimônio [...] “não é simplesmente uma invenção estritamente moderna. Está presente no mundo clássico, na Idade Média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir (FUMAROLI, 1997, p. 101-116). Podemos dizer que, enquanto uma categoria de pensamento, ela se faz presente mesmo nas chamadas “culturas primitivas”. Estamos provavelmente diante de uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. Evidentemente, nem todas as sociedades ou culturas humanas constituem, de forma dominante, patrimônios acumulados e retidos com finalidades de troca mercantil. Muitas são aquelas cujo processo de acumulação de bens tem como propósito a sua redistribuição ou mesmo a sua ostensiva destruição, como nos casos clássicos do kula trobriandês e do potlatch no Noroeste americano (MALINOWSKI, 1976; MAUSS, 2003, p. 185-318). Nesses contextos, cabe assinalar, existem também os chamados “bens inalienáveis”, cuja natureza é definida pela impossibilidade social e simbólica de circularem amplamente, desenhando assim hierarquias fundamentais (WEINER, 1992).

França do período da Revolução Francesa até os dias atuais, situando-se no bojo da passagem da modernidade para a chamada pós-modernidade.

Seguindo a discussão acerca da passagem da modernidade para a pós-modernidade, Jameson (2007, p. 5) afirma que no estágio atual do capitalismo, batizado de globalização, a cultura passou a ter um papel de destaque no cenário global de produção, divulgação e circulação de mercadorias, não sendo ela mais uma expressão relativamente autônoma da organização social, propondo que devemos entendê-la como parte integrante essencial de uma lógica cultural específica, que este autor chama de “capitalismo tardio”, sendo que “o cultural, mais especificamente o pós-moderno, é que é a lógica deste novo estágio.”

Em relação ao termo pós-moderno, Jameson (2007, p. 13 e 16) tece o seguinte comentário:

O pós-moderno é o que tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a ‘cultura’ se tornou uma verdadeira ‘segunda natureza’.

[...] o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova (sob o nome de sociedade pós-industrial, esse boato alimentou a mídia por algum tempo), mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo.

A experiência da modernidade trouxe ao homem contemporâneo o medo de perder não somente sua “cultura” e “tradição” pré-modernas, mas também sua existência, forçando-o a viver sob o dilema da perda, motivando assim um olhar, por vezes excessivo, para um passado pré-moderno idealizado como condição essencial para a vida moderna, criando problemas em relação ao que fazer com as heranças e culturas na contemporaneidade.

Em relação ao tema modernidade, Harvey, ao tentar descrevê-la, faz uso do pensamento de Berman da seguinte forma:

Há uma modalidade de experiência vital, experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, que é partilhada por homens e mulheres, em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência ‘modernidade’. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desumanidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar’. (BERMAN apud HARVEY, 1992, p. 15).

Do seio do projeto da modernidade e de suas implicações para a vida moderna decorrem consequências profundas, tal como o fato de a modernidade não poder respeitar o seu próprio passado, bem como as ordens sociais pré-modernas num contexto social de transitoriedade, característica essencial da modernidade, que por sua vez “dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica.” (HARVEY, 1992, p. 22).

Para esse autor, a modernidade, além de promover rupturas com o passado pré-moderno, é marcada também por rupturas e fragmentações internas. No contexto da preservação, muitas cidades que buscaram empreender o projeto da modernidade tiveram que promover a ‘destruição criativa’, pois “como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes?” (HARVEY, 1992, p. 26).

A necessidade de preservação dos patrimônios de forma institucional e legal, em inúmeras cidades de todo o mundo, surgiu a partir do contexto histórico da modernidade, tendo elas enfrentado o mesmo dilema. Ou seja, ter que empreender o desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, preservar as referências culturais pré-modernas. Como exemplos clássicos, Harvey cita a Paris do Segundo Império, renovada através do projeto urbanístico de Haussmann e a Nova York pós-segunda guerra mundial, redesenhada por Robert Moses.³

Um dos mais importantes exemplos de reestruturação da cidade ocidental ante a emergência de criação da nova cidade industrial no final do século XIX foi a reformulação de Paris pelo plano Haussmann (MOREIRA, 2004). A reestruturação da cidade de Paris se deu como uma operação à base de destruição e construção de uma nova forma urbana sobre a anterior, de origem medieval, suprimindo parte da Paris medieval e alterando sua urbanidade, para criar uma nova urbanidade, tornada modelo para a maioria das capitais do mundo, o que Choay chama de urbanidade “metropolitana”.

Em meio ao projeto da modernidade, as práticas de preservação das sociedades modernas, inclusive a brasileira, surgiram em resposta “a uma situação social e histórica na

³ Em relação a Robert Moses, ele foi um grande arquiteto que durante cerca de 30 anos, foi o responsável por dar a cidade de Nova York as suas atuais feições, imprimindo ações urbanísticas polêmicas, como a “desfavelização” da cidade sem levar em conta a vida das pessoas afetadas por seus projetos. Em suma, ele provavelmente foi “o norte-americano mais poderoso de sua época que nunca ocupou um cargo público. Um dos mais polêmicos também. Durante os 30 anos em que exerceu sua arquitetura e urbanismo na cidade mais poderosa do país mais poderoso, mudou sozinho a face de Nova York, para o bem e para o mal. Não fosse por ele, não haveria o Lincoln Center, o Shea Stadium, e a sede mundial da ONU (Organização das Nações Unidas) seria em San Francisco, não em Nova York”(DÁVILA, Sérgio, 2007).

qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento.” (GONÇALVES, 1996, p. 89).

Para Giddens (1991, p. 126-127), a modernidade trouxe consigo riscos e perigos ao homem moderno, desencadeando o que esse autor chama de ‘aspecto ameaçador’ do mundo contemporâneo, devendo essa característica do mundo moderno ser analisada, sendo necessário olhar mais detalhadamente para o perfil de risco específico à modernidade, delineado por ele em uma série de categorias de risco distribuídas em sua obra.

A partir dos intensos processos de industrialização e urbanização, advindos da globalização, diversas discussões têm sido suscitadas no âmbito da preservação, gerando políticas preservacionistas em todo o mundo como forma de conter a perda dos referenciais culturais antigos em meio ao contexto social/capitalista de abertura econômica dos países ocidentais em um cenário mundial de produção e circulação de bens simbólicos, de forma cada vez mais intensa.

No que tange à interfase globalização / cultura e à questão da preservação no Brasil, as políticas de patrimônio em solo brasileiro têm sido fortemente pautadas pelo projeto de criação de uma identidade nacional, pelo sentimento de perda da tradição e pela não participação social, quer na fase heroica da preservação, dos anos trinta aos anos sessenta, quer na virada do patrimônio de pedra e cal para as referências culturais brasileiras, onde houve o alargamento do conceito em território nacional, dos anos setenta aos oitenta, com marcante atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, respectivamente, assim como no momento atual de preservação, fase essa de forte ênfase e apelo aos registros e salvaguarda do emergente patrimônio imaterial.

A expressão “pedra e cal” tem sido utilizada em larga escala no Brasil, tanto nos estudos sobre o patrimônio quanto nas políticas públicas, devido às primeiras políticas de preservação do SPHAN/IPHAN terem sido fortemente inclinadas para a restauração arquitetônica monumental, ou seja, dos bens imóveis, de pedra e cal, fortemente representativos do estilo colonial, português, barroco e católico brasileiros, expressando assim a versão oficial da identidade brasileira (LEITE, 2004).

No contexto brasileiro, a necessidade de afirmação da identidade cultural nacional em meio ao sentimento de perda das tradições, nos termos de Gonçalves (1996), tem motivado toda a política estatal de cultura e preservação em face ao processo atual de globalização que a modernidade nos outorgou. Essa perda constitui, segundo o pensamento de Magalhães (1997, p. 54), “a face negativa do acelerado processo de integração universal

determinado pelo avanço tecnológico”, o qual tem sido propagandeado pelos processos de produção industrial e audiovisual modernos.

Enfim, da modernidade sugere a padronização de formas de ser e estar no mundo contemporâneo, infligindo a homogeneização cultural à sociedade civil, agora global, impondo riscos às identidades nacionais e locais, estabelecidas desde a construção dos estados nacionais.

O patrimônio, que iniciou sua trajetória na França com a Revolução Francesa, vê-se agora ameaçado pela potência destruidora da globalização, estimulando políticas de preservação em nome da tradição, ameaçada devido ao frequente processo de enfraquecimento do Estado-Nação diante da nova ordem mundial.

Se o pós-modernismo “o consumo da própria produção de mercadorias como processo”, a cultura, mais especificamente o patrimônio, “se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem.” (JAMESON, 2007, p. 14).

Com a pós-modernidade, o patrimônio passaria de “pedra” a “líquido”, ou seja, um produto caro para um mercado específico, devido às transformações pelas quais a sociedade contemporânea tem passado em todas as suas dimensões, tanto no âmbito da vida privada quanto da vida pública⁴.

A fluidez, a liquefação e a condição de produto, outorgada à cultura, trouxeram ao patrimônio uma nova dinâmica de uso e preservação, que têm norteado as políticas de cultura em escala global, fazendo o patrimônio ser pensamento a partir de um universo moderno de consumo de bens simbólicos, culturais, num contexto mercadológico cultural global no qual o passado tem agora papel de destaque, no qual as identidades estão imersas.

Para que a cultura seja facilmente trabalhada como produto, a mesma deve ser vista enquanto uma realidade objetiva, construída de forma naturalizada, respaldada por um aparato técnico-jurídico e legal, estruturado em corpo técnico, que, sobretudo evoque a perda da tradição, materializada na condição de patrimônio, buscando assim criar o consenso sobre o tema da preservação.

⁴ O termo líquido atribuído ao patrimônio em oposição a sua constituição clássica, sólida, de pedra, deve-se ao pensamento convergente abordado pelo sociólogo Polonês Zygmunt Bauman (2001) em seu livro “Modernidade líquida”, que descreve as transformações sociais pelas quais passa a sociedade contemporânea em todas as suas esferas, tecendo críticas ao processo de deterioração do tecido social moderno e de suas consequências para o social por meio da metáfora da liquefação.

No contexto da política nacional, a patrimonialização surge enquanto uma “vontade de verdade”, que se apoia em um suporte institucional, amparado juridicamente e que tende a exercer sobre outros discursos “uma pressão e como que um poder de coerção.” (FOUCAULT, 1999).

1.1 O modernismo e a política federal preservacionista

A preocupação com a temática do patrimônio no Brasil se expressa com uma intensa preocupação em salvaguardar os vestígios do passado da nação brasileira, representados pela arquitetura colonial. Os monumentos e objetos de valor histórico e artístico começaram assim a ser considerados politicamente relevantes, implicando no envolvimento do Estado a partir dos anos de 1920, período em que já existiam grandes museus nacionais preocupados com a preservação de suas coleções, não existindo, naquele contexto, meios legais para a proteção dos bens imóveis dignos de preservação.

Os intelectuais modernistas sempre tiveram grande participação nos projetos de preservação, o que explica ainda hoje a forte ênfase monumental do patrimônio. Foram esses mesmos agentes que promoveram denúncias sobre o abandono das cidades históricas brasileiras, criando um contexto político a partir do qual “o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa”, o que fez produzir intensos debates no seio intelectualizado brasileiro sem participação social alguma, constituindo-se em uma ideia longamente amadurecida pela própria intelectualidade nacional brasileira.

Mas foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa ideia na forma do conceito do patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do SPHAN. Pois foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história do país (FONSECA, 2005, p. 81).

A construção do patrimônio brasileiro foi marcada por um profundo envolvimento dos intelectuais modernistas com o projeto governamental de construção da identidade

nacional,⁵ existindo por parte dessa intelectualidade, composta por arquitetos, escritores e artistas, no início do século XX, um compromisso social com a realidade de que faziam parte:

[...] também a função de atores políticos, e era comum que essa dupla missão unisse na mesma pessoa o poeta e abolicionista (Castro Alves), o escritor e jornalista (Euclides da Cunha), o contista sertanejo e o ardente defensor de causas nacionalistas, como na questão do petróleo (Monteiro Lobato). (FONSECA, 2005, p. 88).

Apesar da preservação dos patrimônios, no Brasil, datar de 1937, com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937⁶, o primeiro ato preservacionista brasileiro ocorreu em 1933, com o tombamento da cidade histórica de Ouro Preto – MG. Esse ato dá início a um conjunto de tombamentos das cidades históricas mineiras ao longo de toda a década de 1930, e constitui o embrião do projeto de construção da identidade brasileira (RUBINO, 2008).

Data dos anos 20 e 30 a criação do culto a Ouro Preto e às chamadas cidades históricas de Minas, à arte e arquitetura religiosa barroca do século XVIII mineiro. A própria atuação do SPHAN, criado em 1937 no âmbito do então Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema, [...] e dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade até a década de 60, contribui intensamente para a consolidação desse culto (GONÇALVES, 1988, p. 271).

Ouro Preto e demais cidades mineiras constituíram o laboratório modelo para o pensamento preservacionista brasileiro, pois, para os modernistas, as cidades mineiras se constituíam, desde a segunda década do século, em pólo catalisador e irradiador de ideias. A cidade de Ouro Preto era vista como uma obra de arte herdada do ciclo do ouro, compondo, junto às demais cidades mineiras tombadas até aquele momento, um importante projeto antimodernizador, opositor ao desenvolvimento que vinha ocorrendo rapidamente em cidades como Rio de Janeiro, modernizadas em inspiração com o modelo parisiense de Haussmann.

Desde os anos de 1920 e 1930, início da política de patrimônio e do projeto de construção da identidade nacional brasileira, predomina na política federal de preservação um

⁵ Moraes (apud FONSECA, 2005, p. 90), diz que “o interesse dos modernistas pela questão da brasilidade decorreu de uma elaboração no próprio campo da criação artística, que teria decorrido por volta de 1924, e que implicou a introdução do conceito de tradição como elemento estruturante de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e particular, no caso, nacional. Ou seja, que se queria singular, artística no sentido moderno.” Sendo assim, “[...] tanto em decorrência da relação dos modernistas com uma tradição cultural a que queriam se impor, quanto de seu desejo de se integrarem ao concerto das nações civilizadas, a necessidade de reelaborar o passado e de construir uma tradição brasileira a partir de uma postura autônoma, crítica e liberta de uma visão patriótico-sentimental se impunha como parte integrante do projeto maior do modernismo.” (FONSECA, 2005, p. 92).

⁶ O decreto - lei nº 25 de 30 de dezembro de 1937 foi o marco das políticas culturais e da elaboração de uma concepção oficial de cultura no Brasil, sendo também o ano da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (LEITE, 2004).

olhar fortemente monumental, católico e barroco, que se estabeleceu de forma emblemática nas concepções políticas de cultura do Brasil.

A representação que se fazia naquele período acerca do barroco era de uma manifestação cultural genuinamente brasileira, a qual representava a aura autêntica da cultura brasileira, despertando, assim, nos intelectuais modernistas brasileiros um forte fascínio por este movimento artístico e cultural, que deveria ser preservado em meio à modernização emergente nos projetos urbanísticos nacionais.

Vários foram os motivos que levaram os modernistas a assumirem o projeto do governo de Getúlio de Vargas de construção de uma identidade nacional brasileira. Neste contexto, inúmeros acontecimentos políticos precederam a institucionalização da proteção do patrimônio brasileiro, que se efetivou “quando o ministro Capanema se mobilizou para as iniciativas, já em curso desde os anos 20, visando à proteção dos monumentos e obras de arte nacionais”, recorrendo a Mário de Andrade que elaborou um anteprojeto sobre o assunto. (FONSECA, 2005, p. 96). Ainda em relação ao anteprojeto de Mário de Andrade, para Corrêa (2008, p. 85):

[...] o anteprojeto de 1936, intitulado originalmente Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), merece ser retomado como objeto de uma reflexão mais profunda. Pois não se trata, como muitos acreditam, de um documento romântico ou utópico, fruto de uma mente artística e sonhadora.

Na convergência à importância do legado andradeano citado por Corrêa (2008), Fonseca (2005, p. 99) afirma ainda que o anteprojeto de Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, a Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito, arte, manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção.

Dos documentos internacionais que servem de diretriz para as políticas de preservação, podemos destacar as “Cartas patrimoniais”. A primeira carta patrimonial, tida como o documento pioneiro do pensamento preservacionista moderno, e que influenciou fortemente a conjuntura patrimonialista a partir daquele período, foi a “Carta de Atenas”: documento publicado em novembro de 1933 no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), embora a conferência mundial sobre o tema da proteção aos monumentos históricos tenha ocorrido ainda em Atenas, em 1931 (MOREIRA, 2004). A preocupação central desse documento gira em torno da preservação de monumentos históricos com risco de

se perderem em meio às cidades modernas industriais, primando pelo caráter documental-museológico.

Reza seu texto que os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados se construírem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral. (ICOMOS, 1933).

A partir dessas recomendações, as cidades históricas brasileiras, principalmente as mineiras, passaram a representar o que havia de mais autêntico para ser consagrado enquanto cultura e identidade nacional. Essa fase do pensamento preservacionista nacional só terminou com a aposentadoria e a consequente morte do fundador do SPHAN, Rodrigo Melo de Andrade, em 1969.

Essa obsessão pelo passado colonial brasileiro, na busca pela autenticidade do patrimônio, materializado no estilo barroco, tendo forte relevância representativa o “gênio brasileiro Aleijadinho”, tem forte relação com as iniciativas do Estado e seu projeto de criação da identidade nacional, sendo o mesmo Estado o grande ator enquanto referência para a criação de uma concepção oficial de cultura, que segundo Leite (2004, p. 48) estava “voltada para a construção de uma ideia de nação”.

Sendo assim:

[...] o SPHAN foi uma das principais iniciativas da política nacionalista do Estado Novo. Essa relação entre os modernistas e as políticas de patrimônio nos anos 30, que se constitui em um dos aspectos de destaque na historiografia sobre as origens do SPHAN, se revela tanto no plano institucional quanto conceitual. Havia, como sublinha João Luiz Lafeté, um ‘projeto ideológico’ do Modernismo, acompanhando seu ‘projeto estético’, que buscava uma [...] consciência do país, desejo e busca de uma expressão nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções. (LEITE, 2004, p. 49).

Somente a partir da década de 1970, sobretudo quando o regime militar entrou em crise, essa política começou a ser criticada, e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas às produções das elites, isto é, as discussões sobre a preservação dos bens patrimoniais eram feitas no seio da intelectualidade brasileira, com a devida permissão estatal.

Corroboramos com a tese de que, no Brasil, o processo de construção e salvaguarda dos patrimônios nunca constituiu um projeto estatal democrático e participativo, o que nos motiva a questionar as práticas patrimoniais vigentes. Processo esse no qual os critérios de atribuição de valor adotados pela política nacional de preservação se caracterizavam por serem apoiados na autoridade de quem os formulava. Vale destacar que essa política só começou a ser criticada na década de 1970, quando ocorreu o resgate do

projeto de Mário de Andrade pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) de Aloísio Magalhães, em crítica à política de pedra e cal dos intelectuais modernistas.

A “Carta de Atenas” constituiu-se em um importante documento patrimonialista norteador da chamada fase heroica da preservação brasileira. Essa fase é marcada pela preocupação com o patrimônio edificado, vigorando até fim da década de 1960, quando surgiu a “Carta de Veneza”⁷, que trouxe modificações em relação às questões da preservação no que tange à preservação, por dar ênfase às técnicas de restauro dos bens patrimonializados com risco de se perder em meio à modernidade.

Em 1967, em Quito, capital do Equador, ocorreu uma reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nessa reunião, foram traçadas as diretrizes para a valorização econômica do patrimônio cultural e dos monumentos, em função do turismo, e ficou estabelecido que:

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. (OEA, 1967).

Reforçando o texto de Quito, em 1976, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS) aprovou a Carta do Turismo Cultural, que estabelece o turismo enquanto uso legítimo no que se refere à preservação dos sítios e monumentos históricos. Definindo o turismo cultural como:

[...] aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui, para satisfazer seus próprios fins, a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (ICOMOS, 1976).

O modelo preservacionista brasileiro tem sido pautado em tentativas de preservação de uma cultura basicamente elitista, embora diversas mudanças tenham ocorrido desde as décadas de 1970 e 1980 quando da gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN,

⁷ A carta de Veneza foi publicada em maio de 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, tratando especificamente da questão da conservação e do restauro de monumentos e sítios históricos. Entendendo que não somente as grandes criações humanas como patrimônio a ser salvaguardado, mas também as obras modestas que tenham adquirido ao longo do tempo uma significância cultural, ampliando assim a concepção de patrimônio. (ICOMOS, 1964).

direcionado para as práticas turísticas sem, contudo, abrir-se de forma mais ampla e efetiva para discussões acerca dos usos sociais do patrimônio.

Na década de 1980, quando questionado sobre as formas de apropriação dos bens patrimonializados e em relação ao conseqüente aproveitamento turístico dos sítios históricos, Aloísio Magalhães reproduziu o seguinte discurso:

Isso de certo modo já está havendo no Programa de Cidades Históricas do Ministério do Planejamento. Ou seja, a SEPLAN, na posição de tentativa de compreensão do fenômeno de evolução brasileira mais ampla, já tinha identificado e já estava agindo com o programa de recuperação das cidades históricas, na direção da recuperação vocacionada dos conjuntos dos bens culturais do Nordeste, em primeiro lugar. E aí havia uma indicação precisa de que seria um elemento enriquecedor da região em termos de recursos econômicos - a ênfase de turismo e, portanto, o melhor rendimento do turismo - se o bem cultural estivesse recuperado. Então já aí entra um segmento importante na ideia de recuperar e reusar, participando dentro de uma política de ênfase do turismo. (MAGALHÃES, 1997, p. 186).

A década de 1970 constituiu assim um marco importante para se pensar a crítica feita à visão do patrimônio de pedra de cal, barroco e católico, que preponderava desde os anos 1930, quando da institucionalização patrimonial no Brasil, e para se pensar novas formas de apropriação e usos dos bens culturais nacionais.

No seio das críticas à chamada fase heroica do patrimônio havia, segundo Corrêa (2008), a

[...] tentativa de recuperação das posições ‘andradeanas’ na gestão de Aloísio Magalhães à frente do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural) integrado posteriormente à Fundação Pró-Memória, quando se retomou a questão da preservação e conservação de bens culturais, materiais e imateriais, tangíveis ou não. (CORRÊA, 2008, p. 60).

A crítica feita a este período transitório das políticas patrimoniais remeteu a um processo de alargamento do conceito de patrimônio e conseqüentemente dos bens patrimonializados. Nessa conjuntura, o CNRC buscou refletir etnologicamente, devido à participação de antropólogos, sobre os bens culturais nacionais, almejando a superação dos cânones preservacionistas dominantes naquele contexto histórico-social nacional, com estudos sobre as referências culturais de outras etnias não consagradas como patrimônio, do ponto de vista oficial, tais como a negra e a indígena.

Em relação ao papel centralizador/fiscalizador e pouco participativo que a política de preservação brasileira tem assumido desde o início do século XX, quando da criação do IPHAN em 1937, momento no qual podemos destacar o pensamento do próprio Aloísio

Magalhães, quando se revela claramente contraditório à política adotada historicamente pelo IPHAN.

O IPHAN orientou-se pela idéia de cobrir todo o país, nem sempre ouvindo a comunidade sobre a conservação de seu patrimônio. Não sou a favor desta idéia. Esta postura elitista de tantos anos talvez seja consequência do próprio sistema político brasileiro, no seu sentido histórico e tradicional. (MAGALHÃES, 1997, p. 188).

Essa mudança paradigmática no campo dos intelectuais nacionais do patrimônio constituiu a evolução de uma espécie de:

[...] modernização da noção de patrimônio - o que significou vincular a temática da preservação à questão do desenvolvimento - à politização da prática da preservação, na medida em que os agentes institucionais se propuseram a atuar como mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado. (FONSECA, 2005, p. 23).

Colocar a política de patrimônio a serviço da construção de uma cidadania era o suposto interesse dos intelectuais daquele período; resta saber apenas que tipo de relação de cidadania o Estado queria construir por meio do patrimônio, pois também via no cenário da cultura, extremamente marginal no âmbito político, um possível elemento de resistência ao regime autoritário da década de 1970. Sendo assim, cultura e cidadania só foram consagradas de fato enquanto direito muitos anos depois do projeto de Aloísio Magalhães, apenas com a constituição de 1988.

O pensamento preservacionista do período militar brasileiro é classificado por Fonseca (2005) de forma binária. Período esse no qual teriam coexistido duas correntes distintas de intelectuais da preservação: uma que seria a mais antiga, herdeira da tradição “pedra e cal” dos tempos heroicos da preservação, do tempo do SPHAN; e outra, mais recente e oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado na década de 1970.

Surgido a partir de um grupo de conversas entre intelectuais, com forte participação de professores da UnB os quais se reuniam em Brasília, o CNRC partiu de concepções próximas às preocupações modernistas para avançar em suas concepções de modo a “buscar formulações adequadas para a compreensão da cultura no contexto brasileiro contemporâneo”. O CNRC pôs em xeque os modelos de interpretação vigentes que eram já prontos, com seus quadros conceituais, propondo uma visão interdisciplinar que fosse capaz de apreender a dinamicidade específica de cada referência cultural estudada, no sentido de formulações *a posteriori* de teorias e modelos apropriados à compreensão da diversidade cultural brasileira. (FONSECA, 2005).

Torna-se importante ressaltar que tanto a proposição, quanto a criação do CNRC surgiram fora da burocracia estatal, não se contrapondo de início ao IPHAN, tendo, de início, preocupações muito próximas ao pensamento dos modernistas de 1922, mas buscando atualizar o debate e a reflexão sobre a realidade brasileira no intuito de obter formulações para a compreensão da cultura brasileira daquele período. Posteriormente, essa função foi ampliada no sentido de realização de um trabalho etnográfico buscando identificar, eleger e divulgar a dinamicidade cultural brasileira e as tradições nacionais.

Houve, nesse período, o predomínio de duas concepções preservacionistas antagônicas: a concepção “andradeana”, da pedra e cal, e a concepção das referências culturais, proposta pelo CNRC de Aloísio Magalhães, embora os tombamentos ainda continuassem sendo o principal instrumento preservacionista, preferido pelo poder público brasileiro, residindo, nessa conjuntura, um paradoxo na política federal de preservação, com enormes reflexos sobre as políticas contemporâneas de patrimônio.

Além do caráter arbitrário e não participativo evidente ainda hoje nas políticas de cultura herdadas pela concepção de “patrimônio pedra”, o projeto de mapeamento e valorização das chamadas referências culturais do povo brasileiro é considerado o grande embrião do Decreto 3.551, de agosto de 2000, que instituiu o patrimônio imaterial brasileiro.

No final da década de 1970, precisamente no ano de 1979, Aloísio Magalhães⁸ foi nomeado diretor do IPHAN, promovendo a fusão deste órgão com o CNRC, reunindo assim “o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC.” Com isso, criou-se uma nova estrutura formada por um órgão normativo, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e um órgão executivo chamado de Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) (FONCECA, 2005, p. 154).

Em relação a esse período, Fonseca (2005, p. 158) tece o seguinte comentário:

⁸ Três conceitos são fundamentais para se apreender a matriz conceitual que moldou a política então implementada por Aloísio Magalhães no cenário cultural e preservacionista brasileiro: a noção de continuidade, a noção de bens culturais e a noção de cultura jovem, respectivamente. Aloísio Magalhães se preocupava com originalidade do “traço cultural brasileiro”, ou seja, singularidades e particularidades da cultura nacional. A trajetória da nação era condição essencial para assegurar a identidade e a autonomia brasileira no contexto globalizado. A noção de bens culturais, resgatando o empreendimento de Mário de Andrade, se opôs à noção de patrimônio histórico, preponderante na fase heróica de preservação brasileira, a qual teve à frente Rodrigo Melo Franco de Andrade. Essa noção era extremamente arquitetônica, histórica, elitista, barroca e católica. Com relação à noção de cultura jovem, Aloísio Magalhães focava a relação dos Estados - Nação com o patrimônio cultural a partir de quatro categorias: países respectivamente velhos e ricos, velhos e pobres, jovens e ricos, e por fim, a que categorizava o Brasil, países jovens e pobres, acarretando pontos positivos e negativos. Pois segundo Aloísio, o fato de o Brasil ser um país jovem e pobre fazia com que tivesse uma vocação mais para a criação e dinamicidade cultural do que para a preservação propriamente dita.

Para aqueles novos agentes institucionais, do final dos anos 70 e início dos 80, as ações da política cultural do governo federal deviam se voltar prioritariamente não só para o atendimento das necessidades culturais, como também levar em consideração as necessidades econômicas e políticas dos grupos sociais até então excluídos, simbólica e materialmente, dos benefícios dessa política.

Segundo o discurso hegemônico dos intelectuais desse momento histórico e social brasileiro, “era preciso que as comunidades passassem a participar do processo de construção e de gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural” (FONSECA, 2005, p. 158), já que buscavam legitimar a política de preservação dos anos de 1980 pela via da participação social. Diferentemente dos anos 30 e 40, período no qual a política de preservação se legitimava única e exclusivamente pela seleção rigorosa dos bens dignos de valor excepcional.

Com relação a esta nova postura da política cultural brasileira, deve-se levar em conta que esse novo discurso buscava se dirigir às novas demandas sociais de um país que estava se reorganizando socialmente devido à abertura democrática gradual dos últimos governos de ditadura militar no Brasil.

Podemos inferir que o processo de preservação nacional foi diretamente proporcional aos períodos históricos e contextos político-nacionais pelos quais foi criado e maturado⁹. Assim, o tombamento foi o centro da política federal de preservação, mesmo em meio às críticas das décadas de 1970 e 1980, bem como o texto constitucional de 1988, que em seu Art. 216, indica explicitamente a necessidade de se buscar novas formas de gestão dos bens culturais nacionais em virtude da nova definição de patrimônio, pois:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988).

⁹ Segundo Fonseca (2005), as políticas de preservação do patrimônio histórico e artístico têm sido, histórica e tradicionalmente, implementadas pelos estados nacionais, visando explicitamente à construção de uma ‘identidade nacional’. Mobilizam, porém, outros atores que não exclusivamente os agentes do Estado, e outros valores que não apenas o de nacionalidade. A dimensão universal dos valores culturais que se pretende preservar é uma das justificativas sobre as quais se assenta a noção de interesse público, invocada para legitimar o ônus da preservação de bens para o Estado e para os interesses particulares dos cidadãos. Esses bens se destinariam também ao atendimento do que hoje se define como os “direitos culturais”, objetivo que transcende os projetos particulares de construção e de legitimação de uma nação.

A política preservacionista do Brasil sofreu influência dos processos de ampliação da noção de patrimônio e dos projetos de mundialização de práticas e referências culturais europeias que viam nos monumentos um enorme valor que ultrapassava o mero “culto ao patrimônio”, a que Choay (2001) se refere, e que por sua vez incorpora determinante valor econômico, embora “os instrumentos de proteção continuem os mesmos: o tombamento para os bens móveis e os museus para a guarda dos acervos de bens móveis.” (FONSECA, 2005, p. 217).

A partir dessa linha de pensamento, podemos inferir que a construção da trajetória preservacionista brasileira pode ser vista, desde sua criação, enquanto um projeto estatal fortemente dirigido por eruditos, grupos oligárquicos e demais setores elitistas interessados em investimentos sobre suas memórias coletivas, transformando-as em memórias nacionais brasileiras. Dessa forma, a gestão do patrimônio teve pouca participação social, ou seja, desde o início do projeto de construção da identidade nacional pelos intelectuais modernistas até a sua atual inserção no “sistema de produção e circulação de bens simbólicos”¹⁰ ligado, sobretudo, ao turismo.

O patrimônio nacional pode ser visto como algo fortemente submetido à manipulação das elites nacionais, composta por grupos oligárquicos, orientados por um corpo de profissionais especializados e amparados em dispositivos jurídicos específicos, legitimado e imposto por meio de uma arbitrariedade cultural que objetiva construir um “destino nacional, traçado desde a origem dos tempos.” (CANCLINI, 2003, p. 163).

Para esse autor, “o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos”, sendo esses grupos hegemônicos desde os processos nacionais de independência até o início do século XX, precisamente os anos 30, os agentes responsáveis por fixar o alto valor de certos bens culturais, tais como os centros históricos das grandes cidades, incorporando também ao patrimônio bens populares que atendem sob o nome de ‘folclore’ (CANCLINI, 2003, p. 160).

O patrimônio, além de funcionar como instrumento de força política, assumiria, na contemporaneidade, forte relação com a conservação do “capital de bens simbólicos legados pelos produtores do passado”, consagrados pelos instrumentos preservacionistas e

¹⁰ Para Bourdieu (2007, p. 105), “o sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos.”

legislação específica, criando, assim, um consenso legitimador preestabelecido e programado. (BOURDIEU, 2007, p. 117).

Além de ser um elemento constitutivo/catalisador da identidade nacional, o patrimônio passou a constituir, a partir da década de 1970, um importante elemento de exploração econômica, aproveitado turisticamente e incorporado à indústria cultural por ser capaz de gerar muitos recursos sem poluir, constituindo-se em uma verdadeira “indústria sem chaminés”.¹¹

Foi nessa conjuntura histórica desenvolvimentista e pouco democrática que se estruturou o que se convencionou a chamar de patrimônio cultural brasileiro. É importante ressaltar que desde o início do processo preservacionista nacional na década de 1930, passando pelos anos de 1980 e 1990, cenário sociopolítico esse extremamente conturbado, surgiram profundas discrepâncias sociais em relação ao processo de construção da identidade nacional e ao patrimônio consagrado como oficial, bem como em relação às apropriações que os mais diversos grupos sociais fazem do mesmo.

Coexistiram, assim, no cenário brasileiro, correntes distintas de intelectuais que valoraram os patrimônios junto a grupos sociais para os quais a política cultural brasileira nem sequer fazia sentido, seguindo orientações estatais em períodos específicos da política nacional, em meio a profundas disparidades socioeconômicas regionais e nacionais. Contexto político-institucional esse que tem dificultado a adesão popular aos projetos preservacionistas, suscitando o conflito, seguido da conseqüente falta de organização política e não participação social no cenário da cultura. Essa conjuntura de desigualdades e de não democracia fez com que os intelectuais ligados ao patrimônio se incumbissem da tarefa, injustificada, de mediar os interesses dos setores sociais.

As contribuições de Aloísio Magalhães foram de suma importância para a virada da passagem do “patrimônio pedra” para o “patrimônio líquido”, imaterial, estabelecidas no decreto 3.551/2000, que decreta em seu Art. 1º que “Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”, contexto a partir do qual o patrimônio passa a abranger além do material, pedra e cal, o imaterial, o fluido, o líquido como diria Bauman (2001), constituindo-se além de casarões e edifícios

¹¹ Moreira (2004, p. 58) alerta para o fato de o crescimento do papel econômico do turismo nas cidades no século XX, aproveitando os patrimônios, ter uma relação direta com a perda do papel da cidade na produção e sua transformação em centros de serviços e negócios, transformando o turismo em uma importante fonte de recursos, emprego e renda em todo o mundo, sendo esse processo sido iniciado na Europa, dando ao patrimônio e à cultura um lugar central na nova ordem do capitalismo tardio.

monumentais, dos saberes populares, celebrações, formas de expressão, registro de lugares, que ganharam uma embalagem *cult* no atual cenário capitalista, funcionando como verdadeiros vetores econômicos que, além de render dividendos financeiros, tem a função de marcar identidades no contexto de globalização mundial.

Nesse contexto, mais uma vez, coube aos intelectuais a tarefa de traçar as diretrizes culturais nacionais e a interpretação da cultura de acordo com as ideologias¹² e prerrogativas de setores elitistas nacionais aos quais pertenciam, conduzindo a política federal de preservação no Brasil de forma muito cômoda e antidemocrática, influenciando a patrimonialização em todo o território nacional, bem como em São Luís - MA.

1.2 O Patrimônio cultural nacional e suas grandes narrativas discursivas

No contexto contemporâneo, as políticas patrimonialistas adquirem forte atuação sobre o debate acerca das nacionalidades nascentes na gestão do simbólico e do nacional, buscando recriar e/ou reforçar a identidade coletiva construída histórica e socialmente por um intenso processo de “mediação simbólica”¹³ (ORTIZ, 1998), quadro social em que os intelectuais, sobretudo modernistas, arquitetos, sempre tiveram grande papel de destaque num contexto macro de tentativas de construção das grandes narrativas fundadoras das identidades

¹² O termo “ideologia”, utilizado nesta pesquisa, segue a linha de pensamento de Eagleton (1997), obedecendo, portanto, a ideia de que o termo consiste em um complexo tecido com diversos fios conceituais que podem nos fazer cair em armadilhas devido à especificidades típicas desse conceito em mutação, composto por diversas formulações, portanto difícil de conceituar. Após listar cerca de dezesseis definições de ideologia, Eagleton propõe seis maneiras diferentes de definir “ideologia”, dentre as quais optamos por utilizar o termo, de modo a pensar o patrimônio, da seguinte forma, ou seja, ideologia como “processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social” envolto a práticas discursivas que têm legitimado o patrimônio das classes elitistas enquanto história oficial de todos, encobrendo e omitindo discursos, práticas sociais e saberes populares em torno do patrimônio, em virtude de não se enquadrarem nos propósitos oficiais da gestão do patrimônio.

¹³ Termo utilizado na perspectiva da visão da obra de Renato Ortiz “*Cultura brasileira e identidade nacional*”, com sua primeira publicação em 1965, faz reflexões acerca dos processos e projetos de construção de uma identidade nacional a partir do fim do século XIX ao período militar brasileiro, levando em conta o caráter político sempre presente, que somado à ausência representativa da sociedade brasileira, não teria passado de um processo histórico de mediação de intelectuais ao longo de décadas, indo das teorias raciológicas de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues aos intelectuais a serviço do regime militar brasileiro, período chave de sua análise, o que nos faz remeter a ideia de patrimônio brasileiro como processo de construção ideológica e intelectual, sobretudo dos intelectuais modernistas brasileiros, tais como Mário de Andrade, Lúcio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade.

nacionais¹⁴ (ANDERSON, 2008), exercendo assim papel fundamental nas políticas ocidentais de cultura e patrimônio.

A partir do conceito de “Comunidades Imaginadas”, cunhado por Anderson (2008), Gonçalves (1996), buscou tratar do projeto de construção da identidade nacional brasileira, pautada no patrimônio, enquanto um processo marcado por grandes narrativas discursivas nacionais que visaram à construção de uma memória e identidade enquanto modalidades de invenção discursiva, produzidas por intelectuais associados à formação e implementação de políticas oficiais de patrimônio cultural, desde a década de trinta até os anos oitenta.

Ainda em relação às narrativas históricas que cercam o conceito de patrimônio e legitimam as políticas de preservação, para Foucault (1999, p. 21), estas narrativas funcionam enquanto procedimentos internos de controle e de delimitação do discurso, “visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição”, submetendo outra dimensão do discurso, ou seja, a do acontecimento e do acaso.

As grandes narrativas discursivas brasileiras passaram assim a ter grande importância na construção do projeto de identidade nacional, como “discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retoma, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1999, p. 22). Estes discursos eram proferidos, sobretudo pelos intelectuais modernistas brasileiros a serviço do Governo Vargas, que por sua vez pretendia construir e revelar, naquele momento, a identidade brasileira, ingrediente fundamental para a ideia de nação que aquele líder político nacional queria executar.

As cidades históricas brasileiras, além de constituírem-se em símbolos da identidade nacional, a exemplo do pioneirismo de Ouro Preto e demais cidades do interior de Minas Gerais, são “uma prática discursiva dos intelectuais que formularam as políticas de patrimônio no Brasil” (LEITE, 2004, p. 51). Desse modo, “as narrativas nacionais sobre o patrimônio não apenas ilustram a existência da nação enquanto uma busca por uma identidade

¹⁴ Anderson (2008, p. 32) conceitua nação como “[...] uma comunidade política imaginada, e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...] a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. [...] o nacionalismo não é o despertar das nações para autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem.”

cultural original e contínua apesar de ameaçada, mas ‘são’ essa busca”. (GONÇALVES, 1996, p. 33).

A nação brasileira para Gonçalves (1996, p. 15) é entendida enquanto uma “comunidade imaginada discursivamente”. Essa ideia nos faz retomar o trabalho de Anderson (2008) para então refletirmos acerca da formação discursiva e política do patrimônio enquanto narrativas constitutivas da identidade nacional brasileira.

O patrimônio passa a ser interpretado como “ideia de uma realidade ficcionalmente constituída”, que, segundo Gonçalves (1996), não constitui nenhuma novidade no campo das pesquisas em ciências humanas e mesmo naturais, embora no plano político institucional ainda prepondere um discurso romântico e naturalizado.

Em relação ao discurso naturalizado implícito nas políticas federais de preservação, nota-se que tem preponderado uma “autoridade narrativa” por parte dos técnicos e peritos do patrimônio que se aproxima do que Gonçalves (1996) denominou em sua análise sobre a retórica da perda¹⁵, como ilustra a superintendente do IPHAN no Maranhão em entrevista a um programa de televisão local, afirmando que “O IPHAN é uma instituição que desde 1937, há 75 anos é responsável pela formação de uma identidade cultural nesse país. Somo poucos, poucos abnegados, mas que procuramos trabalhar em parceria, com todos” (AVESSO, 2012).

Esta autoridade político-discursiva, segundo este autor, tem-se dado num plano social no qual as narrativas do patrimônio têm promovido um verdadeiro enquadramento simbólico, de forma até mesmo mítica, equacionando o processo histórico, de modo absoluto, aos discursos de destruição e homogeneização do passado e das culturas. Para cumprir seus objetivos, tais narrativas partem da naturalização do processo para justificar e legitimar as práticas de colecionamento, restauração e preservação dos bens culturais.

Ao analisarmos o processo de construção da identidade nacional brasileira, nesta pesquisa, percebemos o quanto foi importante o papel dos intelectuais e artistas na construção dos patrimônios, personagens estes ligados a governos nacionalistas, tal como Vargas e seu projeto de nação. Outro aspecto a ser destacado é o fato de que em toda a história da

¹⁵ Nos discursos sobre patrimônios culturais, a ‘perda’ é uma imagem por meio da qual as diferenças e a fragmentação são colocadas para fora das práticas de apropriação, como algo que lhes é totalmente externo. Operando desse modo, esses discursos asseguram que o objeto principal dessas práticas, a cultura nacional ou o ‘patrimônio cultural’, permaneça ilusoriamente como algo coerente, íntegro e idêntico a si mesmo. A perda e a fragmentação são projetadas para fora do discurso, como se representassem uma violência externa. No entanto, o que os intelectuais nacionalistas associados aos chamados patrimônios culturais chamam “perda” é, na verdade, o efeito de diferença que, por sua vez, são pré-condições existentes no interior mesmo das práticas de apropriação, no interior das culturas nacionais enquanto culturas apropriadas. (GONÇALVES, 1996, p. 24).

preservação, salvo alguns momentos de interesse pontual, como o tombamento das casas de culto afro, não ter havido praticamente nenhum tipo de participação social e popular de forma mais efetiva e organizada, residindo nesse aspecto uma das maiores dificuldades para o êxito de qualquer política de preservação no país.

Ainda em relação à participação social e popular em processos de tombamento no Brasil, percebemos claramente o quanto ela é algo recente e controverso nas políticas de preservação nacionais, tais como os processos de tombamentos de casas de culto afro, geralmente sendo atribuídos à nomenclatura de ‘patrimônios não consagrados’. Em relação a esta problemática social, segundo Corrêa (2007, p. 88), “Todos estes processos são casos de preservação considerados de ‘patrimônios culturais não consagrados’”, pois não fazem parte daquele acervo tombado pelo IPHAN, desde a década de 1930, reconhecido como a fase ‘heroica’ do patrimônio de ‘pedra e cal’.

A lista desses ‘tombamentos heroicos’ se constituiu de obras barrocas coloniais, tão cultuadas pelo serviço de preservação do patrimônio nacional oficial. Vemos assim que a importância desses tombamentos de terreiros, das religiões populares, é de grande significado cultural, constituindo um fato sem precedentes na lógica preservacionista dominante até a década de 1980. A influência que o tombamento da Casa Branca exerceu em outras partes do país foi enorme. A repercussão desse ato até hoje é percebida no contato com as comunidades negras e com o movimento político e intelectual organizado desde os anos de 1970. Pode-se dizer que estes tombamentos são marcos de renovação na história da ação patrimonial federal.

Por ser elitista, academicista, poética, na maioria das vezes culta, a construção dos patrimônios acabou por sujeitar saberes tidos como populares, tendo seus conteúdos históricos “sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (FOUCAULT, 2005, p. 11), residindo nesse aspecto a importância dos chamados tombamentos dos patrimônios não consagrados.

Por “saberes sujeitados”, Foucault (2005) entende que constituem uma série de saberes desqualificados como saberes não conceituais, insuficientemente elaborados, inferiores, que estão abaixo no nível de conhecimento requerido, tal como o saber das pessoas comuns que moram em sítios históricos, que constroem suas próprias representações acerca do seu lugar de moradia, pois antes de tudo o patrimônio é o lugar onde moram, é seu bairro, sua casa, seu lugar de convivência, sociabilidades e conflito.

A partir dessa linha de pensamento, o problema sociológico em questão consiste em avaliar e medir o alcance social limitado da produção dos patrimônios a partir de um

cenário social no qual de um lado, se encontra uma minoria intelectualizada que decide o que é patrimônio, amparada em legislação protecionista e em critérios técnicos estabelecidos pelos seus peritos¹⁶ (GIDDENS, 1991); de outro, encontram-se instâncias sociais mais populares, ausentes de tais processos simbólicos constitutivos, num contexto de ausência de mediação entre os interesses do Estado e dos grupos sociais menos privilegiados que habitam em sítios históricos, pessoas estas com grandes dificuldades de organização política e consideradas analfabetas culturais¹⁷, consideradas incapazes, pelo discurso público, de compreender o valor conferido ao patrimônio, necessitando serem educadas para tal.

Os saberes locais, desqualificados e não legitimados, continuam em conflito permanente contra as instâncias teóricas unitárias que pretendem filtrá-los, hierarquizá-los e ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, de uma “vontade de verdade” que quer se estabelecer no seio social, em nome dos direitos de um pequeno grupo social possuidor do conhecimento técnico e científico que estabelece a verdade sobre o patrimônio.

É perceptível, por esse viés, a identificação de um caráter arbitrário, porém jurídico e legal, no processo histórico e vigente da preservação em âmbito nacional, embora esta realidade seja também a de outros países, haja vista que o modelo preservacionista implantado no mundo ocidental segue a mesma lógica, qual seja: a da não participação social, da homogeneização e ocultação do conflito (JEUDY, 2005).

A “maquinaria patrimonial” estabelecida na sociedade ocidental moderna, caracterizada por Jeudy, no livro “Espelhos da Cidade” (2005), impôs-se de modo hegemônico sobre o corpo social, estabelecendo um consenso passadista nada democrático.

Diante de tais dispositivos patrimoniais citados acima, o patrimônio é constituído pelo “conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo, sendo apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo” (CANCLINI, 2003, p. 160), estabelecendo uma realidade onde restamos apenas preservá-lo, restaurá-lo e difundi-lo, como se o mesmo sempre existisse e tivesse seu valor perene.

¹⁶ Giddens (1991, p. 35) afirma que o sistema de peritos é um tipo de mecanismo de descaixe intrinsecamente envolvido no processo ativo do desenvolvimento das instituições sociais modernas: “por sistema de peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje.”

¹⁷ Para o guia básico de educação patrimonial, “a educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A partir dessa conjuntura de “cumplicidade social” (CANCLINI, 2003), tornam-se necessárias críticas que não se colocam como objetivo único de negar o valor historicamente conferido ao patrimônio, valor esse praticamente inquestionável devido à conformidade e o consenso que se criou sobre o tema na contemporaneidade, principal ponto favorável do processo de preservação nacional, mas no sentido de dialogar com as heranças culturais de modo a promover seus usos sociais de forma socialmente participativa.

As críticas sugeridas por Canclini (2003) são no sentido de transformação das representações socialmente construídas e estabelecidas, que fazem do patrimônio algo inquestionável, que não levam em conta os saberes e valores sociais, práticos e de uso, por parte das pessoas cotidianamente estabelecidas nesses espaços urbanos patrimonializados, pessoas essas que não têm condições de expressar sua visão do processo.

É importante salientar que esse modelo de preservação herdado dos europeus, sobretudo dos franceses, vem sofrendo muitas críticas e pressões quanto aos seus efeitos negativos. Como exemplos, tem-se a intensificação do turismo, reduzindo o patrimônio à condição de mercadoria, os elevados custos de manutenção dos imóveis tombados, a inadequação aos usos atuais e a paralisação de outros grandes projetos de organização do espaço urbano (CHOAY, 2001).

Cabe ressaltar que esse modelo de construções identitárias nacionais, pautado na legitimação patrimonial frente aos usos sociais do patrimônio, confere uma estetização exagerada aos sítios históricos, dá a eles uma embalagem culturalizada, com fins de transformá-lo em produto cultural pronto para ser consumido no mercado cultural de bens simbólicos¹⁸. Fenômeno esse que faz com que inúmeros investimentos imobiliários sejam alocados para esses espaços de lazer e consumo, gerando grande pressão sobre populações locais não privilegiadas, que tem seus saberes sujeitados, e tendem a ser excluídas do processo de gestão do patrimônio e também do espaço social no qual vivem (CHOAY, 2001).

¹⁸ Para Nova (2007, p. 59 e 62), “[...] a lógica cultural pós-moderna configura e é configurada pela sociedade contemporânea. Esta lógica dialética potencializa a fragmentação da realidade, a superficialização do pensamento e dos produtos culturais, contextualizando a sociedade do consumo enquanto uma prática cultural, com reflexo, consolidação e maturação da vitória do mercado e da pragmática capitalista, sobre a produção da vida e da cultura, nos moldes da alta modernidade”, na qual “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social”. Ainda para o mesmo autor, “a sociedade contemporânea, apesar de cultivar arqueologicamente o passado, perdeu a capacidade de conhecê-lo. Vive o ‘presente perpétuo’ de um cotidiano marcado pela superficialidade de seus conceitos e valores, pelo caráter descartável de suas produções e pelo estímulo consumista de uma identidade estável. A sociedade do consumo como prática cultural constitui-se, assim, na sociabilidade dos valores efêmeros e descartáveis, orientada na novidade repetitiva do cotidiano, consolidando a circularidade do consumo, tão vital para a saúde do sistema produtivo. Em um mercado de bens materiais e simbólicos, a própria constituição dos bens materiais enquanto objeto de consumo exige a vestimenta simbólica da marca, do marketing.”

O “conservadorismo patrimonialista”, para se legitimar, converte, por meio do discurso patrimonialista, a cultura em natureza, tornando-a natural como um dom. À escola acaba se convertendo no “palco fundamental para a teatralização do patrimônio” (CANCLINI, 2003, p. 164, grifo nosso), pois é nela, e nos espaços sociais não formais de educação, que se transmitem os saberes sobre os bens que constituem os acervos patrimoniais oficiais de um país; é nela, ou seja, na escola, que são transmitidos os conteúdos do ensino sobre o patrimônio, pautados em valores em grande parte elitistas.

A teatralização do patrimônio que, de acordo com Canclini (2003), nos força a simular a substância fundadora de nossas essências, constitui grande esforço para forjar uma origem que dá sentido às nossas identidades, em relação à qual deveríamos atuar no presente como forma de não perdermos nossas origens frente ao mundo moderno capitalista, tendo a educação papel importante nesse processo de inculcação de valores oficialmente legitimados.

Os indivíduos pertencentes a grupos sociais menos favorecidos não raro são considerados pessoas desprovidas de recursos que possam promover sua organização política e a consequente participação ativa no processo. Esse discurso tem legitimado o trabalho dos intelectuais a serviço do Estado, em períodos distintos da história recente nacional, consolidando, assim, o projeto inacabado de construção da identidade nacional, no qual o patrimônio sempre teve um lugar central.

Nesse processo reside o que alguns teóricos da preservação nacional chamam de “caráter contraditório da promoção da cidadania” (Fonseca, 2005), isto é, ao mesmo tempo em que se legitimou o compromisso político e intelectualizado de construção de uma nação brasileira, a sociedade foi excluída, de modo geral, do desejo da promoção da cidadania pelas políticas de cultura e patrimônio.

A partir do estudo sobre as bases históricas formadoras do modelo preservacionista nacional percebemos que a necessidade de criação de uma identidade brasileira foi sedimentada por forte presença do Estado. Sendo que, nessa trama política, os intelectuais, sobretudo os modernistas, tiveram suma importância na mediação simbólica, contribuindo, muitas vezes indiretamente, para produzir profundas disparidades em termos de identificação plural da sociedade com o patrimônio nacional, dominado por uma visão originalmente barroca, aristocrática e católica, tal qual podemos perceber a seguir:

Para os juristas do SPHAN, o tombamento constitui um tipo de ato administrativo discricionário e não vinculado, pois a legislação brasileira determina que cabe ao estado, através da instituição competente, avaliar os bens a serem tombados pela instância federal. [...] foi, pois, apoiado em argumentação jurídica, que Lúcio Costa

afirmou categoricamente que “cabe por lei ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através de seus órgãos especializados e de seus técnicos, ajuizar da significação e do valor da coisa tombada; tal juízo é de sua exclusiva alçada e competência”. (FONSECA, 2005, p. 200-201).

A maioria da população brasileira não participou ativamente do projeto de gestão oficial da identidade nacional, não se vendo reconhecida no chamado processo de reflexividade do patrimônio (JEUDY, 2005). Tal configuração produziu um profundo afastamento das camadas sociais subalternas em relação ao cenário cultural patrimonializado, em virtude da construção da identidade nacional ter sido conduzida por intelectuais comprometidos com o *stablishment*, estando desconectados da velocidade plural das transformações e demandas do social.

Para Jeudy (2005, p. 19), as estratégias da conservação caracterizam-se por um “processo de reflexividade que lhes dá sentido e finalidade”. A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.

Para que haja a reflexividade do patrimônio, é preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro.

As circunstâncias destacadas anteriormente propiciaram o afloramento de um sentimento de estranhamento das pessoas em relação aos sítios históricos, carregados de “imagens nacionais espectrais”, o que não ocorre com a cultura popular nacional (BOURDIEU, 2007). Este ponto revela uma contradição intrínseca ao teor das políticas patrimonialistas e programas de educação patrimonial, que, ao invocarem o repetido refrão do reforço do “sentimento de pertencimento”, ocultam o fato de que a maioria da população brasileira não se reconhece “positivamente” na sua autoestima nos acervos “tombados” pela política oficial do Estado Nacional brasileiro.

Percebemos que, após décadas de investimentos em patrimonialização e construção da grande narrativa da identidade nacional, os patrimônios constituem-se em símbolos identitários abstratos e restritos a uma minoria cultural elitizada, colocando a grande maioria do povo brasileiro à margem do processo de constituição do chamado “patrimônio

nacional”, sendo as pessoas comuns acusadas pelo péssimo estado de preservação dos centros históricos nacionais por não reconhecerem seu valor.

Todo esse contexto de silenciamento das camadas sociais populares em nível da criação de uma identidade nacional não democrática fez com que as pessoas constituíssem, em suas representações, uma ideia de passado remoto, algumas vezes reminescente; outras vezes entendido como fantasmagórico, descolado da realidade cotidiana das pessoas¹⁹ (GIDDENS, 1991), em que imperam os espíritos de sobrevivência, de modernização e de desenvolvimento.

A problemática do patrimônio e da preservação, apesar de todos os investimentos públicos desde a década de 1930, aparece como marginal nos debates políticos e, conseqüentemente, nas políticas públicas de cultura. Diante de tal contexto incrivelmente as pesquisas nas ciências sociais e humanas são incipientes diante de uma problemática social tão aguda e conflituosa, o que tem motivado o avanço de pesquisas já desenvolvidas em São Luís no campo do patrimônio histórico e cultural.

A maioria das pesquisas relacionadas ao tema faz alusão primordialmente à construção histórico-social do patrimônio, bem como aos aspectos políticos e discursivos, omitindo a dimensão social do conflito, tão inerente ao processo de patrimonialização e que permeia a discussão no âmbito social.

Sendo o conflito omitido, marginalizado e por vezes criminalizado, constituindo por vezes caso de polícia, o patrimônio passa a ser “dado”, “naturalizado” e “acabado”, sem margem de discussão ou mediação social. As pesquisas realizadas há cerca de dez anos pelo Grupo de Pesquisa e Estudos Culturais (CRISOL)²⁰/(GPEC/UFMA) sistematicamente apontam para a necessidade de questionarmos o caráter contraditório da política federal de preservação e seus ecos em São Luís - MA e em outras regiões do país (CORRÊA, 2008). Política que, historicamente, tem ignorado a participação social e que tem se pautado excessivamente numa patrimonialização passadista, que não considera as necessidades atuais dos habitantes que moram ou fazem uso do sítio histórico local. Tais acervos ficam restritos às camadas elitistas e intelectualizadas da sociedade brasileira e maranhense.

¹⁹ “O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta às relações distantes que determinam sua natureza.” (GIDDENS, 1991, p. 27).

²⁰ Coordenado pelo Professor Dr. Alexandre F. Corrêa, com textos de ensaios sobre o patrimônio cultural e memória social reunidos no livro “Patrimônios Bioculturais” (2008).

A construção do patrimônio no Brasil deve ser vista sob uma perspectiva crítica e dialética, pois é preciso dar atenção “ao modo como esse objeto tem sido construído e ideologicamente elaborado por determinados sujeitos sociais, que têm tido, no Brasil, o monopólio dessa construção”, em detrimento das camadas sociais populares marginalizadas e criminalizadas pela gestão pública do patrimônio (FONSECA, 2005, p. 28).

O patrimônio histórico e cultural brasileiro tem constituído, além de pasta municipal, estadual e federal para políticos e intelectuais, coleção de bens “móveis” e “imóveis”, que desde a década de 1930 tem sido valorado por meio de um intenso processo de mediação simbólica, mas que se caracteriza por uma total ausência de participação social popular.

Para Fonseca, o patrimônio nacional é valioso, sem dúvida alguma, mas tem se tornado “pesado” e “mudo”:

Pesado, não só por sua monumentalidade, pela solidez dos materiais e pelo lugar que ocupa no espaço público. Pesado porque mudo, na medida em que, ao funcionar apenas como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus de sua proteção e conservação acaba sendo considerado como um fardo por mentes mais pragmáticas (FONSECA, 2005, p. 26-27).

A autora supracitada levanta muitos questionamentos que inclusive se referem aos volumosos recursos públicos gastos com o patrimônio²¹, já que apenas uma pequena parte da população brasileira se vê refletida e identificada com os patrimônios nacionais. O conjunto desses bens acabam por formar uma suposta identidade nacional, que em muitos aspectos diverge e/ou ignora as memórias coletivas e cotidianas que formam a riquíssima formação cultural brasileira. Existe, portanto, uma imensa distância entre as tradições culturais brasileiras e as identidades oficiais nacionais, impondo sérios limites à política patrimonial nacional.

²¹ Segundo Andrés (2006), o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PRCHSL “[...] apresenta hoje um balanço de investimentos da ordem de R\$ 225,00 milhões com recursos públicos, na recuperação de uma área histórica que abrange cerca de 1000 edificações tombadas pelo IPHAN, além de outros grandes monumentos isolados, como as antigas fábricas têxteis do século XIX. Mostra ainda como foram as tratativas e os critérios adotados pelo Comitê do Patrimônio Mundial para a sua inclusão na lista da UNESCO.”

Nesse sentido, a dimensão do conflito²² (SIMMEL, 2006) é velada em detrimento da conformidade imposta por meio da imposição de um consenso programado, preponderante e imperativa nos discursos oficiais; geralmente desconectados das práticas sociais cotidianas inerentes à cena patrimonial, na qual a participação social ou qualquer tipo de posicionamento divergente dos paradigmas oficiais são desconsiderados, assim como as apropriações e identificações que as ditas pessoas comuns fazem do patrimônio, homogeneizando e criando uma espécie de tábula rasa, de modo a não revelar as desigualdades e conflitos em prol da cumplicidade social (CANCLINI, 2003).

Mais importante ainda é perceber a lógica de funcionamento da patrimonialização, para entender seu “desenvolvimento ambivalente” na modernidade, sendo necessário analisar a “estrutura sociocultural de suas contradições” sem omitir a questão dos usos sociais do patrimônio, que, conforme vimos com Canclini (2003), permanecem ausentes na realidade cotidiana das pessoas e das políticas de cultura.

²² Para Simmel (2006, p. 70), “[...] esse mundo da sociabilidade, o único em que é possível haver democracia sem atritos entre iguais, é um mundo artificial, construído a partir de seres que desejam produzir exclusivamente entre si mesmos essa interação pura que não seja desequilibrada por nenhuma tensão material.”

2 CONSENSO E DISSENSO NO ESPAÇO SOCIAL DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA EM SÃO LUÍS - MA

Quando o objetivo é recuperar a vitalidade essencial de uma cidade que parece declinar, é porque esta cidade foi logo de início considerada doente. O arquiteto-urbanista age como um médico generalista que deve estabelecer um diagnóstico e propor alternativas.

Henri-Pierre Jeudy

Na obra “corpos e cenários urbanos”, Henri-Pierre Jeudy, ao abrir a discussão acerca das políticas culturais em territórios urbanos patrimonializados, inicia seu texto com o seguinte título “Reparar: uma nova ideologia cultural e política?”. A partir de então o autor dá início a um conjunto de ideias sobre o papel central de qualquer tipo de política cultural reparadora de áreas urbanas centrais degradadas, ou seja, “inventar projetos e criar realizações cujo papel deverá ser reparador.” (JEUDY, 2006, p. 13).

Para esse autor, no que tange o cenário urbano, na cidade, uma obra de reparação funciona como um elo no cerne das narrativas discursivas da história de um lugar, sendo utilizada para reforçar a história oficial, dar continuidade a ela, e/ou modificá-la.

No que diz respeito à reabilitação urbana, Jeudy (2006. 14) afirma que:

[...] o estatuto da história (história do lugar) parece às vezes se reduzir à produção de referências simbólicas ligadas à conservação do passado para criar a representação pública de uma certa ‘espessura do tempo’. É o que acontece, por vezes, nas numerosas reabilitações de *friches industrielles*. Os arquitetos mantêm os vestígios para mostrar que o local teve uma história e que ela não deve ser ocultada. O aspecto implícito dessa história pode ser preservado de diversas maneiras, tanto na arquitetura quando no uso de referências simbólicas mais abstratas. Os vestígios da história assim conservada fazem parte da cultura do passado, não incidem sobre o uso presente do local. Constituem o mínimo requerido para consumir um dever de transmissão: a arquitetura do local permanece sendo o invólucro patrimonial que lembra de maneira puramente formal qual foi o papel industrial do local no século passado.

Seguindo esse pensamento, o papel da história, retratada em monumentos e sítios históricos que devem permanecer presentes na linha do tempo na forma de patrimônios, tem forte relação com o “dever de memória” imposto aos indivíduos pelas interpretações técnicas e trabalhos de artistas e arquitetos, assim como nas políticas públicas de cultura, com forte

ênfase na construção da história, que se faz no tempo presente, por meio da rememoração e comemoração, muitas vezes, excessivas dos acontecimentos e monumentos do passado.²³

Para Jeudy, existe uma lógica patrimonial que se impõe aos indivíduos de forma imperativa, por meio das políticas culturais, de modo a representar o que é memorável, unificando o sentido contemporaneamente atribuído à história para além de seu fim anunciado²⁴. Esta lógica cultural/patrimonial acaba por reger todos os dramas da humanidade, estando estes destinados a ser objeto de um memorial, criando um contexto no qual o “dever de memória apresenta-se tão logo o real foi atingido.” (JEUDY, 2006, p. 17).

Na concretização do dever de memória, imposto pela lógica patrimonial, a arte acaba por desempenhar papel fundamental, embora não devamos generalizar o seu papel. Sendo assim, e de forma não generalizada, a arte, “ao invés de exercer uma função subversiva, teria um papel de “ligação”, de “reparação”; e a arquitetura, o de conceber monumentos à memória viva das vítimas de catástrofes”, tal qual ocorre em museus do holocausto no Japão e em outros países, que preservam a memória de acontecimentos trágicos, tais como os ocorridos com os judeus durante a segunda guerra mundial (JEUDY, 2006. p. 19), como podemos perceber na Foto 1.

Foto 1 - Interior do Museu do Holocausto em Jerusalém



Fonte: Google imagens (2012)

²³ Em relação ao dever de memória e a atuação dos historiadores, Jeudy (2006, p. 16) afirma que “os historiadores creem ter-se livrado das diretrizes ideológicas que davam à história um sentido determinado, mas a história nunca esteve tão submetida à norma moral que lhe é conferida pelo dever de memória. E cabe aos arquitetos simbolizar a resposta a esse dever de memória.”

²⁴ Já com relação aos imperativos de representarmos o que é memorável, Jeudy (2006, p. 17) também tece comentários sobre o papel dos artistas e dos arquitetos, que segundo ele: “tentam abrir uma brecha simbólica nos silêncios cúmplices do esquecimento, respondendo ao imperativo político de representar o que é memorável, ao mesmo tempo criando os meios de fazê-lo com uma grande liberdade”. Criando “a possibilidade de modificar o aspecto excessivamente conservador da lógica patrimonial concebendo uma sinergia de figuras de temporalidade.”

Em outra obra de Jeudy (2005), “Espelhos da cidade”, igualmente crítica em relação à memória e ao patrimônio, o mesmo autor reflete sobre a forma ocidental de rememorar o passado, patrimonializando-o e universalizando-o de forma, muitas vezes, excessiva, como ocorre nos museus do holocausto do Japão mencionados acima.

Para esse autor:

A palavra patrimônio não existe na língua japonesa. A própria ausência desta palavra poderia significar que a sociedade japonesa não tem a necessidade de se olhar no espelho para assegurar a perenidade de sua ordem simbólica? Existe, entretanto, aos olhos de um ocidental, uma atmosfera patrimonial de fato, a qual seria sustentada pela presença contínua do religioso na vida cotidiana. [...] No Japão, o patrimônio já está lá, não tem necessidade de ser refletido. É sobre pressão dos ocidentais que os japoneses são levados a pensar sobre seu patrimônio. (JEUDY, 2005, p. 20).

Conforme Jeudy (2005, p. 21), no mundo ocidental, em especial na Europa, existe um culto excessivo ao passado como “meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno”, ou seja, a ameaça constante que a modernidade nos trouxe, a de “a possibilidade de perder o sentido de sua própria história e continuidade”, tornando, assim, a preservação uma questão urgente na agenda dos governos interessados na gestão do passado.

Segundo Jeudy (2005, p. 22), “a gestão contemporânea dos patrimônios só têm finalidade se estiver referida a uma vontade supostamente coletiva de reatualização permanente do passado.” Contexto reparador este no qual a noção de patrimônio cultural urbano, no âmbito das políticas culturais, tem sido tratada no mundo inteiro da mesma forma, seguindo a mesma acepção, como:

[...] se fosse algo natural, como se a conservação patrimonial se desse quase por instinto, e esta naturalização, inicialmente conceitual, se rebate nos próprios procedimentos técnicos e práticos de intervenção e preservação dos patrimônios urbanos. (JEUDY, 2005, p. 11).

Esse pensamento se tornou intenso ao ponto de criar o que Jeudy (2005, p. 11) denominou de “um pretense consenso entre os discursos teóricos, práticos, institucionais e políticos sobre a questão”, instaurando um quadro social no qual, mesmo existindo o conflito entre os atores envolvidos na cena cultural e patrimonial, a preservação se tornou uma prioridade da gestão urbana por todos os atores sociais envolvidos.

Além de teorizar sobre o pensamento preservacionista europeu, fortemente marcado pela catástrofe, Jeudy também se preocupou em refletir a realidade brasileira no contexto das políticas culturais globais, em que considera que:

[...] os projetos de revitalização urbana de caráter patrimonial, realizados por intermédio da conservação do patrimônio cultural, vêm se multiplicando em diferentes cidades consideradas históricas. A maior parte desses projetos repete a mesma fórmula, sem questionamento crítico: patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização dos espaços, e o que é pior, gentrificação (expulsão dos moradores mais pobres das áreas de intervenção, que recebem moradores mais abastados ou novas funções elitizadas). (JEUDY, 2005. p. 11-12).

Partindo do pensamento de Henri-Pierre Jeudy, surge a preocupação, nessa pesquisa, em compreender como, em São Luís - MA, o discurso em torno da necessidade de preservar tem estabelecido um consenso sobre o corpo social local, inclusive por meio de ações educativas formais e não formais, que ao longo do processo de preservação local não garantiu aos moradores e cidadãos, de um modo geral, os direitos culturais, a participação social ampla na tomada de decisões que deveriam acontecer em conselhos de cultura. Também não houve a assistência social aos moradores dos centros históricos nacionais, fatos estes que fazem eclodir, além de discursos a favor da preservação, movimentos sociais de reivindicação identitária e encontros em relação ao poder público, comumente tratados como crimes ao patrimônio e verdadeiros casos de polícia.

2.1 A construção da patrimonialização

As políticas federais de preservação no Brasil surgiram de forma institucionalizada somente na década de 1930, com destaque para a criação do SPHAN em 1937; no Maranhão, a primeira intervenção patrimonialista ocorreu somente no final da década de 1940, com o tombamento do Sambaqui do Pindahy, sítio arqueológico localizado na região metropolitana de São Luís - MA, município de Paço do Lumiar.

O referido tombamento realizado pelo IPHAN ocorreu, naquele período, com o intuito de conter a Construção da estrada que hoje liga São Luís ao município de São José de

Ribamar²⁵. Depois de concluída a referida estrada, esta acabou por destruir o Sambaqui. Por este motivo, a própria regional do IPHAN no Maranhão tem reconhecido a necessidade de solicitação do pedido de destombamento do bem, tendo em vista a sua inexistência, embora legalmente o lugar ainda continue tombado.

Posteriormente a essa primeira fase dos tombamentos no Maranhão, constituiu-se a política de tombamento dos chamados bens isolados da capital maranhense, quando o IPHAN ainda não tinha sede administrativa em São Luís, como os tombamentos da capela e o Portal da Quinta das Laranjeiras, do prédio hoje pertencente à Academia Maranhense de Letras (Foto 2), da Fábrica Santa Amélia (Foto 3), Fonte das Pedras e do Ribeirão, Forte Santo Antônio e do conjunto da Praça Gonçalves Dias.

Foto 2 - Academia Maranhense de Letras



Fonte: Google Imagens (2012)

Foto 3 - Fábrica Santa Amélia

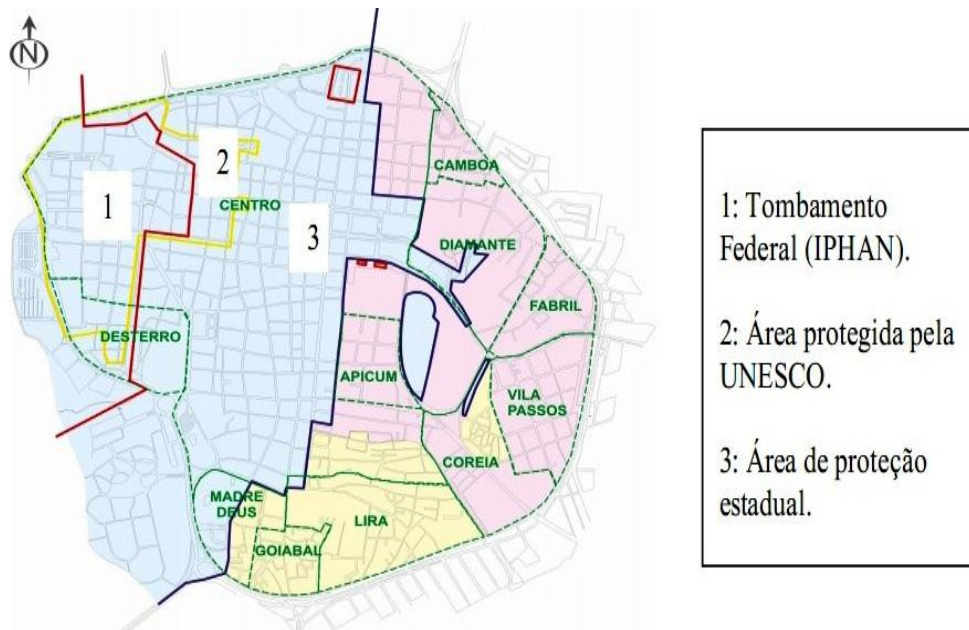


Fonte: Google Imagens (2012)

²⁵ Entrevista concedida pela Superintendente da 3ª Regional do IPHAN-MA, Sra. Kátia Santos Bogéa, no dia 12 de setembro de 2008, (CHAVES, 2008).

Em virtude da ampliação do conceito de patrimônio, passando este a abranger áreas urbanísticas inteiras, e não mais apenas os edifícios e artefatos móveis típicos do período colonial brasileiro, o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís passou por um verdadeiro processo de expansão de seu acervo protegido, adquirindo, assim, a sua fisiologia urbana atual, num ininterrupto processo que só foi consolidado a partir do final da década de 1970 (Figura 1).

Figura 1 - Imagem do Centro Histórico da Cidade de São Luís



Fonte: IPHAN (2005)

O processo de ampliação do espaço urbano patrimonializado em São Luís é narrado pelo IPHAN - MA da seguinte forma:

Num primeiro momento, tombaram-se monumentos isolados: o prédio da Academia Maranhense de Letras, o sobrado da avenida D. Pedro II nº 199 e a Fonte do Ribeirão. Posteriormente, os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos do Largo do Desterro, Praça Benedito Leite, Praça João Lisboa, e finalmente o conjunto arquitetônico da cidade de São Luís na forma como se apresenta hoje. (IPHAN-MA, 2005b, p. 27).

Diante desse quadro preservacionista local, conduzido institucionalmente pelo IPHAN e Governo Estadual (DPHAP) e sem grande participação municipal, a partir do início da década de 1980 o Governo do Estado lançou uma iniciativa inédita em relação à preservação do sítio histórico de São Luís, iniciando, assim, a política pública patrimonialista

local com um grande, porém único, seminário nacional²⁶ que se dispôs a discutir uma proposta de preservação (Foto 4) elaborada por um arquiteto americano (Foto 5) a serviço do Governo do Estado naquele período.

Foto 4 - Proposta de Renovação Urbana da Praia Grande



Fonte: (ANDRÈS, 2006, p. 38)

Foto 5 - Arquiteto Americano John Gisiger



Fonte: (ANDRÈS, 2006, p. 38)

Segundo Luiz Phelipe Andrès, Engenheiro civil responsável pela coordenação do programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís durante o período de 1979 a 2003 e Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, em entrevista concedida a esta pesquisa:

[...] o projeto de preservação do Centro Histórico de São Luís começou em 1979, a partir de um debate muito forte e curiosamente a partir de uma proposta que teve seu núcleo elaborado por um arquiteto americano, o John Gisiger. O John era estrangeiro, mas muito brasileiro por ter sido criado no Brasil desde muito jovem, mas de nacionalidade americana. Viajando um ano pela Amazônia, Manaus e Belém, chegando depois em São Luís abordo de sua canoa costeira. Chegando a capital, na Praça João Lisboa, começou a desenhar São Luís, daí o senhor Bernardo Almeida, jornalista do Jornal O Estado do Maranhão soube e se interessou pelo trabalho do John. O então governador João Castelo se interessou pela proposta de John, o que fez com que o Aloísio Magalhães viesse a São Luís naquele momento, já com a preocupação de criar o IPHAN no Maranhão já que São Luís era tombada

²⁶ No ano de 1979, ocorre em São Luís, por iniciativa do Governo do Estado, juntamente com o IPHAN, na gestão de Aloísio Magalhães, um grande seminário denominado de Convenção Nacional do bairro da Praia Grande, nesse seminário se elaboraram as diretrizes do Projeto Praia Grande (Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCH), se discutiu exaustivamente a proposta de revitalização do Centro Histórico elaborada pelo arquiteto John Gisiger. Os participantes da Convenção (especialistas de todo o Brasil na área do patrimônio) propuseram a criação de uma Comissão de Coordenação dos Projetos e de um grupo de trabalho executivo, criados oficialmente pelo Decreto Estadual nº 7.435 de 16 de novembro de 1979, no âmbito da SEPLAN-MA, sob a Coordenação Geral executiva do arquiteto Ronald de Almeida Silva (SEPLAN, 1997).

pelo IPHAN desde 1975, e discutir a proposta local de preservação a partir dos trabalhos do John Gisiger.

Esse seminário teve como figura de destaque o Dirigente do IPHAN Nacional naquele período, Aloísio Magalhães. Nessa reunião, técnicos de várias partes do Brasil discutiram as diretrizes do Projeto de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, tendo como produto final o Projeto Praia Grande, posteriormente denominado de Projeto Praia Grande - Reviver. (Foto 6).

Foto 6 - Plenária da 1ª convenção da Praia Grande com a presença do governador do Estado, João Castelo, do prefeito de São Luís, Mauro Fecury, no momento da fala do presidente do IPHAN, Aloísio Magalhães, em outubro de 1979, na sede da Associação Comercial do Maranhão



Fonte: Andrès, (2006. p. 41)

Com relação a esse importante e pioneiro episódio das políticas de preservação em São Luís, a superintendente do IPHAN no Maranhão, Kátia Bogéa, quando entrevistada por motivo da realização de pesquisa monográfica, nos conferiu o seguinte relato:

O IPHAN se implantou no Maranhão em 1980, justamente quando o Estado, através da secretaria de planejamento, começou a discutir o Projeto Praia Grande com o arquiteto John Gisiger. Na época o presidente da Fundação Nacional pró-Memória, que também era do IPHAN, o Doutor Aloísio Magalhães, ouviu falar que aqui se estava gestando um projeto que iria destruir todo o Centro Histórico. Daí ele veio para cá. Quando chegou aqui a surpresa foi maravilhosa. Na verdade ele adorou o projeto, reuniu todas as instituições e deu um 'start' para que a coisa pudesse acontecer. (CHAVES, 2008, p. 30).

A partir da fala da Superintendente do IPHAN no Maranhão percebemos que o uso inadequado do termo “renovação” implicou em grande confusão no âmbito

preservacionista nacional, fazendo vir a São Luís o Senhor Aloísio Magalhães para ver de perto o que estava se gestando no plano político local em relação ao conjunto urbanístico ludovicence, tombado sucessivamente desde 1975 pelo patrimônio nacional, logo após haver assumido a presidência do então IPHAN, como podemos perceber também na fala a seguir:

Muito criativo e competente, mas iniciante nesta seara, o Arquiteto John Gisiger, tentando transmitir uma ideia de revitalização havia denominado seu trabalho com o título de Renovação Urbana da Praia Grande. Este equívoco tornou-se em causa para alarmar alguns especialistas no Brasil que na época tinham as atenções voltadas para São Luís. E logo chegaram ao IPHAN no Rio de Janeiro os rumores de que um plano de ‘renovação urbana’ estaria sendo proposto para São Luís. Seria a demolição do conjunto para a edificação de prédios modernos? (ANDRÈS, 2006, p. 39).

Cabe ressaltar, a partir dessa conjuntura, que a proposta do Governo do Estado do Maranhão tentava ajustar-se aos moldes da política federal de preservação²⁷. E que no teor do discurso da Convenção da Praia Grande, havia clara preocupação institucional das políticas locais de preservação ao que se estava gestando em plano nacional. Propósito esse que ficou marcado pela fala do governador, quando disse em plenária que “o referido projeto estava sintonizado com o plano de Governo Estadual e da União de preservar o que se convencionou chamar de memória nacional.” (GUEDES, 2001, p. 80).

Surgiu, a partir desse contexto, um plano de preservação elaborado para o Centro Histórico da Cidade de São Luís pelo Governo do Estado, sem forte participação da Prefeitura de São Luís e sociedade civil durante o seu processo histórico, mas com grande influência europeia, sobretudo francesa, com base nas orientações e diretrizes das Cartas de Atenas e de Veneza. Esse plano propôs, em linhas gerais, além da revitalização do Centro Histórico local, o turismo como uso primordial para o espaço urbano revitalizado.

²⁷ Paralelo ao que se estava em termos de política pública de preservação no Maranhão, naquele momento, não podemos deixar de destacar que existia uma conjuntura nacional de preservação centrada na esfera do IPHAN, órgão que buscava agir em consonância com as recomendações internacionais para o patrimônio, contexto no qual os estados também atuavam. Sendo assim, “na busca da revitalização dos centros históricos, o Ministério da Educação e da Cultura convocou todos os governadores e prefeitos de cidades com potencial histórico, com o intuito de celebrarem um compromisso de solidariedade para a preservação do Patrimônio Cultural, cujo documento ficou conhecido como o Compromisso de Brasília que, posteriormente, em 1971, foi rediscutido e ampliado e o resultado foi chamado o Compromisso de Salvador.” Compromisso esse que [...] estabeleceu um pacto buscando uma ação conjunta entre as diferentes esferas: federal, estadual e municipal, no tocante a proteção dos bens culturais principalmente com o intuito de criar órgãos, e aperfeiçoar os já existentes e mais próximos da realidade de cada local. A reunião de Salvador completou as deliberações supracitadas e tratou principalmente de dispositivos legais e mecanismos que orientassem e auxiliassem as ações a serem tombadas para a preservação do patrimônio cultural. Todas estas ações culminaram posteriormente com o PCH - Programa de Cidades Históricas. (GUEDES, 2001, p. 45).

Em relação ao período de gestação do Programa de Preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís, Luiz Phelipe Andrès deu o seguinte depoimento:

O senhor Aloísio Magalhães quando veio a São Luís em primeiro lugar nos disse que o que deveríamos fazer de início era discutir essa proposta com a sociedade. Em reunião com o John Gisiger, o governado do estado e o Aloísio Magalhães, na qual eu estava presente, o senhor Aloísio elogiou a proposta de revitalização, corrigindo apenas o título que era “renovação urbana da Praia Grande”, mas admitiu que a proposta era muito boa e também muito moderna. Tendo uma visão de conjunto, e que levava em consideração a urbanidade do local, incluindo o trânsito e circulação, bem como os aspectos sociais e econômicos, a valorização econômica da área, o turismo. Ressaltando além da importância da proposta, a necessidade de que ela deveria ser discutida com o conjunto da sociedade, isto em 1979. Partindo então desta reunião a proposta de um grande seminário que reunisse todos os seguimentos da sociedade local, para o qual o Aloísio Magalhães se comprometeu em convidar, por meio do governo federal, os melhores especialistas do Brasil para ajudar a discutir essa proposta.

A proposta, que em tese deveria ser de cunho social, de assistência aos moradores da área revitalizada, acabou ganhando contornos mais ligados ao mercado do turismo e à burocracia governamental do que necessariamente à função social prometida em suas diretrizes, aumentando enormemente o distanciamento de pessoas estabelecidas naquele espaço urbano em relação à gestão do patrimônio.

Ainda segundo Andrès, o “Projeto Praia Grande”, posteriormente denominado de “Reviver”, elaborado em parceria com o IPHAN no início da década de 1980, teria seu marco teórico advindo de experiências de revitalização da década de 1970 em Salvador - Bahia. Como nos relata Andrès na fala a seguir:

O senhor Aloísio Magalhães nos proporcionou naquele período experiências incríveis, ou seja, de podermos visitar, por conta do IPHAN, experiências na época consideradas muito boas, como o antigo “Projeto Pelourinho” em Salvador. Projeto este que fazia habitação para as pessoas do Centro Histórico, que tinha creches e participação da comunidade de forma ativa, além de projetos sociais, tendo como preocupação fazer a preservação por meio da revitalização do casario para as pessoas que lá moravam, mantendo-as em seu lugar de origem. Sendo assim, nasceu dessa experiência o antigo “Projeto Praia Grande”, acrescidas a ele as propostas do John Gisiger, isso porque as ações em Salvador eram pensadas por uma equipe muito competente, liderada pelo antropólogo Vivaldo Costa Lima²⁸, diretor da

²⁸ O antropólogo Vivaldo da Costa Lima, Professor Emérito e docente aposentado da UFBA, um dos fundadores do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), um dos principais estudiosos da cultura africana na Bahia, ao lado do francês Pierre Verger, foi também diretor do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), sendo um dos principais responsáveis pelas obras de recuperação do Pelourinho. Vivaldo não seria apenas o acadêmico, ele queria interferir na realidade e assim tornou-se fundador e Diretor da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, inicialmente voltada para a restauração e valorização do Pelourinho em Salvador. Foi responsável por romper com a mentalidade de restauração do patrimônio urbano com exclusão social, criando no Pelourinho o que denominava uma "universidade do fazer", aliando teoria e prática, envolvendo uma equipe multidisciplinar que composta por arquitetos, educadores, restauradores, assim como antropólogos e médicos, entre outros profissionais. (UFBA..., 2012).

Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia- IPAC, numa época em que o patrimônio de competência quase exclusiva dos arquitetos, sendo ele assessorado por dois sociólogos e apenas um arquiteto. Sendo assim, o que pudemos fazer de habitação nós fizemos. Na primeira etapa do projeto de habitação contemplamos alguns moradores, que pagavam apenas 10% do salário mínimo, diferente da segunda, que era financiamento para funcionário público e para artísticas.

Com grande influência teórica do antigo “Projeto Pelourinho”, o “Projeto Praia Grande” teria iniciado suas ações buscando promover a moradia e a participação social ampla, incluindo os mais diversos sujeitos, sindicatos e grupos interessados no patrimônio. Em relação à participação social das pessoas que moravam ou faziam uso do Centro Histórico, destaca-se o Sindicato dos Moços Remadores, dos Carroceiros, da Prefeitura, do Governo do Estado, da UFMA e UEMA, intelectuais, artistas, narrado assim por Luiz Phelipe Andrès:

Quando da 1ª Convenção da Praia Grande, houve a participação além de técnicos de todo o Brasil, inúmeros sindicatos e líderes comunitários participaram. Como figura comunitária de destaque, posso citar o senhor Venceslau Brás, presidente do sindicato dos feirantes da Praia Grande, líder ativo e participante, eleito de três em três anos numa época de ditadura em que não havia eleições, mas o sindicato dos feirantes fazia eleições regularmente nas quais ele era eleito sempre, devido sua participação atuante. Durante a convenção ele pediu a fala no meio da plenária e disse em alto e bom tom: - nós queremos que primeira obra de recuperação do Centro Histórico seja na Praia Grande, pois nós somos uma atração turística pelos produtos tradicionais que ofertamos e nós habitamos um prédio tradicional que é a Casa das Tulhas. Nós juntamos tudo o que é importante para o patrimônio, pois vamos formar uma atração turística para o Centro Histórico.

A partir da fala de Andrès, fica claro que a preocupação técnica era a de tentar garantir a participação social ampla, bem como o uso habitacional do Centro Histórico e a uma avaliação participativa do processo. Mesmo existindo tal preocupação na origem das políticas de preservação, o que se percebe a partir de uma avaliação crítica e distanciada daquele período, é que a participação social (Foto 7) se deu de forma muito restrita, e, por diversas vezes, não a contento dos interesses da comunidade.

Foto 7 - Secretário de Planejamento do Estado, João Rebelo, em reunião com Os feirantes no antigo restaurante do Basílio, na Feira da Praia Grande - 1979.



Fonte: Arquivo SPD (apud ANDRÈS, 2006, p. 55)

Em relação à participação da comunidade, Luiz Phelipe Andrés afirmou em entrevista a esta pesquisa, em 2011, que:

Havia embutido todo o ideário da participação nas políticas de preservação, mas muitas vezes a comunidade era chamada para reuniões e ninguém comparecia, com exceção do Sindicato dos Feirantes, que sempre comparecia. Nós muitas vezes, jovens e intelectuais, temos o hábito de estabelecer o discurso da comunidade como verdade, quando na verdade ela também é passível de erros e interesses, o que também dificulta a participação dos setores populares.

No fim da década de 1980, quando o então presidente da república era o maranhense José Sarney, inicia-se, em São Luís mais uma etapa do processo de revitalização urbana, denominado de Projeto Praia Grande - Reviver, período no qual o governador era Eptácio Cafeteira (Foto 8), responsável por modificar o projeto original, vislumbrando “nas obras de revitalização do Centro Histórico uma oportunidade ímpar para o ganho de dividendos políticos”, atrelando seu governo e marcas pessoais ao momento de investimentos estatais na revitalização do patrimônio local (SILVA, 2009).

Foto 8 - Ex-Governador do Estado do Maranhão em visita a obras do Projeto Reviver, na década de 1980.



Fonte: Andrés (2008, arquivo pessoal)

As intervenções ocasionadas pelo Projeto Reviver sobre o Centro Histórico, apesar de se concentrarem no bairro da Praia Grande, foram essenciais para a construção de um cenário patrimonializado ligado aos setores do turismo, lazer e entretenimento, difundidos

amplamente pela mídia local desde o início das obras de revitalização, como podemos ver a seguir:

As consequências imediatas do programa de obras planejadas serão, de acordo com a governadora, a reativação das formas tradicionais de emprego e renda, através do incentivo à pesca artesanal e à produção de embarcações artesanais; o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores e das populações residentes nas áreas de intervenção; os incentivos às atividades do turismo cultural e de lazer ‘vocação inequívoca do Centro Histórico’. (CENTRO..., 1997).

A força do discurso de reden o econômica por meio do turismo foi tamanha que diversos setores populares ligados ao centro histórico, tais como União de Moradores e Sindicatos, ainda hoje reclamam por investimentos ligados ao setor turístico, pois os mesmos acusam o poder público de privilegiar o bairro da Praia Grande em detrimento de bairros como Portinho e Desterro, o que fez despertar críticas por parte de gestores do patrimônio.

O Bairro do Desterro teve investimentos e valoriza o que poucos bairros da cidade de São Luís já tiveram. Assim que entregamos a Praça do Desterro, onde funcionava o inferninho, o bairro com toda uma ilumina o subterrânea, bem como redes de água e energia, calçamentos renovamos, e em menos de um mês de entregue a obra, veio uma comissão de moradores reclamarem junto ao Departamento de Patrimônio, dizendo que o bairro estava abandonado e que só d vamos aten o ao Bairro da Praia Grande. Quando eles disseram que só o bairro da Praia Grande tinha vida noturna e o seu não, foi que percebi que eles queriam ganhos por meio do turismo, residindo grande dificuldade em explicar, naquela situa o, que o Desterro era um bairro residencial, diferente da Praia Grande que tinha uma voca o para o turismo e lazer por não haver gente morando. (Andr s, 2011. Entrevista).

Em entrevista ao presidente da União de Moradores do Centro Histórico, quando comentado o descontentamento do gestor público do processo de revitaliza o do sítio histórico local, relatou o seguinte fato:

Todos sabem que o setor turístico   uma das maiores indústrias do mundo, gera inúmeros empregos e renda, então porque não adaptar o bairro e moradores para receber também o turista? Por que apenas a Praia Grande? Não seria bom para o turista ser recebido pelo morador, que vende produtos tradicionais, conta histórias a respeito do local, fazer alguma arte, etc, gerando emprego e renda da comunidade, usando o turismo a nosso favor. Sendo assim, a comunidade quer também se inserir no turismo e obter ganhos, temos uma voca o para o turismo também, exemplo disso foi o Vale Festejar. Não somos contra os investimentos feitos no Desterro, pelo contrário, nós agradecemos, adoramos tudo que foi feito aqui. Talvez tenha sido isso que os moradores falaram e ele não percebeu, pois falta esse tipo de visão ao gestor público, e essa visão ele só vai ter quando chamar a comunidade, a sociedade para fazer parte do processo, e isso dá trabalho, isso enche o saco deles. (Presidente da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

Dessa forma, fica claro que o direcionamento das políticas de preservação tem sido orientado pelas políticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), buscando, além da preservação, uma perfeita sintonia com o grande capital. E que através dos órgãos de preservação, que ainda detêm uma percepção monumentalista do patrimônio, o turismo cultural tem sido defendido como prática revitalizadora de áreas históricas degradadas em detrimento às práticas sociais cotidianamente construídas por seus moradores, que inclusive recebem e reelaboram esses discursos institucionais, como podemos perceber a seguir:

É algo fantástico. Dádiva que São Luís recebeu. Esperamos que o título se transforme em dividendos sociais, econômicos e turísticos e que o povo aprenda a valorizar o patrimônio que tem a sua disposição. Com um brinde pela Governadora Roseana Sarney no hotel em que se hospeda o Continental, aos convidados, tendo à frente o prefeito Jackson Lago. (CENTRO..., 1997).

O modelo de preservação para o setor turístico apenas, sem o devido cuidado com o social, sem um planejamento amplo, de longo prazo, e que de fato transforme o centro histórico em um organismo vivo e integrado à cidade, implica em apropriação desses espaços, mas de forma democrática e inclusiva, tem gerado críticas em diversos lugares do país a um modelo de preservação implantado no Brasil que não tem se sustentado, necessitando de investimentos constantes do poder público inclusive em bens privados.

O que se vê em São Luís, em termos de reclamação dos moradores e sociedade civil, bem como a falta de um poder público e de uma iniciativa privada fortes e atuantes, é um contexto não muito diferente de outras cidades, tal como em Salvador - BA, como mostra matéria divulgada no ano de 2010 no site Uol.com.br a seguir:

Nos últimos 40 dias, dois relevantes centros de varejo encerraram suas atividades no centro histórico de Salvador. O que poderia ser um fato isolado ou até mesmo uma decisão empresarial é, na realidade, reflexo de uma crise que provocou o fechamento de 170 estabelecimentos comerciais desde 2005 e reduziu drasticamente o movimento no mais importante ponto turístico da capital baiana. Uma pesquisa realizada recentemente pela Acopelô (Associação dos Comerciantes do Pelourinho) mostra que o centro histórico de Salvador, tombado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como patrimônio cultural da humanidade, deixou de ser um espaço interessante para os comerciantes. 'Há quase seis anos tínhamos 390 estabelecimentos comerciais funcionando aqui; hoje, contamos com apenas 220. E a tendência é um cenário ainda pior porque o centro histórico está abandonado', disse o presidente da entidade, Lenner Cunha. (ABANDONO..., 2010).

Para balizar este pensamento, já em relação aos numerosos investimentos em preservação em São Luís, mas que não conseguem dar àquele espaço da cidade a capacidade

de se manter vivo sem a dependência extrema do Estado, destacamos que apenas num curto espaço de tempo, a década de 1980, o governo federal repassou cerca de U\$ 25 milhões de dólares que saíram quase que totalmente de recursos próprios do Governo do Estado entre 1987 e 1990 para revitalizar boa parte do bairro da Praia Grande, no chamado Projeto Reviver, projeto no qual além do uso do turismo e do lazer, os casarões passaram a ser revitalizados em grande parte para o uso de repartições públicas (MARANHÃO, 1997, p. 30).

Dando continuidade à política de investimentos, no período de 1996 a 1999, mais uma etapa da revitalização foi realizada em São Luís, agora com recursos de linhas de investimento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), por meio das quais, no fim desta década, o processo de revitalização foi ampliado a bairros como Centro e Desterro, que balizaram a inclusão da lista da capital do Maranhão na lista do Patrimônio mundial em 1997, totalizando um montante de U\$ 53 milhões de dólares (MARANHÃO, 1997, p. 32).

Nesse período, houve tentativas frustrantes para a maioria das pessoas que moravam no centro histórico, de implementação da moradia em casarões reformados para famílias de baixa renda, devido à extinção do Banco Nacional de Habitação; tendo os projetos piloto de habitação sido voltados apenas para funcionários públicos, sem laços fortes de identidade com o espaço, o que explica o fato de muitos destes apartamentos constituírem apenas fonte de renda na forma de aluguel por parte de seus proprietários, motivando inúmeras cobranças em relação ao poder público, por parte de setores organizados da comunidade, a qual tem a questão da habitação no Centro Histórico como bandeira de luta constante.

A partir de uma análise crítica das políticas de patrimônio, da década de 1980 aos dias atuais, podemos perceber o quanto as políticas de preservação têm sido pautadas, ora na construção de “uma identidade maranhense”, ora no ideal de desenvolvimentismo com base no turismo, mas sempre omitindo seus usos sociais.

Nesse sentido, a homologação do título de patrimônio mundial a São Luís colaborou como um canal de captação de recursos para a região, fato esse explícito quando percebemos a quantia gasta com o casario tombado durante o processo de preservação do sítio histórico de São Luís, principalmente durante o governo Roseana Sarney, que contou com recursos também do PRODETUR, totalizando cerca de 225,00 milhões em recursos públicos

²⁹, que não geraram nem a participação social do patrimônio, muito menos a consolidação da iniciativa privada por meio do turismo.

A participação da comunidade foi algo muito restrita no processo de preservação em São Luís, mesmo constando nas diretrizes do Programa de Revitalização do Centro Histórico que o social tinha papel de destaque, segundo Phelipe Andrès, com grande omissão da própria população.

Eu avalio, em minha Dissertação de Mestrado, essa questão da participação popular, e vejo que a participação da comunidade foi tentada de todo jeito, e percebi que quanto mais participação da comunidade mais possibilidade de sustento tem o programa. Eu avaliei três casos para o Maranhão. O primeiro foi o relatório de Viana de Lima, que não teve participação de ninguém, sendo que ele fez um belo trabalho técnico em seu gabinete, que foi mandado para a UNESCO, mas que serviu apenas para ficar nas gavetas. O segundo foi o relatório do John Gisinger, que veio para São Luís, desenhou, me envolveu, envolveu outras pessoas e acabou promovendo a realização de um grande seminário sobre a preservação e que deu origem a todo o programa de revitalização que durou 25 anos. O terceiro momento é justamente o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, que durou muito mais por ter uma participação muito maior da sociedade, mas que ainda não foi o suficiente devido à população de não ter incorporando o patrimônio como seu. Daí, quando vem um governo e abandona tudo, apenas alguns artistas fazem protestos na fonte e a população como um todo fica indiferente, isso porque perdemos a cultura, não damos valor a isso, estamos alheios ao nosso tesouro, nossa cidade é um tesouro que não se resume apenas a Praia Grande. (Andrès, 2011. Entrevista concedida a essa pesquisa).

Ao realizar essa breve digressão histórica das políticas preservacionistas no Maranhão não raro podemos perceber o quanto o Estado, quer na figura do IPHAN, quer na figura do Governo Estadual, sempre exerceu forte participação no processo de construção do patrimônio, o que explica a autoridade patriarcal que o IPHAN tem sobre o tema, mesmo após a abertura democrática brasileira possibilitada pela constituição de 1988. No outro extremo das políticas de cultura, encontra-se a sociedade, de um modo geral, ausente do processo, extremamente desorganizada politicamente, e com participação extremamente restrita na gestão do patrimônio.

²⁹ Segundo Andrés (2006) “O PPRCHSL apresenta hoje um balanço de investimentos da ordem de R\$ 225,00 milhões com recursos públicos, na recuperação de uma área histórica que abrange cerca de 1000 edificações tombadas pelo IPHAN, além de outros grandes monumentos isolados, como as antigas fábricas têxteis do século XIX. Mostra ainda como foram as tratativas e os critérios adotados pelo Comitê do Patrimônio Mundial para a sua inclusão na lista da UNESCO.”

2.2 Consenso e conflito em torno do patrimônio

O conjunto de políticas públicas de preservação, iniciado em São Luís na década de 1980, foi basicamente implementado durante a vigência de governos oligárquicos, interessados politicamente na gestão da memória social, o que acabou por restringir a política de preservação no Maranhão a investimentos monumentais por parte de grupos políticos específicos, década de 1980 e anos 90, interessados na inserção do sítio patrimonial local no mercado mundial de espaços turísticos, almejando dividendos políticos por meio da cultura.

A partir da década de 2000, o sítio histórico da capital ludovicence passou a não mais receber os grandes investimentos públicos em preservação, o que fez gerar discursos e posicionamentos “pró-centro histórico” de diversos grupos sociais populares, acadêmicos, intelectualizados e elitistas, inclusive em repúdio às promessas não cumpridas de redenção econômica por meio do turismo, emergindo também demandas populares, como a questão da habitação no centro histórico.

A ausência dos investimentos públicos no patrimônio local fez surgir, no imaginário social do ludovicense, mais um período de decadência do velho casario colonial tombado da capital do Maranhão³⁰. Decadência essa cotidianamente denunciada pela voz da mídia e de diversos movimentos populares com atuação no Centro Histórico de São Luís, como se pode ver na Foto 9.

Além das constantes reclamações midiáticas, surgem outras demandas por parte de grupos de moradores, setores artísticos e intelectualizados também têm se organizado em prol do consenso preservacionista local, realizando “atos-denúncia” acerca do péssimo estado de preservação do patrimônio em São Luís, tais como o ocorrido na Fonte do Ribeirão³¹,

³⁰ A ideia de decadência da economia maranhense não é algo recente o quanto nos sugere o momento atual, restrito ao patrimônio cultural desse povo. Desde o século XIX, período em que o discurso do que se convencionou denominar de decadência da lavoura ou estado decadente da agricultura, que a ideologia da decadência é algo presente na história do Maranhão. Decadência esta que teria provocado o empobrecimento das antigas elites agro-exportadoras durante o século XIX. Essa ideologia de decadência parte da ideia de que existia um período áureo, uma época de ouro, para a economia maranhense e elites, mas que desapareceu com a crise agro-exportadora que se instalou na economia local, provocando um profundo estado de estagnação econômica pelo qual os maranhenses passariam a partir de então, tendo seus reflexos presentes ainda nos dias atuais. Para saber mais sobre a ideologia da decadência, cf. Almeida (2008).

³¹ A Fonte do Ribeirão é um exemplar valioso da arquitetura da época colonial. Ela foi construída em 1796 no governo de Dom Fernando Antônio de Noronha. Localizada em um amplo pátio, é recoberta de pedras de cantaria e cercada por dois paredões e ornamentada com um frontão decorado com símbolos religiosos que estão apoiados em duas pilastras laterais. A água jorra de cinco carrancas de pedra com biqueiras de bronze, que estão fixadas na parede. Depois de cair em um tanque, o excesso d’água é escoado para a antiga Praia do Caju. Diz a

monumento esse que constitui um símbolo da memória local, extremamente abandonada segundo o discurso socialmente difundido pela mídia local.

Foto 9 - Ação Comunitária em prol da preservação realizada pela Associação Comunitária do Centro Histórico de São Luís - MA.



Fonte: Arquivo da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís (2011)

Segundo noticiado pelos veículos de imprensa, o objetivo do ato seria “chamar atenção das autoridades para que façam a sua parte, mantendo o patrimônio público e da humanidade existente em São Luís preservado.” (Foto 10).

Foto 10 - A Fonte do Ribeirão volta a ser ocupada nesta sexta-feira, a partir das 17h30: em mais um ato simbólico e pela cidadania, intitulado “Sarau e Varal”



Fonte: Pedro Sobrinho (2011)

lenda que dentro da fonte existe uma serpente que destruirá São Luís no dia em que a cabeça encontrar a cauda. A fonte está situada entre as ruas dos Afogados e Isaac Martins (antiga Barrocas). Desde 1950, o monumento é tombado pelo IPHAN. (A FONTE..., 2012).

O consenso que se estabeleceu acerca da necessidade da preservação, iniciado com as primeiras políticas de preservação ainda na década de 1980, tem permeado inúmeros discursos, que não necessariamente restringem-se ao poder público, tendo reflexos nos discursos midiáticos e na polifonia existente entre diversos setores da própria comunidade.

A necessidade de preservar tornou-se praticamente um consenso em São Luís, embora os agentes levantem bandeiras diversificadas, tais como turismo, ações culturais e habitação, dentre outras tantas, incorporando um discurso a favor da preservação, em contexto que nem sempre foi assim.

Na década de 1980, período das primeiras intervenções, era muito comum o discurso social estabelecer consensos contrários à preservação³², relacionando o casario tombado com pobreza e atraso, discursos esses que perderam força devido ao consenso de se preservar, embora ainda sejam presentes no imaginário popular, como um fato recente revelado por Phelipe Andrès em entrevista a essa pesquisa:

Outro dia, quando foi a uma consulta com um médico oftalmologista, fui surpreendido pela médica, mulher jovem, inteligente, que fez especialização inclusive fora do país, dizendo que já havia me visto por meio da televisão. – É o senhor que trabalho com negócio de prédio velho? – Sim, sou eu mesmo. Eu trabalhei 27 anos na revitalização do centro histórico. – Não sei se vou dar uma opinião errada, mas sabe o que eu acho sobre tudo isso? Acho que poderíamos conservar a Avenida do Palácio dos Leões, a Igreja da Sé, a Praia Grande onde está a Rua Portugal, sendo que o resto deveria ser demolido, pois para quê conservar aquilo tudo? Eu imediatamente respondi a ela, dizendo que assim como ela não entendia de patrimônio eu não entendo de oftalmologia, e perguntei se ao invés de tratar meu olho, não seria melhor arrancar, pois para que tratar de um olho com problema, gastar dinheiro com ele se tenho outro funcionando bem, pois para mim arrancar um olho equivale a destruir o patrimônio de nossa cidade. (Andrès, 2011. Entrevista concedida a essa pesquisa).

Com relação ao papel da mídia na construção de sentidos e manipulação de setores da sociedade, que contribui de forma decisiva para a legitimação do consenso preservacionista, podemos constatar que:

A mídia configura-se no campo da disputa pela hegemonia, ela é uma aliança entre tecnologia, comunicação e capital. No entanto, no Maranhão, ela torna-se uma aliança entre tecnologia, comunicação e política, não voltada simplesmente para a produção de lucros, mas para a fomentação de votos eleitorais. Diante disto, é clara a

³² Em material de pesquisa levantado pelo Projeto Teatro das Memórias II, (CRISOL / GPEC-UFMA) o Professor Luís Alves do Departamento de Medicina da UFMA, líder estudantil da referida Universidade em 1971, narrou o fato de ter havido uma proposta por parte dos modernistas de São Luís e apresentada por Josué Montello em conselho universitário, e que tinha como pauta a criação do Campus Universitário da UFMA no centro histórico da cidade, proposta essa amplamente vencida, ficando a universidade instalada no Bacanga em área doada pela Igreja Católica.

necessidade de um discurso fundamentado no jogo de interesses que visa legitimar uma ideologia dominante. (CARVALHO, 2009, p. 96-97).

Grande parte desse consenso em torno da preservação, bem como da praticamente unânime crítica em relação ao mal estado de conservação do casario protegido da capital do Maranhão, advém de promessas políticas de redenção da economia local por meio do turismo, principalmente na conjuntura de patrimonialização local, quando da inclusão do sítio histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial, realizada pela UNESCO em dezembro de 1997, gerando um grande estado de euforia em relação ao turismo, mais ainda do que já havia desde o início da preservação, na década de 1980.

Daqui para adiante as agências de Turismo do Sul vão incluir São Luís nos roteiros dos transatlânticos, como já foi feito em janeiro passado. Por esta razão o Executivo Municipal necessita voltar os olhos para a capital maranhense com mais carinho, atacando o asfaltamento das ruas, determinando a retirada de barro dos logradouros, dirigindo a alguns munícipes a limpeza de seus casarões que infelizmente estampam capins e outros arbustos nos telhados. (SÃO LUÍS..., 1981).

Depois de quase uma década sem grandes ações de preservação no Centro Histórico de São Luís, além de setores da sociedade civil, a mídia também tem se posicionado em relação ao avanço do estado de abandono do patrimônio edificado de São Luís, como comenta a Folha online na reportagem, intitulada “Turista enfrenta via-crúcis e abandono na capital do Maranhão”.

A via-crúcis começa no embarque: preparado para longas horas de voo, não raro com escadas, o turista chega à capital maranhense num aeroporto com instalações improvisadas, consequência de uma obra que começou em março deste ano e não dá sinais de que vá acabar logo. Biombos fazem as vezes das paredes e um toldo plástico cobre a sala de embarque, onde as pessoas se apinham sob um calor que facilmente ultrapassa os 30°C nessa época do ano. O ‘devoto’ que se arriscar a conhecer o centro histórico verá cenas de ainda maior provação. Boa parte dos casarios dos séculos XVIII e XIX está caindo aos pedaços. Sem segurança, mal iluminadas e cheias de buracos, as ruas ficaram perigosas. Azulejos franceses e portugueses praticamente só são vistos em souvenir - isso se o turista encontrar uma loja aberta no centro, uma vez que o comércio segue o suplício. (COSTA, 2011).

Na mesma matéria, percebemos também o quanto pessoas comuns reproduzem tais discursos, negociando, em suas falas, melhores condições de vida e trabalho no centro antigo da cidade de São Luís, tais como podemos constatar na fala a seguir.

Isso aqui está numa desolação de dar pena”, comenta Antonio França, pescador e morador da cidade. Segundo ele, muitos casarões são particulares, e os donos não fazem questão de arrumá-los. ‘Fecham portas e janelas e querem que o negócio caia de podre’, conta ele. (COSTA, 2011).

Percebemos, a partir do exposto em todas as falas presentes nos discursos midiáticos acima, que os problemas do sítio histórico local são praticamente os mesmos de outrora. Que mesmo na década de 1980, quando da revitalização do casario tombado de São Luís, os problemas de conservação e a expectativa sobre o turismo já eram grandes, até mesmo porque constituíram agenda de propaganda política dos grupos oligárquicos dominantes, os quais sempre tiveram grande preocupação em fazer investimentos na memória e patrimônio locais.

A naturalização criada sobre o patrimônio a partir da política preservacionista local, apesar de promover uma tábula rasa sobre a história e cultura local, não foi capaz de apagar as marcas perenes que a cidade sempre deixa sobre os corpos que a habitam.

Segundo Pollak (1989), as memórias subterrâneas sempre emergem em momentos de abalo da memória oficial, “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”, elevando o conflito e o jogo conflituoso em torno da memória, no qual grupos sociais travam verdadeiras disputas, omitidas pela naturalização dos discursos dos grupos dominantes que investem na cultura, tais como a de inúmeras pessoas insatisfeitas com as promessas mal cumpridas, tanto em relação à moradia no centro histórico, quanto em relação ao turismo como redenção econômica.

Em entrevista a um morador, ex-membro fundador da Associação dos Moradores do Centro Histórico de São Luís, fica clara a insatisfação quanto às promessas feitas pelo poder público ainda na década de 1980, quando iniciaram a política de habitação naquele espaço urbano, que, em tese, seria para beneficiar as pessoas que lá moravam, mas que acabou servindo para pessoas sem laço identitário algum com o espaço. Assim, transcrevemos sua fala:

De lá pra cá eu vejo que não melhorou muita coisa, eu tinha a impressão que eles iam revitalizar a área do Centro Histórico e dar condições para as pessoas que residiam ali, mas foi o contrário, ficou só no discurso. Neste processo muitas famílias foram desmembradas, existem filhos que moram aqui e pais que moram no Anjo da Guarda e outras que os pais moram aqui e os filhos tiveram que procurar outro lugar, etc. O que hoje resta ai é cortiço, “cabeça de porco” mesmo. Daqui pra frente o que vem é pior ainda, se não fizeram antes agora que não vão fazer mesmo. (Morador do Desterro).

Outro morador, corroborando com o discurso dos moradores, já na conjuntura urbana e patrimonial atual, mesmo o posicionamento da comunidade não sendo homogêneo,

concedeu-nos entrevista, na qual relatou a falta de condições de moradia que ele e muitos outros moradores passam cotidianamente no sítio histórico de São Luís:

Se eu tivesse condições abandonava o prédio e deixava para eles, para virar um cabide de bandidagem, de bandidos, pois aqui no Centro Histórico é só o que acontece. Pois o abandono de casas tem feito com que se instalassem aqui drogados, bandidos e assaltantes em nosso bairro.

Respondo a um processo cívico que já perdi, o qual consiste na retirada da casa de cima, ou seja, do segundo pavimento. Estando respondendo também a um processo penal por desobediência e descumprimento da lei, o que não foi bem assim. Pois quando tomei de fato conhecimento do processo parei a obra e nem pintei a casa. Estando com essa luta desde 2003, já estamos em 2011, com uma determinação da justiça que já estou cumprindo. (Morador do Desterro).

O descontentamento do supracitado morador diz respeito a uma causa judicial que o IPHAN tem contra esse morador do Desterro, devido alterações na infraestrutura de seu imóvel (Fotos 11 e 12). Pois o piso térreo deverá permanecer (Anexos 1, 2 e 3), mas com a devolução das antigas características arquitetônicas, tendo que promover a retirada do andar construído pelo proprietário do imóvel, como se pode ver abaixo:

Fotos 11 e 12: Residência (Perfil e Frente) de um morador do Desterro sentenciada pela justiça



Fonte: Bairro do Desterro (2011)

O caso destacado acima revela a ausência de investimentos públicos em habitação e infraestrutura urbana para as pessoas que moram em sítios históricos. O contexto de ausência de investimentos que possam efetivamente garantir qualidade de vida a essas pessoas faz gerar reações frente às políticas de preservação, suscitando questionamentos acerca da obrigação de preservar o patrimônio, tal como preconizam os órgãos públicos, se não há a

devida contrapartida do Estado em termos de políticas públicas para os moradores do centro histórico, inclusive de modo a negociar pontos de conflito entre sociedade e poder público.

O fato é que há um grande impasse entre moradores e poder público, onde os primeiros esperam que o governo faça algo em termos de revitalização dos seus imóveis, em grande parte devido aos elevados custos de manutenção e revitalização dos imóveis. Na maioria das vezes essas quantias são incompatíveis com as rendas familiares dos moradores de baixa renda; o poder público, por sua vez, não cede às necessidades populares por entender que adequar os imóveis aos interesses dos moradores equivaleria à descaracterização dos bens tombados, o que gera ausência de diálogo e resolução dos conflitos que envolvem a moradia à esfera judicial, como o processo contra este morador.

Além do descontentamento em relação à moradia e à conservação do local, grande parte da sociedade que comunga com o consenso preservacionista também lamenta a falta de investimentos turísticos no local, contrastante com a fala da Governadora do Estado, quando de seu primeiro mandato político, na década de 1990, que em entrevista ao jornal O Estado do Maranhão de 12 de Dezembro de 1997, afirmando naquele momento que haveria “[...] um aumento na qualidade de vida dos trabalhadores e das populações residentes nas áreas de intervenção”, assim como “o incentivo às atividades de turismo cultural e de lazer constituía praticamente uma obrigação de seu governo por ser vocação inequívoca do centro histórico”, o que na prática não passou de uma política autoritária sem sustentação econômica.

O discurso de compromisso sobre o patrimônio, na justificativa governamental, foi grande ao ponto de a governadora dizer, naquele momento, que:

Outro governador poderia, se quisesse, ter candidatado São Luís a esse clube seletivo da UNESCO. E por que não o fez? Se o Projeto Reviver, excelente projeto que contou com o apoio e o entusiasmo do Presidente Sarney era suficiente para justificar o título por que nunca procuraram a UNESCO com esse objetivo? Ora, foi preciso que eu chegasse ao governo e acreditasse nessa possibilidade e por ela brigasse durante quase dois anos para que se transformasse em realidade. Se tenho algum mérito nessa história é o de sempre ter acreditado no valor histórico de São Luís e ter eleito essa questão como uma bandeira de luta. Fui pessoalmente a Paris inscrever a cidade, constituí um grupo técnico da maior categoria, e fizemos um acompanhamento passo a passo do projeto. E assumimos o compromisso de preservar e proteger a cidade. A UNESCO identificou o fato de que o povo de São Luís ama a cidade e cultua o seu passado histórico. (EU TENHO..., 1997).

Em contraste às falas que insistem em reiterar o discurso dos investimentos em preservação para fins econômicos, turísticos e não sociais, a mídia nacional também tem

denunciado a omissão em relação à preservação em São Luís, discurso que contrasta com as condições de vida dos moradores (Fotos 13 e 14).

Em entrevista ao coordenador de projetos sociais de Fundação Municipal do Patrimônio Histórico, ele deixa claro esse ressentimento dos moradores da área urbana e patrimonializada da cidade, consagrada como patrimônio nacional desde a década de 1970 e como patrimônio mundial pela UNESCO desde 1997, em relação ao descaso da moradia e à falta de infraestrutura urbana no centro histórico da cidade de São Luís, se dá por falta de participação social nos processo de gestão pública e de investimentos em moradia em centros históricos, quando afirma que:

Quando nos reunimos recentemente com os moradores do Edifício Humberto de Campos, primeiro projeto de habitação realizado pela prefeitura de São Luís, eles nos mostraram claramente o receio em relação a possibilidade de ficarem de fora do direito de propriedade do prédio residencial ou se iriam ser enganados, como foram anteriormente, nos rotulando enquanto poder público que os enganou. Dessa forma, buscamos deixar bem claro que esse é o primeiro projeto habitacional da prefeitura no centro histórico, que ela não participou das iniciativas anteriores por parte do Governo do Estado. Sendo que quando fizemos a seleção de moradores do Edifício Humberto de Campos, fizemos questão de chamar a própria União de Moradores para trabalhar conjuntamente na elaboração e aplicação dos critérios de seleção, pois entendemos que para legitimar o projeto, eles deveriam participar do processo, evitando assim velhos problemas que pudessem comprometer o projeto, tanto é que não tivemos problema algum em relação aos critérios e seleção dos apartamentos. (Coordenador de Projetos Sociais da FUMPH).

Reconhecemos que a iniciativa habitacional promovida pela Prefeitura de São Luís, embora muito pontual, foi, de fato, importante, tendo sido legitimada pelas lideranças comunitárias do centro histórico e comunidade de um modo geral, devido aos critérios e ordem dos sorteios não terem causado grandes discordâncias, já que o processo constituiu-se de forma participativa.

Foto 13- Patrimônio Histórico no Centro de São Luís ameaçado de cair



Fonte: Falta de manutenção..., (2012)

Foto 14 - Casarão desmoronado em São Luís



Fonte: Falta de manutenção..., (2012)

Apesar de ter sido uma iniciativa que está longe de resolver os problemas de moradia do centro histórico, a comunidade abraçou a causa e espera por maiores iniciativas do poder público em termos habitacionais, embora lamentavelmente ainda a falta de participação mais efetiva.

A habitação no centro histórico de São Luís (Foto 15) de fato é algo que mais une do que separa as pessoas quando o assunto é patrimônio, mesmo o processo sendo lento e pouco participativo, como afirma seguir um dos membros da União de Moradores:

Quando alguém vem e nos convida, ou quando ficamos sabendo por terceiros, vamos sim às reuniões, e isso é muito ruim para a comunidade, pois muitas decisões são feitas a portas fechadas. Em relação aos apartamentos que foram entregues a comunidade, procuramos participar, lutamos muito para que apenas quem morasse no centro histórico pudesse participar dos sorteios. Muitas pessoas se inscreveram e poucas foram sorteadas, pois o número de pessoas que precisam de casas ainda é muito maior que os apartamentos oferecidos, mas pelo menos a comunidade participou e houve sorteio (Membro da Fundação de Moradores do Centro Histórico)

Foto 15 - Entrega de apartamentos do Edifício Humberto de Campos à comunidade do Centro Histórico de São Luís



Fonte: FUMPH (2012)

Além do descaso em relação à moradia, os moradores do centro histórico, bem como a sociedade em geral, comumente são “acusados” do péssimo estado de conservação

dos imóveis, por não compreenderem o valor do casario tombado, omitindo-se de revitalizar os seus imóveis, que fazem parte do patrimônio cultural da humanidade na capital do Maranhão, conforme as diretrizes técnicas do IPHAN, tal como podemos perceber na fala a seguir.

‘Muitos aqui que têm casarões, inclusive gente com muito dinheiro, deixam os imóveis caírem. Melhor deixar com os estrangeiros que eles reformam e fazem algo de útil’. Mariano Silva, Guia turístico. Jornal Pequeno online, Em meio ao abandono, estrangeiros reformam casarões de São Luís. (EM MEIO..., 2011).

Na mesma matéria podemos perceber também o quanto pessoas com alto poder aquisitivo não têm o mínimo interesse em restaurar casarões tombados, embora os seguimentos populares pareçam ser os únicos culpados, por não terem renda para preservar nem instrução para argumentar.

Será que o descaso das pessoas com elevado grau de instrução e poder aquisitivo alto se deve ao fato de não identificarem grandes oportunidades de obtenção de lucro em curto prazo, advindos dos elevados investimentos em preservação, já que o custo de recuperação destes imóveis é extremamente exorbitante se comparado com investimentos em áreas modernas? Tais questões podem ser inferidas a partir do trecho seguinte da reportagem.

Entre as pessoas que estão respondendo ou responderam a ações civis públicas determinando a reforma ou estabilização de imóveis está o presidente do Senado, José Sarney (PMDB), e o ex-prefeito de São Luís e ex-senador, Mauro Fecury (DEM). Sarney é réu de um processo que tramita na 8ª Vara Federal do Maranhão desde 2005. Em 2010, houve uma tentativa de conciliação, sem sucesso. O presidente do senado alegou que não tinha condições financeiras para efetuar a recuperação do imóvel. Segundo dados do IPHAN, apenas a estabilização de um casarão no Centro Histórico de São Luís gira em torno de R\$ 1 milhão. (EM MEIO..., 2011).

No outro extremo, a fala de um Guia de Turismo aponta para um fenômeno relativamente recente, porém tímido na capital maranhense, que a partir da década de 1990 passou a ganhar destaque na mídia: a presença cada vez mais constante de investimentos de estrangeiros (Foto 16) para fins turísticos e de lazer nos velhos casarões do centro histórico, sobretudo no bairro da Praia Grande, sendo estas iniciativas consideradas modelo de preservação para a UNESO e amplamente defendidas pelos órgãos públicos de preservação em nível nacional e local.

Foto 16 - Casarão reformado por italianos no Bairro da Praia Grande, onde funcionam uma pousada e uma pizzaria à italiana. Foto: Wilson Lima



Fonte: EM MEIO..., (2011)

Segundo a citada matéria do Jornal Pequeno, que elogia enormemente as iniciativas de estrangeiros no sítio histórico de São Luís, a procura de estrangeiros por imóveis tombados na capital do Maranhão deve-se essencialmente ao fato de que:

Analistas empresariais de São Luís apontam que muitos estrangeiros investem na compra de casarões na capital maranhense por um motivo simples: economia. Um imóvel histórico com as mesmas características na Europa custa pelo menos dez vezes mais. Um casarão em um estado mediano em São Luís vale em torno de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil. Pelas informações da Polícia Federal, existem pelo menos dez pedidos por semana de estrangeiros querendo visto de permanência fixa em São Luís. (EM MEIO..., 2011).

Mas o que se tem percebido, devido à falta de investimentos pesados em revitalização e no turismo, é que muitos estrangeiros que adquiriram casarões tombados em São Luís parecem ainda não ter identificado o retorno dos investimentos, tanto em relação à aquisição, quanto à futura restauração e adaptação aos novos usos dos seus empreendimentos, principalmente ligados ao turismo, o que parece explicar ações recentes por parte do Ministério Público, que buscam responsabilizar proprietários estrangeiros pelo abandono de prédios tombados no Maranhão.

No tocante a aquisição de imóveis tombados por gringos, o presidente da União de Moradores nos deu o seguinte depoimento:

Não há investimentos em cultura e turismo, tudo na vida tem que ter uma contrapartida em termos de investimentos. – Você acha que só porque um proprietário desses tem recursos, é letrado em cultura e educação patrimonial, como o Dinamarquês que tem uma casa linda, com piscina e tudo, vai fazer investimentos e aplicar todo o seu recurso em casarões que não vão dar um retorno? Só porque São Luís é patrimônio da humanidade? Eles compram esses prédios para terem retorno financeiro, pouquíssimos deles moram aqui. Esse Dinamarquês vem aqui de seis em seis meses passar férias. Na última vez em que esteve aqui eu tive a oportunidade de conhecê-lo, fui inclusive convidado a ir a uma das festas que ele faz em sua casa, e ele cobra até ingressos para as pessoas entrarem lá. Eles visam mesmo é retorno financeiro, não querem fazer mecenato aqui não.

O que outrora constituía, segundo o discurso mediático e institucional, uma alternativa de salvação para o péssimo estado de preservação do casario tombado devido ao suposto não comprometimento dos maranhenses com o seu sítio histórico, acabou por se converter em uma nova onda de conflitos em torno do patrimônio, pois agora estrangeiros também são acusados de não valorizar essa riqueza patrimonial da cidade de São Luís, tal como podemos ver a seguir.

Casarões abandonados que correm risco de desabamento. São imóveis da União, do Estado, do município de São Luís e propriedades particulares. E nesse universo, pelo menos 50 desses casarões, pertencem a estrangeiros que se encantaram com a beleza da área histórica e decidiram investir no município. É o caso de três casarões que foram adquiridos por um norte-americano. Eles ficam localizados em uma área privilegiada, na esquina da rua do Giz , com a rua 14 de julho, no coração do centro histórico e estão à venda há mais de um ano. O valor do imóvel também chama a atenção: 150 mil reais. O investimento maior está na restauração dos prédios, que custam o valor de 1 milhão de reais. Em outro casarão do centro histórico, foi necessário o investimento de mais de 90 mil reais, feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cuja fachada ameaçava desabar. Turistas estrangeiros compram e abandonam casarões no Centro Histórico. MPF move ações contra abandono de imóveis tombados em São Luís. Governo Federal quer receber reembolso por investimento nos imóveis. (MPF..., 2012).

A tendência redentora da preservação acabou por se converter em mais uma ameaça à integridade do patrimônio, criando uma conjuntura na qual o governo agora tenta responsabilizar, em seus países de origem, os estrangeiros que abandonaram os casarões tombados em São Luís. Sendo assim:

[...] o governo Federal está tentando, por meio da justiça brasileira, receber o dinheiro de volta dos donos dos imóveis. "Eles terão que responder por duas coisas: os danos causados ao patrimônio e o ressarcimento do dinheiro utilizado na manutenção do imóvel privado aos cofres públicos", explicou a superintendente do IPHAN, Kátia Bogéa. A Procuradoria da República diz já ter movido ações contra outros estrangeiros, mas que o problema está na localização e notificação destas pessoas. "Há a necessidade de um tradutor oficial, que traduza os atos do processo para a língua do país do destinatário, assim como há também a necessidade de comunicações que sejam dirigidas a um outro país, além da própria conclusão destes

atos no país de destino. Ou seja, nós temos um procedimento que é mais alargado, que é mais demorado e cujo tempo é variável", explicou o procurador da República Alexandre Soares. (MPF..., 2012).

Em meio a toda essa teia de conflitos no seio das políticas de preservação, em que diversos atores sociais reclamam por participação e liberdade de uso no centro histórico, surge, além do consenso preservacionista, o discurso da Educação Patrimonial. Retórica essa que tem sido pautada na necessidade de “educar para conhecer e conseqüentemente proteger”, pois, segundo o discurso oficial, a educação patrimonial consiste em uma forma de “alfabetização cultural” dos indivíduos que “teimam” em não compreender e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, por desconhecerem o valor conferido ao mesmo.

3 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA

Da sacada da janela vejo um horizonte cru
 Sem arco-íris em cena, céu cheio de urubus
 Telhado velho, embaúba, madeira podre da chuva
 O azulejo quebrado, vestígio de um passado de pompa, luxo
 e suor
 Do negro, da prostituta do trabalhador braçal
 Que à nobreza serviu e transformou São Luís em tesouro
 cultural
 Não podemos conceber patrimônio do pulso sem a alma das
 pessoas
 Tendo esquecido a memória dos que fizeram a história.

(Denis, Morador do Desterro)

3.1 Concepções e Críticas acerca da Educação Patrimonial

A constituição federal de 1988 representa uma importante virada para o pensamento preservacionista brasileiro, estabelecendo em seu artigo 216, que atualizou o Decreto Lei 25/1937, novos instrumentos de proteção em virtude da ampliação do conceito de patrimônio histórico e artístico para Patrimônio cultural, rezando seu texto que:

Art.216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

IV - as obras, objetos, documentos, edificação e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

“§ 1º - O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”
 (BRASIL, 1998, p.131-132)

A partir desse novo texto constitucional, o patrimônio cultural brasileiro passou a ser de responsabilidade de todas as esferas públicas juntamente com a sociedade, devendo ser a sua gestão de forma compartilhada e democrática, apesar de o mesmo não representar a memória social da população brasileira como um todo.

A educação patrimonial, a partir desse novo contexto, surge como estratégia da preservação na medida em que o Estado passa a entender que a comunidade deve ser a melhor guardiã do patrimônio, embora não o conheça, por isso não o preserva, necessitando ser educada para tal.

Educar os cidadãos para o patrimônio, segundo o discurso institucional, é “um processo de autoeducação e sensibilização que visa eliminar a miopia cultural” (IEPHA-MG, 2009, p. 25).

A expressão educação patrimonial foi utilizada pela primeira vez no Brasil no início da década de 1980, pelo Museu Imperial, no ano de 1983, a partir de influências de experiências britânicas que aliaram preservação e educação naquele país, como consta no próprio Guia Básico de Educação patrimonial, anos antes de se discutir pela primeira esta proposta de gestão do patrimônio no Brasil. Para Horta (2005, p. 221), a educação patrimonial teria surgido:

“como síntese de uma proposta metodológica para o uso educacional dos museus e monumentos; o ponto de partida dessa proposição é o conhecimento direto dos bens culturais, visando à sua apropriação sensorial, intelectual e afetiva por parte dos indivíduos, crianças ou adultos, como instrumento de inserção e de ação crítica no meio social”.

Cabe ressaltar que essa proposta partiu de técnicos de várias formações, de especialistas, em meio institucional, ou seja, museus e órgãos de preservação, que buscaram traçar metas e metodologias de apropriação do patrimônio cultural brasileiro, culminando com um documento chave, pioneiro na política nacional de patrimônio, o Guia Básico de Patrimonial, elaborado pelo Museu Imperial em 1999 e chancelado pelo IPHAN como diretriz para ações educativas pautadas no patrimônio.

O Guia Básico de Educação Patrimonial consiste em um documento que apresenta metodologias que orientam como o patrimônio deve ser vivenciado por públicos de variadas faixas de idade, bem como deve ser ensinado nas escolas, servindo de base para toda e qualquer experimentação do patrimônio aliada à educação, tomando como conteúdos o patrimônio oficial.

Para ser qualificado, portanto, como educação patrimonial, um projeto deve seguir o Guia de Educação Patrimonial, por nele conter a metodologia de ensino-aprendizagem proposta e adotada a nível nacional, primando por atividades pedagógicas interdisciplinares com crianças no intuito de permitir que elas possam construir um sentimento de valorização diante daquilo que é dado como seu. (SOARES, 2010, p. 63-64).

Os princípios norteadores das ações de educação patrimonial, contidos no Guia de Educação Patrimonial, seguem um passo a passo (Figura 2) extremamente metodológico, que parte da descoberta da importância do patrimônio por parte das pessoas comuns para a construção em conjunto, buscando motivar as pessoas pela observação, apreensão, exploração e apropriação criativa do conhecimento a respeito do bem, monumento, peça de museu ou sítio histórico, na busca da compreensão da condição individual e coletiva e do aprimoramento da vida em sociedade pautado no patrimônio, segundo o Guia de Educação Patrimonial.

Figura 2: Metodologia da Educação Patrimonial

Passo-a-passo para realização de atividades de Educação Patrimonial

1º Passo: Tema

2º Passo: Público-alvo

3º Passo: Montagem do Projeto

4º Passo: Reunião com os Parceiros/Multiplicadores

5º Passo: Divulgação do Projeto e das Atividades Relacionadas à Preservação do Patrimônio Cultural

6º Passo: Realização das Atividades

7º Passo: Conclusão dos Trabalhos e Definição de Novas Etapas

Fonte: IEPHA - MG (2009)

O conceito de educação patrimonial estabelecido pelo poder público consiste em um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional pautado no patrimônio” que “busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

A metodologia da Educação Patrimonial é tão genérica e abrangente que chega ao ponto de afirmar que:

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural um

parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

Ao analisarmos detalhadamente o teor da argumentação da educação patrimonial, podemos perceber o quanto ela parte da necessidade do Estado em dar soluções a não identificação e apropriação de grande parte da sociedade em relação ao patrimônio oficial brasileiro, buscando criar formas de apropriação do mesmo. Para tanto, os técnicos preservacionistas estabeleceram metodologias educacionais como forma de criar essas apropriações do patrimônio, sendo que elas devem ser condizentes com os propósitos institucionais da memória social brasileira, estabelecidos pelo IPHAN, que se impõem de forma positiva às pessoas que moram em centros históricos ou fazem uso do mesmo.

Essa metodologia criada no Brasil, extremamente genérica, parte de determinados argumentos cruciais para a sua legitimação e implantação, tais como: as pessoas não fazem uma leitura crítica do mundo que os rodeia, não compreendem a trajetória histórica em que estão inseridas, sofrem com baixa estima, não valorizam por não conhecerem o patrimônio, devendo ser alfabetizadas culturalmente para valorizarem e compreenderem a cultura brasileira como múltipla e plural.

Como essas pessoas podem, de fato, compreender a cultura brasileira como múltipla e plural se suas representações e apropriações cotidianas sobre o patrimônio não fazem parte do rol de conceitos e usos legais do patrimônio?

Em todas as definições, tanto de patrimônio quanto de educação patrimonial, podemos perceber claramente conceitos dados, tais como: legado, herança, algo que não se escolhe, mas devemos nos apropriar, cumprindo assim com um dever de memória imposto, sob pena de sermos acusados por não compreendermos o valor conferido ao patrimônio.

Tanto no processo de construção do patrimônio quanto na criação das oficinas, cartilhas, e metodologias de educação patrimonial, os critérios de escolha dos bens dignos de preservação não são abertos a uma crítica social ampla, democrática, pelo contrário, são fechados aos especialistas e peritos, que envolvem os setores comunitários apenas na fase de consagração da memória oficial, inculcando os valores a seres apreendidos por essas pessoas.

A partir de então foram criadas metodologias que estabelecem passos para a aplicação da educação patrimonial, partindo de uma suposta descoberta do patrimônio por parte das pessoas alvo dessas ações da gestão preservacionista, mostrando o que é o

patrimônio, o que foi, e como deve ser utilizado e compreendido, tanto bens móveis, quanto monumentos e sítios históricos patrimonializados.

Existem propostas de Educação Patrimonial que defendem inclusive o ensino do patrimônio enquanto disciplina escolar, ou seja, como conteúdo a ser incluso nos currículos escolares, nos mais diversos níveis de ensino (FERNANDES, 1993).

Diversas ações educativas têm sido implementadas no Brasil inteiro, com apoio de instrução do IPHAN e demais órgãos de preservação em cada estado, com destaque para o projeto Casas do Patrimônio³³, a principal iniciativa de educação patrimonial para o IPHAN.

O IPHAN busca formas de implementar uma postura educativa em todas as suas ações institucionais. Isso significa que o IPHAN espera que cada vez mais suas representações espalhadas por todo o território nacional, funcionem como centros de diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural. O projeto Casas do Patrimônio é a principal iniciativa nesse sentido. (IPHAN, 2012).

No período compreendido de 27 de novembro a 1º de dezembro de 2009, o IPHAN organizou o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas de Patrimônio, que ocorreu na Fundação Casa Grande - Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe - no qual foi elaborado um documento final denominado Carta de Nova Olinda.

O objetivo desse evento foi a análise e avaliação das primeiras Casas de Patrimônio, a elaboração de diretrizes comuns para as referidas casas e a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta. Segundo o teor da Carta:

Estavam presentes no encontro representantes e colaboradores do IPHAN e das seguintes Casas do Patrimônio, implantadas durante o ano de 2009: Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro, Bahia; Casa da Baronesa, Ouro Preto, Minas Gerais; Casa do Patrimônio de Iguape, São Paulo, Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará; Casa do Patrimônio de João Pessoa, Paraíba, Casa do Patrimônio de Recife, Pernambuco. Vale dizer que esse documento representa a culminância de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, do IPHAN, vem fazendo desde o ano 2000, no sentido de estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse processo, é preciso reconhecer as inúmeras iniciativas de educação patrimonial implementadas pelas superintendências e instituições ligadas ao IPHAN

³³ A proposta das Casas do Patrimônio se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o IPHAN, a sociedade e os poderes públicos locais, pois, além de informar e dialogar sobre as atividades e rotinas administrativas da instituição, buscará investir em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar renda e de atuar a partir de noções ampliadas de patrimônio. (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 4).

e por diferentes organizações da sociedade civil. (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 2).

As experiências e iniciativas debatidas nesse seminário acabaram por se traduzir em futuras propostas de Educação Patrimonial, tais como o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, realizado em Sergipe no ano de 2005, que se pautou em “discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade civil” (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 3).

A Carta de Nova Olinda reflete um conjunto de investimentos em ações educativas que o IPHAN já vinha realizando desde o início da década de 2000, de modo a promover o patrimônio cultural brasileiro, apoiando e gerindo inúmeras ações iniciativas de educação patrimonial implementadas pelas suas superintendências e instituições ligadas ao IPHAN em todo o Brasil, bem como iniciativas que partiam da própria sociedade civil.

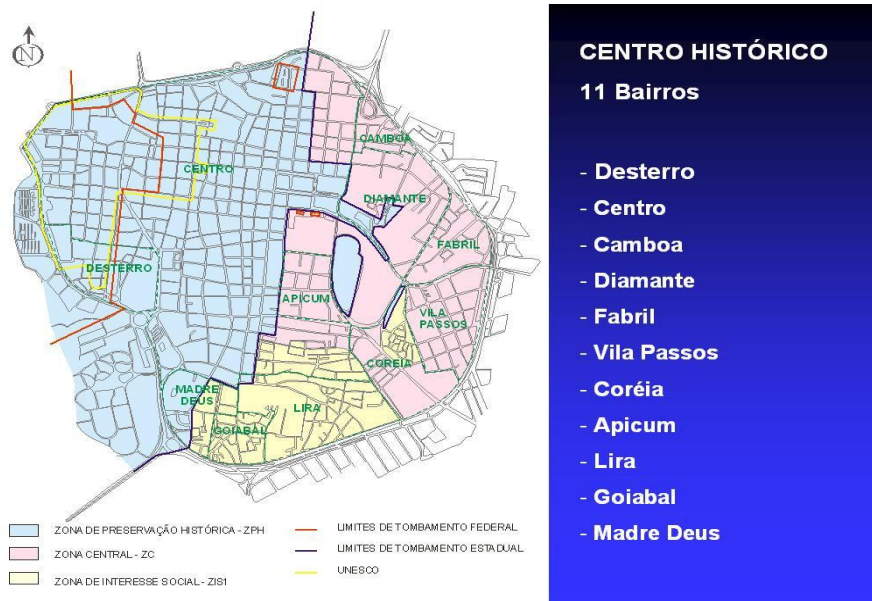
3.2 O Bairro do Desterro

O Bairro do Desterro, juntamente com os bairros Portinho e Praia Grande, constitui nas grandes narrativas discursivas locais do patrimônio o núcleo fundador da cidade de São Luís; comumente chamado de centro histórico pela mídia, pelo discurso oficial e população local, devido ao fato dessa classificação ser confundida com as zonas de proteção federal (IPHAN) e mundial (UNESCO).

Vale destacar, ainda, que existe uma delimitação territorial municipal que, por ter a competência de regular o uso e zoneamento do solo urbano, define em seu plano diretor o centro histórico como um conjunto amplo de bairros, que além destes citados, englobam outros, tais como Apicum, Madre Deus, Camboa, Diamante, Fabril, Vila Passos, Lira, Coréia, Goiabal e Centro (SOARES, 2010, p. 37).

O zoneamento territorial municipal (Figura 3) acabou compreendendo além das áreas de preservação federal e mundial, uma área de preservação estadual que serve de contenção para a área de maior interesse pelas políticas públicas de patrimônio.

Figura 3: Zoneamento atual do centro histórico



Fonte: FUMPH (2012)

Em relação ao bairro do Desterro, estudos realizados pela Fundação Municipal de Patrimônio no tocante às origens do bairro e suas conexões com a formação da cidade de São Luís, destacam que:

Os primeiros sinais do bairro estavam incluídos na delimitação territorial feita pelos franceses quando estes começaram a construção do Forte São Luís. O bairro chegou a ser palco de disputa entre portugueses e holandeses de 1641 a 1644. Contudo, apesar de estar incluído no núcleo fundacional da cidade, o bairro aparece como um apêndice da Praia Grande, bairro que nos primeiros séculos da formação de São Luís se destacou por ser o polo mercantil da cidade. (SÃO LUÍS, 2007b. p. 16).

No início do século XX outro tipo de comércio, de alto luxo, movimentava diversas ruas do Desterro, com destaque para a Rua do Giz ou simplesmente 1º de Julho, que ainda hoje, em pleno século XXI, guarda memórias relacionadas à prostituição que ocorria em diversos bordéis localizados em casarões de grande porte daquela região conhecida como Zona do Baixo Meretrício (ZBM), como podemos perceber a seguir:

Durante as primeiras décadas do século XX alguns dos casarões do Desterro transformaram-se em bordéis, modificando a visão do restante da cidade em relação ao bairro, que passou a ser identificado como reduto de casas de prostituição. Os solares aristocráticos foram ocupados por luxuosos bordéis, que incendiavam a noite do bairro. Contudo, a época áurea dos bordéis também esgotou as suas possibilidades e os casarões festivos perderam o sentido, sendo deixados ao abandono. Em meados do mesmo século, com a expansão da cidade para outras áreas, o bairro passou a vivenciar um certo isolamento que estigmatiza com a marginalidade social na área. (SÃO LUÍS, 2007b. p. 17).

O Desterro é um bairro que ocupa uma localização central na cidade de São Luís, constituindo um dos núcleos habitacionais mais antigos da cidade, abrigando famílias oriundas da região da baixada maranhense³⁴.

A população que reside nesse espaço, tido como tradicional no contexto histórico da formação da capital do Maranhão, guarda consigo, além de memórias das quais se orgulha, contradições diversas, tais como o rótulo de um bairro marginal, violento, atrelado ao tráfico de drogas e a prostituição, generalização midiática esta que não condiz com a realidade de todas as pessoas que ali moram.

O Desterro parece ser um bairro que desde os primórdios de sua formação sofre com processos de criação de estigmas³⁵ sobre a sua tessitura urbana e social. Na sua trajetória histórica, frequentemente observamos, nos registros oficiais e acadêmicos sobre o bairro, uma aparente condição de dependência e inferioridade em escala de importância em relação a sua vizinha Praia Grande. Dependência essa que podemos perceber desde os tempos em que a Praia Grande era o principal espaço mercantil da cidade, passando pelo período da antiga ZMB às tentativas atuais de inserção daquele espaço no mercado turístico que sopra da Praia Grande em direção a outros pontos da cidade (SÃO LUÍS, 2005, p. 13).

Os processos discursivos construídos em relação ao bairro, e as pessoas que lá moram, quase sempre vão ao sentido de inferiorização das pessoas que moram nesse espaço social. Os moradores do Desterro são vistos como violentos, problemáticos, relacionados à prostituição e ao tráfico de drogas. Cabe ressaltar que esses discursos omitem as formas de pertencimento social e reações dessas pessoas.

A formação do bairro é, sem dúvida alguma, alvo de discussões e controversas intermináveis, muitas vezes polêmicas, e que não são o objeto principal dessa pesquisa, mas que de alguma forma devem ser omitidas. Para Silva (2005, p. 45):

³⁴ A microrregião da Baixada Maranhense é uma das microrregiões do estado do Maranhão pertencente à mesorregião Norte Maranhense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 518.241 habitantes e está dividida em 21 municípios. Possui uma área total de 17.579,366 km². A baixada maranhense, conhecida também como região dos Lagos e Campos se localizando próximo ao Golfão Maranhense, tendo como característica geográfica a vegetação herbácea alagável pelos rios e lagos daquela região, região essa da qual diversos moradores migraram para São Luís e formaram inclusive o bairro do Desterro.

³⁵ Goffman (1986) considera o conceito de estigma, em suas análises sociológicas de construção do “Outro” a partir do “Eu”, conceito esse elaborado pela Psicologia Social. A partir de então, procura adequá-lo aos anseios da sociologia. Parte da proposta de que os processos de estigmatização social devem ser vistos por meio do viés interacionista em meio a relações sociais nas quais uma pessoa constrói a outra a partir de certos atributos, de forma seletiva, sendo esses atributos negativos ou positivos, surgindo assim duas categorias de sujeito: de um lado os “normais”, de outro os “estigmatizados”, em meio verdadeiros processos de construção de identidades pessoais ou grupais.

Embora haja divergência quanto à data de sua fundação, o Desterro é conhecido como um dos bairros mais antigos da cidade de São Luís. Após algumas décadas da fundação da cidade foi levantada uma pequena ermida em homenagem a Nossa Senhora do Desterro. Em torno dessa capela começaram a surgir algumas casas que deram origem ao bairro, o qual provavelmente recebeu essa denominação influenciada pela presença da capela nas proximidades.

Contrastando historicamente com a opulenta Praia Grande, o Bairro do Desterro sempre foi visto como um bairro de gente humilde, considerado o primeiro bairro de brasileiros de São Luís, já que a vizinha Praia Grande pertencia aos ricos comerciantes portugueses para os quais os brasileiros trabalhavam.

O Desterro (Foto 16) é formado por ruas estreitas, becos, casas de menor porte arquitetônico, se comparadas com os grandes casarões da Praia Grande. O bairro tem sua formação fortemente ligada à edificação religiosa centenária católica do bairro, a Igreja do Desterro (Foto 17), em homenagem a Nossa Senhora do Desterro, santa protetora dos degredados portugueses trazidos para essa região ainda no período colonial brasileiro.

Foto 16: Bairro do Desterro



Fonte: FUMPH (2012)

Foto 17: Igreja do Desterro



Fonte: Google (2012)

Em frente à Igreja do Desterro existe um largo no qual são realizadas diversas festas populares, algumas com incentivos governamentais, tais como apresentações de Divino Espírito Santo, Tambor de Crioula, Festas Juninas, além dos tradicionais jogos de bola das crianças do bairro, que juntos compõem toda uma complexa teia de sociabilidades que os moradores mais antigos fazem questão de incentivar.

Quase toda semana dou uma bola para esses meninos jogarem seu futebol. Acho melhor assumir essa responsabilidade e fazer com que eles tenham algum lazer, se divirtam, pois é melhor do que ficaram aí na rua sem fazer nada e caírem na droga. Esses meninos em sua maioria nem são daqui de perto, vêm lá de semana, daquela área invadida onde reina a droga. (Morador do Desterro).

A fala do morador destacada acima se reporta ao que outros moradores, ligados a União de Moradores, chamam de “segregação social e territorial do bairro do Desterro”. Processo esse que tem construído identidades diversas e conflituosas dentro do mesmo espaço social do bairro, a partir de processos de estigmatização social dos moradores que ocupam casarões na zona de transição entre o Desterro e a Praia Grande.

Infelizmente as pessoas aqui ainda fazem distinção das pessoas lá de cima, eu não gosto desse tipo de divisão social. Talvez hoje, devido às pessoas terem mais informação e educação, o preconceito seja menor. Antes essa divisão era por conta da região do baixo meretrício, sendo que existe apenas uma pequena parte de pessoas que vivem da prostituição. Existem filhos e filhas de pessoas que viviam da

prostituição que vivem aqui ainda hoje, convivem conosco tranquilamente, não tem culpa de nada, mas ainda existe esse preconceito. (Ex-Presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico de São Luís)

Esses moradores seriam os causadores da atual, porém antiga, imagem negativa do bairro devido aos problemas recorrentes de tráfico de drogas, prostituição e violência urbana, como os destacados a seguir:

Aqui tem um dos primeiros lugares de tráfico de drogas do Maranhão, Vacaria. Aqui tinha uns quartos e um poço, antes de existir o anel viário, de onde vinham de barco os animais para fazer o corte e ir para o mercado, daí o nome desse lugar de tráfico ser chamado de vacaria. (Ex-Presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico de São Luís)

Ao conversarmos com as pessoas mais antigas do bairro, que vivem próximo às imediações da Igreja e do Convento das Mercês, e são em sua maioria oriundas da região da baixada maranhense, não é difícil perceber na fala dos mesmos tentativas de distinção social em relação aos moradores da área de transição do Desterro com a Praia Grande, anteriormente conhecida como ZBM, hoje ocupada por diversas pessoas ligadas ao tráfico de drogas, além dos remanescentes do período de intensa prostituição.

Essa distinção social, segundo os moradores, não mais se dá por conta dos bordéis, como na época da ZBM, mas pelo intenso tráfico de drogas e violência, promovidos por diversas pessoas oriundas de bairros periféricos da cidade, e que invadiram esses imóveis, sendo essas pessoas diretamente responsabilizadas pelo estigma mais recente da história do bairro, ou seja, a imagem de bairro violento.

Ainda em relação à fé católica dos moradores do bairro, diversos testemunhos fazem referência a um antigo morador, negro, chamado José Lé, que segundo os moradores mais antigos, teria erguido em 1832, com as próprias mãos e sem recursos, as paredes da pequena igreja da época, que foi refeita após a expulsão dos holandeses da área, fato histórico que tem criado grande devoção e orgulho dos moradores em relação à Igreja do Desterro.

Quando se fala em festa no bairro não podemos deixar de falar em festas religiosas. No mês de maio é comemorado o dia de Nossa Senhora de Fátima, com ladainhas todas as noites e procissão de casa em casa, para no dia 31 de maio ocorrer a coroação. Em agosto ocorre um antigo festejo, mas retomados há dois anos, para Nossa Senhora do Desterro. A Igreja do Desterro foi inaugurada em 1868, batizada com quatro sinos: São Jerônimo, Santa Bárbara, São Luís e São José. A Igreja do Desterro passou a ser Igreja de São José o padroeiro, com traços bizantinos que caracterizam as igrejas antigas de Constantinopla, igrejas com esses traços são encontrados hoje apenas na Rússia. (Morador do Desterro).

Muito presente na fala dos moradores, sempre em tom de respeito, a igreja do Bairro é de fato para eles motivo de muito orgulho, embora lamentem a pouca importância que as autoridades dão a referida igreja, quando comparam com outras igrejas da cidade, relatando a falta de missas constantes, de um padre fixo, da administração da igreja por parte da Secretaria de Cultura do Estado, dentre outras reclamações.

Enquanto ao longo dos séculos XVIII e XIX a Praia Grande foi um bairro eminentemente de comerciantes portugueses, o Desterro era habitado por brasileiros, gente com ocupações menos nobres, geralmente relacionadas ao porto, pessoas que ocupavam funções diversas, tais como calafates, serreiros, carpinteiros, práticos e polieiros, dentre outros (SÃO LUÍS, 2005).

Ao mesmo tempo em que a Praia Grande funcionava como o centro comercial da cidade, o Desterro executava um papel de bairro subsidiário de mão de obra, fornecedor de serviços de pequeno porte, local de moradia para as pessoas que trabalhavam no bairro da Praia Grande (SILVA, 2005).

[...] tal condição e principalmente a proximidade com a Praia Grande rendeu, de alguma forma, uma certa valorização imobiliária, pois, nas suas proximidades do bairro da Praia Grande, foram construídos alguns sobrados que, dado o seu porte, provavelmente abrigou famílias que detinham poder aquisitivo um pouco mais elevado e que possivelmente possuíam negócios naquela área. (SILVA, 2005, p. 52).

Durante o período colonial e regencial a economia do bairro do Desterro sempre esteve atrelada ao centro comercial da cidade, ou seja, a vizinha Praia Grande, o que não foi muito diferente nos períodos históricos que se seguiram, pois a proximidade dos dois bairros é enorme, residindo grande dificuldade visual de delimitar os perímetros que formam os respectivos bairros.

Em estudo urbanístico e socioeconômico realizado pela Prefeitura de São Luís no ano de 2005, o bairro do Desterro ocupa uma área ao sul do mapa do centro histórico (Figura 4), hachurada em cinza, totalizando cerca de 20 hectares.

Cerca de mais de 50% dos imóveis da área do Desterro são de uso residencial, em sua grande maioria são próprios, o que caracteriza o bairro como de uso mais residencial do que comercial, segundo o mesmo estudo que levantou o perfil socioeconômico do bairro.

Figura 4 - Localização do Desterro no mapa do centro histórico de São Luís.



Fonte: São Luís (2005a)

A atualização deste estudo é algo que a Associação de Moradores do Centro Histórico tem solicitado constantemente à Prefeitura, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio. Além dessa reivindicação, uma série de outras promessas feitas por meio de projetos que compõem uma proposta de reabilitação para o bairro e Portinho, algumas nunca cumpridas, como um posto médico e hospitalar, segurança, espaço físico para a União de Moradores realizarem suas atividades, fazem parte da pauta de luta diária dos moradores e líderes daquela comunidade.

O referido plano de reabilitação do bairro do Desterro foi apresentado à comunidade no dia 06 de Dezembro de 2006 no auditório do Hotel Forte São Luís, data em que se comemora o Dia Municipal do Patrimônio em São Luís em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.563/2005, por representar o dia da inclusão do patrimônio local na lista da UNESCO.

Esse momento festivo e de realizações de promessas criou grandes expectativas em termos de revitalização e melhoria urbana, além da possibilidade de ganhos com o turismo por parte dos moradores do Desterro e de outros bairros que fazem parte do centro histórico. Moradores esses que percebem à sua maneira a “lógica capitalista por trás do cultural” em meio ao mercado global de espaços e bens simbólicos oriundos do turismo, na qual São Luís tem tentado adentrar nos últimos anos, tomando como produto cultural principal o centro histórico (JAMENSON, 2007).

O evento contou com a participação de diversas personalidades representativas do poder público, órgãos de preservação, instituições de ensino e setores comunitários do centro histórico, tais como união de Moradores, dentre outras pessoas e instituições interessadas na gestão do patrimônio. Em solenidade formal, a FUMPH apresentou à sociedade um conjunto de obras a serem realizadas no bairro do Desterro, tais como a intervenção de imóveis, melhorias de casas para famílias de baixa renda, instalação de equipamentos urbanos como posto de saúde e de policiamento, promoção de atividades econômicas e obras de infraestrutura urbana.

Após seis anos, em 2012, percebemos o quanto quase nada do que foi prometido foi realizado em termos políticos, apesar de existir inúmeros projetos em âmbito técnico para o centro histórico, o que tem criado na comunidade do Desterro um sentimento de desânimo em relação às promessas do poder público, já que nem espaço físico para reuniões e atividades os representantes da comunidade contam.

Em relação à comunidade do Desterro, percebemos o quanto ela, além de compartilhar problemas similares à maioria das pessoas que moram em cidades históricas no Brasil, tendo em vista o fato de que o modelo implantado em São Luís é praticamente o mesmo das demais capitais brasileiras e latino-americanas, tem suas representações cotidianas sobre o patrimônio omitidas, negadas, pelo discurso técnico, institucional e legal. Essas pessoas enfrentam, muitas vezes, o poder público para não saírem de seu lugar de moradia. Contexto esse de legitimação de um patrimônio imposto por meio de uma arbitrariedade cultural de modo a construir uma identidade comum pautada no patrimônio (CANCLINI, 2003).

O próprio plano de reabilitação urbana do bairro do Desterro, partindo do pressuposto de que as pessoas que formam a comunidade daquele bairro precisam valorizar o patrimônio e criar um sentimento de pertencimento em relação ao seu ambiente de moradia e muitas vezes de trabalho também, estabelece uma série de atividades de educação patrimonial

que desconsideram as vivências e representações comuns sobre o patrimônio, impondo conhecimentos técnicos e institucionais por meio de:

- 1 Oficinas de educação patrimonial para crianças do bairro, de acordo com o projeto piloto Viver o Desterro.
- 2 Oficinas de educação patrimonial para os alunos e professores da rede pública - agentes modificadores.
- 3 Capacitar agentes da comunidade, guardiões da memória.
- 4 Recuperar e registrar fotografias pertencentes aos moradores do bairro.
- 5 Levantamento da memória informal dos moradores - edição caderno do Bairro.
- 6 Caminho da Memória - guia do pedestre aos marcos importantes do patrimônio cultural e ambiental do bairro. (BRASIL, 2005, p. 61).

Durante os anos de 2004 a 2006 diversos projetos de educação patrimonial foram implementados no bairro do Desterro com orientação e supervisão do IPHAN, mas com participação da Fundação Municipal de Patrimônio e Universidade Federal do Maranhão.

Um dos primeiros a ser executado foi o projeto “Viver o Desterro”, implementado no ano de 2004 como moradores do bairro do Desterro. Este projeto tinha o objetivo de recolher dos moradores mais antigos a memória daquela gente e do bairro por meio de entrevistas com idosos que tiveram participação importante na construção do bairro.

Dando continuidade à gestão do patrimônio, pautada na educação patrimonial, outros projetos seguiram a mesma lógica, mas com outras abordagens e diferentes públicos, como foram os projetos “Brincando com o Patrimônio” em 2005, “Teatro das Memórias” (Foto 18) e “Reinventando o Desterro”, ambos de 2005, e “Comunicação Popular” no início de 2006, (SOARES, 2010).

Foto 18 - Jovens em atividades de educação patrimonial na Igreja do Desterro.



Fonte: FUMPH (2012)

Ao analisar as pesquisas sobre a aplicação desses projetos no centro histórico de São Luís, percebemos o quanto eles não seguiram uma política de continuidade, tão pouco tinham em suas diretrizes um conceito de aprendizagem a ser trabalhado nas atividades, oficinas e cartilhas, desconsiderando em suas propostas as especificidades locais, o que sem dúvida alguma deve ter determinado o insucesso e sustentação das ações pedagógicas pautadas no patrimônio nos bairros tombados de São Luís.

Ao analisar os relatórios e registros dessas políticas de educação patrimonial, percebeu-se que “eles contêm inúmeras falhas de registro, como o conteúdo trabalhado, a programação e sua carga horária bem como ausência dos referenciais teóricos e metodológicos que são utilizados” (SOARES, 2010, p. 84).

Enquanto o projeto “Viver o Desterro” (Foto 19) recolhia a memória dos mais os velhos, o projeto “Teatro das Memórias”, com participação da UFMA, que em tese continuava os trabalhos do “Viver o Desterro”, ampliou o foco das ações para a formação cidadã e dimensão do trabalho, como formação profissional, com destaque para a atuação do SEBRAE e Companhia Vale do Rio Doce.

Foto 19 - Encerramento do projeto “Viver o Desterro”.



Fonte: FUMPH (2012)

Esses projetos e os demais seguiram somente até o ano de 2006, já que divergências em termos de concepção das ações começaram a ocorrer. Os projetos que

partiram da Universidade teriam acabado sendo incorporados pelos órgãos de preservação com apoio da Vale, criando discordâncias que culminaram com o esvaziamento dos moradores e a consequente saída da Universidade Federal do Maranhão do processo.

Com a referida retirada dos moradores e da UFMA da realização dos trabalhos de educação patrimonial no Desterro, os órgãos de preservação, IPHAN e FUMPH, quiseram continuar suas ações de educação patrimonial na área, fato que causou profundos conflitos e desgastes que acabaram resultando em ação judicial da 3ª.SR do IPHAN contra o Prof. Alexandre Corrêa, um dos coordenadores do Projeto de Ação Cultural Teatro das Memórias, após o mesmo ter um texto publicado no Jornal Pequeno, em que questiona a apropriação do Projeto por parte do órgão preservacionista federal; nos termos destacados do texto:

Trata-se do (re)lançamento do Projeto chamado de Teatro das Memórias. Lamentável acontecimento que não promove a "educação" nem ensina sobre o "patrimônio". Por quê? Ora, como um grupo de pessoas e instituições que dizem que estão "preservando" a "cultura" e o "patrimônio" na cidade, por meio de programas de "educação" para crianças e jovens, poderia estar cometendo o pior de todos os equívocos em termos do respeito aos direitos, a propriedade intelectual e a cidadania? (PROFESSOR..., 2009).

A natureza das divergências entre os agentes promotores da ação preservacionista em causa é de múltiplo perfil ideológico. Mas se pode colocar em questão a especificidade mais importante. Enquanto os órgãos preservacionistas municipal e federal se prontificavam a seguir uma cartilha de “programas de educação patrimonial”, de acordo com a voga atual; o projeto Teatro das Memórias, coordenado pelo professor da UFMA, protagonizava uma proposta, como o próprio título do projeto já indicava, de “ação cultural”³⁶. Tal conceito era utilizado conforme proposta do professor da USP, Teixeira Coelho, em textos difundidos nos anos de 1990. De um modo sucinto, pode-se ter um resumo da concepção de “ação cultural” no texto de Teixeira Coelho (2001).

Dos anos de 2004 a 2006 ao corrente ano de 2012 quase nada mais se fez em termos de educação patrimonial e assistência social para os moradores do centro histórico de São Luís. Esses projetos eram, para a comunidade, considerados como algo positivo, pois

³⁶ Segundo Coelho (2001) Ação Cultural constitui um conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Para efetivar-se, a ação cultural recorre a agentes culturais previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte. A ação cultural pode voltar-se para cada uma das quatro fases, níveis ou circuitos do sistema de produção cultural: produção, distribuição, troca e uso (ou consumo).

desenvolviam uma série de atividades junto aos jovens em situação de risco, já que a inclusão social é algo que o poder público não executa junto àquelas pessoas.

Recentemente os moradores, por meio da União de Moradores do Centro Histórico, elaboraram uma pauta de reivindicações formais a diversos órgãos públicos com atuação no sítio histórico de São Luís. Dentre elas, solicitaram ao Instituto Federal do Maranhão - IFMA, que tem um campus naquela área, que criasse um programa de extensão para os jovens da região, pois os mesmos têm sérios déficits educacionais e quase nenhum tipo de possibilidade de acesso aos cursos do referido instituto.

O que seria um projeto de inclusão social por meio da educação acabou ganhando contornos de educação patrimonial por inserir em seu currículo saberes ligados ao patrimônio. Sendo assim, o projeto “Kitanda dos Saberes” surge em cooperação técnica com a FUMPH, sendo criado a partir do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indio-descendente (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), tendo seu currículo formado pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História de São Luís / Patrimônio Cultural, Ciências Humanas, Educação das Relações Étnico-raciais e Educação Ambiental, além da realização de oficinas junto aos jovens selecionados que moram no centro histórico (Figura 5).

Figura 5 - Folder do Projeto “Kitanda dos Saberes”



Fonte: IFMA (2012)

Os moradores questionam a conduta do poder público em relação à comunidade, mas querem que o mesmo se faça presente. Sabem também que os órgãos de preservação têm grande interesse em promover projetos de educação patrimonial, utilizando-se dessas ações para trazerem para a comunidade benesses que de outra forma dificilmente viriam de forma tão fácil, como revela a seguinte fala:

Na verdade o projeto nasceu de uma série de reivindicações da União de Moradores, dentre as quais o projeto de educação patrimonial seria a mais viável, tanto do ponto de vista econômico, pois não é cara e não depende de licitações, quanto do ponto de vista prático, pois o IFMA já tem toda uma estrutura física e de professores que se disponibiliza a realização do projeto. (Coordenação de Projetos Sociais da FUMPH).

As expectativas por parte dos moradores são grandes em relação ao projeto “Kitanda dos Saberes”, bem como as lembranças dos antigos projetos extintos de educação patrimonial. Um ponto positivo dos projetos implantados no centro histórico, além da ocupação dos jovens, era o fato da participação de destaque de pessoas mais velhas do bairro, que tinham sua memória contada e valorizada no que tange a construção do patrimônio, como a imagem abaixo que ilustra uma homenagem da União de Moradores as pessoas do bairro com destaque na comunidade (Figura 6).

Figura 6 - Placa em homenagem aos moradores antigos do Desterro



Fonte: União de Moradores do Centro Histórico

No que tange os jovens, a preocupação é intensa em relação à ocupação dos mesmos, pois segundo os moradores são imensamente vulneráveis ao tráfico e violência que tomou conta de boa parte do centro histórico, como afirma a seguinte fala:

Todos aqueles projetos eram muito bons para a comunidade, pois as crianças ficavam ocupadas, tinham atividades aqui mesmo na Igreja do Desterro. As crianças tinham palestras, oficinas e teatro, pena que acabou. Eles brigaram por conta do IPHAN querer se apropriar do nome do projeto, Teatro das Memórias, e nós, a comunidade, é que perdemos. Até hoje tem na parte de cima da igreja, os quadros pintados pelos alunos, todos praticamente adultos hoje. (Morador do Desterro).

O relato do morador acima, muito influente na formação social da comunidade do Desterro, um dos primeiros líderes comunitários e fortemente ligado às festividades e religiosidade do bairro, revela um tom de lamentação pela não continuidade dos trabalhos no bairro, que para ele e outras pessoas ouvidas eram significativos pelo fato de proporcionarem ocupações e oportunidades às crianças e jovens do bairro (Foto 20).

Foto 20 - Crianças jogando futebol no largo do Desterro



Fonte: União de Moradores do Centro Histórico de São Luís

A fundamentação das ações de educação patrimonial desenvolvidas no Desterro e adjacências objetiva “construir um sentimento de pertencimento, isto é, unificar um sentido perante aqueles patrimônios de modo a viabilizar uma melhor gestão dos bens” (SOARES, 2010, p, 88), não tendo envolvido a comunidade em termos de participação social ampla, o que contribuiu para a não sustentação das ações de educação naquele bairro.

Outro ponto de crítica reside no fato de tais concepções ignorarem o sentimento grupal que já existe há décadas por parte dos moradores em relação à comunidade e o ambiente que moram. Fazendo surgir uma enorme crítica dos moradores que podemos resumir na seguinte questão: Por que o patrimônio vivo, que destoa do oficial, não é levado em consideração na mesma escala de importância quando o assunto é patrimônio e políticas de cultura no centro histórico de São Luís?

3.3 Enfrentamentos no Desterro

Diversos são os problemas enfrentados pelas pessoas que moram ou fazem uso do centro histórico de São Luís cotidianamente. Muitos desses problemas são negligenciados pelo próprio poder público, como o caso da falta segurança (Foto 21) e infraestrutura básica para os moradores da área; outros são extremamente reforçados e punidos pelo Estado, tais como as alterações físicas que os moradores fazem a portas fechadas em fins de semana, em suas casas, adequando-as às suas necessidades, mesmo contra a lei, argumentando que o Estado não tem garantido aos mesmos as devidas condições de moradia e conforto, de acordo com os padrões atuais de urbanidade.

Foto 21 - Armas apreendidas pela polícia militar no centro histórico de São Luís



Fonte: União de Moradores do Centro Histórico de São Luís

Nesse jogo de interesses, de conflitos diversos entre instâncias sociais mais populares e poder público, representado pelos órgãos de preservação, com todo o seu poder de polícia, surge a necessidade institucional de preservação, pautada no cumprimento das normas legais que regem o patrimônio, de modo a promover o reconhecimento do mesmo por parte dos moradores do centro histórico e sociedade civil como um todo pelo viés do processo educativo.

A educação, aliada ao patrimônio, surge da necessidade do Estado em criar soluções em relação aos múltiplos problemas que advém da materialidade do patrimônio e das mais variadas formas de representar e se apropriar do mesmo, muitas vezes contrárias às recomendações oficiais de uso. Um exemplo clássico desse conflito é a polêmica questão do direito de propriedade por parte dos proprietários de imóveis tombados ou em área de tombamento, que têm uma rígida restrição de uso de seus imóveis, o que cria grandes impasses entre moradores e poder público, geralmente “resolvidos” em âmbito judicial.

As ações educativas pautadas no patrimônio junto aos moradores do Desterro tem se configurado em estratégias contemporâneas da gestão preservacionista local como alternativa de resolução dos eternos conflitos entre moradores e poder público.

Alfabetizar culturalmente as pessoas que moram em casarões centenários para uma postura de preservação de um espaço que, em tese, já lhes pertence, faz parte de seu cotidiano, diante do atual estado de conservação precário e decadente, [...] parece constituir-se numa estratégia confusa de um Estado que precisa encontrar alternativas viáveis economicamente, socialmente e à curto prazo na gestão de bens que se arvoraram na iminência de esfacelar-se pelo tempo, história e ausência de manutenção. (SOARES, 2010, p. 35-36).

Além da realização de oficinas e cartilhas educativas, que buscam criar sociabilidades e identidades pautadas no patrimônio a partir do que é relevante para o Estado, os órgãos públicos deveriam dar maior atenção às temporalidades e sociabilidades já existentes no cotidiano das pessoas que moram ou fazem usos do centro histórico, de modo a enxergar e encarar os pontos de conflito objetivando a promoção de uma gestão menos imperativa e mais democrática do patrimônio.

Para o poder público, a tarefa de educar as pessoas para o patrimônio parece ser uma solução mais cômoda, ao mesmo tempo de difícil imposição simbólica e discursiva, devido a existência de noções de patrimônio diferenciadas das visões técnicas e oficiais, que promovem a estigmatização das pessoas com menor grau de instrução, pois para o discurso

técnico e institucional aquelas pessoas não têm condições de compreender a beleza e relevância do patrimônio, constituindo verdadeiras analfabetas culturais.

Implícito à tarefa de educar para o patrimônio, de modo a promover a cumplicidade social sobre o mesmo, fazendo emergir na própria constituição dos indivíduos um “dever de memória” (JEUDY, 2005), existiria uma relação entre Estado, Classe e Patrimônio que tem beneficiado historicamente as classes dominantes e sua cultura em detrimento dos setores populares, menosprezados em seu saber e noções cotidianas?

A partir desse questionamento central poderíamos indagar, no presente estudo, quem deve ser educado, para quê e para quem? Por que a educação patrimonial parte somente do patrimônio pertencente às elites nacionais? Patrimônio esse consagrado e legitimado como de todos, quando na verdade os antepassados das comunidades que hoje habitam os centros históricos, em sua maioria, foram os que construíram de fato a cultura edificada dos sítios históricos, mas forma escrava, subalterna, tendo seu papel omitido na construção da cultura oficial nacional.

Essa condição subalterna dos moradores do centro histórico em relação ao patrimônio pode ser facilmente identificada no relato sobre as experiências da realização do projeto de educação patrimonial “Viver o Desterro”, quando a superintendente do IPHAN-MA afirmou que:

Era muito difícil falar para aquelas pessoas... Dizer assim: - Vocês estão vendo o detalhe das cores? A beleza dos enquadramentos? Dessas fachadas? Dessas envasaduras? O ritmo desses telhados? Como que aquelas pessoas que não têm o que comer, muitas a beira da prostituição e da droga... Elas olham e não veem... É preciso despertar o humano, o belo. O humano e o belo precisam ser despertados, eles só podem ser despertados através da educação, treinando o seu olhar. Você precisa estar cercado de livros, ler, entender e ter uma visão crítica de mundo. (AVESSO, 2012).

O Desterro constitui um exemplo de bairro extremamente residencial, edificado no centro histórico de São Luís, e que abriga diversas famílias que têm um nível de sociabilidade muito diversificado, muitas vezes conflituoso, discordante, como em qualquer outro bairro. Os seus moradores estabelecem diversas relações cotidianas que garantem fortes sentimentos de pertencimento grupais em relação ao seu ambiente social e ambiental, ou seja, seu lugar de moradia, o que garante ao lugar status de bairro vivo, embora seja estereotipado de violento, ignorante e vazio.

Em outra fala da superintendente do IPHAN no Maranhão, em trecho de vídeo documentário do projeto de Educação Patrimonial “Teatro das Memórias”, em 2005, a fala era bem diferente daquela citada acima, como segue:

No trabalho do Desterro, a preocupação não é apenas com o patrimônio edificado, mas sim com as pessoas, com o patrimônio humano. São elas que dão alma ao casario, que são o sabor da comida, das danças, comidas, dos fazeres. É a junção do patrimônio material com o imaterial, reforçando a autoestima dessa comunidade pela percepção da sua identidade cultural através do conhecimento de sua história e memória (PROJETO TEATRO DAS MEMÓRIAS, 2012).

Comumente as políticas e ações de patrimônio sugerem uma ideia controversa à posição dos moradores quando o assunto é usos do patrimônio. Essas políticas são desconectadas das reais necessidades e posições de sujeito dos moradores, o que tem contribuído para o fracasso da gestão compartilhada em São Luís, pois o que se percebe na prática é a construção de um cenário social do patrimônio dividido entre “peritos” (GIDENNS, 1991) que têm a autoridade legal e científica sobre o cultural e as instâncias populares com noções de patrimônio ignoradas pelo poder público, acusadas de não compreenderem o seu valor, e, portanto, não o preservarem.

Quando as políticas e projetos surgem, o papel da comunidade já está dado, não é construído em comum acordo com a sociedade, gerando impasses e participação inexpressiva de setores da sociedade, que aparecem apenas nos momentos formais para legitimar o processo devido à legislação exigir a participação social na gestão do cultural, fazendo assim com que as políticas de patrimônio não tenham sucesso.

A habitação constitui outro ponto de conflito perene entre comunidades e poder público, principalmente no que tange a figura do IPHAN. Os representantes de moradores guardam profundas mágoas e ressentimentos por parte daquela superintendência devido a mesma não promover uma gestão compartilhada de fato, bem como no fato de não acreditar na moradia de cunho social para os moradores de baixa renda que habitam o centro histórico, devido os elevados custos de manutenção dos imóveis tombados.

Quando entrevistada pelo programa avesso da TV Guará, e isso foi ela quem disse, podem ver no Youtube, programa Avesso, ela deixa claro que não acredita em ocupação de prédios para moradores de baixa renda devido os mesmos não terem condições financeiras manter esses imóveis. Segundo Ela, de forma totalmente contrária ao trabalho da União de Moradores, essas pessoas que tem faixa de renda inferior a três salários mínimos não têm condição de pagar condomínio, fazer reformas, de colocar um prego nos casarões do centro histórico. Como essas pessoas que estão passando fome no Desterro vão saber o que é um azulejo? Isso foi ela

quem disse e eu já discuti com ela por conta disso, isso é um absurdo contra a comunidade. (Presidente da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

A habitação de cunho social, defendida pela Prefeitura de São Luís, mesmo a promovendo de forma muito incipiente, e pela comunidade do centro histórico, reside em grande ponto de conflito com o IPHAN e com os setores populares.

Os setores sociais organizados do centro histórico têm como bandeira de luta principal a habitação social para moradores de baixa renda não assistidos pelo poder público, bem como a melhoria dos equipamentos urbanos do sítio histórico em que moram. Esses moradores compreendem, à sua maneira, a pressão imobiliária exercida sobre as populações locais menos privilegiadas do centro histórico, que têm provocado a saída de diversos moradores do espaço social em que vivem, admitindo em conversas empíricas que têm consciência de que vivem em um bairro em extinção (CHOAY, 2001).

Em outro trecho da entrevista citada acima pelo representante dos moradores, a superintendente do IPHAN - MA afirma que a habitação consiste em uso legítimo para o patrimônio, mas questiona o perfil de moradia que têm sido alocados para esse espaço, destacando que os moradores de baixa renda não teriam um nível adequado de comprometimento com o bem tombado.

O uso da habitação é absolutamente necessário, mas não pode ser apenas habitação social. Pois são pessoas que vão ocupar prédios com manutenção cara, são pessoas de baixíssima renda que nem pagam por esses apartamentos. Eu acho que aquilo que você não paga, mesmo que seja um real, você não se compromete. A população que vive no centro histórico é hoje de baixa renda, isso deve ser revisto. O plano urbanístico que está se montando para São Luís faz com que as pessoas saiam do centro, elas querem morar no litoral, praia, ter carro, mas podemos ter estacionamento subterrâneo no centro histórico, o que falta é vontade política. (AVESSO, 2012).

A fala da gestora pública a um programa de televisão local tem provocado profunda revolta por parte dos líderes e moradores da comunidade, pois os mesmos se reconhecem como parte integrante do patrimônio, e gostariam de ser mais ouvidos, de obter ganhos com o patrimônio, sobretudo pela prática do turismo, mas lamentam não serem ouvidos da forma que gostariam, como percebemos a seguir:

Tem muito preconceito com as pessoas que moram aqui no Centro Histórico. Como você pode estabelecer vínculos de pertencimento numa região como essa se você é hostilizado pelo poder público que rege o patrimônio? Quase todos esses moradores que para cá vieram com os projetos-piloto de habitação para funcionários públicos não têm pertencimento algum com esse bairro, não participam de nossas festas, não conversam conosco, não têm vínculo nenhum de convivência conosco, não

participam de nosso cotidiano, eles têm uma vida a parte, apesar de serem moradores, isso eu não nego. Eles não têm a sensação de pertencimento que nós temos, pois temos orgulho de levar o nome do Desterro, da Praia Grande, mas não há incentivos para que essas pessoas que moram aqui há muitos anos permaneçam. Nós somos o coração do patrimônio, aqui existe pessoas que fazem a pedra pulsar, na ora que as pessoas deixarem de morar aqui a coisa perde o sentido, temos consciência de que viemos em um bairro em extinção. (Presidente da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

Os argumentos da gestão local de patrimônio têm nos motivado a promover a discussão da não construção e promoção social dos patrimônios em São Luís, que assim como em outros sítios históricos nacionais, tem gerado um enorme sentimento de estranheza por parte da maioria das populações residentes em relação aos bens preservados pelo Estado, sendo elas não culpadas por esse processo.

Os critérios e classificações do patrimônio não são os mesmos dos setores populares, de modo que as pessoas comuns não participam da construção oficial do patrimônio. Quando tentam participar, têm seus saberes e noções menosprezados em relação ao pensamento legitimamente respaldado com questões legais, como destaca o líder comunitário na fala a seguir:

Em relação à gestão do patrimônio, não somos massa de manobra do poder público, para somente assinar documentos e aparecer nas fotos. Nós queremos participação. Estivemos presentes na audiência pública sobre o PAC das cidades históricas, sendo que nem fomos convidados, sendo importante a discussão pois estão disponibilizando muitos recursos para habitação, mas para funcionários públicos federais, para a comunidade nada. Queremos participar do processo, queremos que as entidades dos bairros que compõem o centro histórico façam parte do PAC das cidades históricas, e não apenas o Governo Federal, Estado e Prefeitura, pois não somos nem convidados para as audiências públicas. (Presidente da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

Quando do lançamento do PAC das cidades históricas, capitaneado pelo IPHAN em São Luís, os moradores do centro histórico sequer ficaram sabendo por parte daquele órgão. Somente em conversa dos representantes comunitários com representantes da coordenação de projetos sociais da FUMPH que a União de Moradores do centro histórico ficou sabendo de tais projetos e investimentos nacionais e estrangeiros em preservação, como afirma o depoimento a seguir:

Os moradores sequer foram convidados para a reunião de apresentação dos projetos do PAC das Cidades Históricas. Quando nos reunimos com eles para tratar de projetos sociais, dissemos que iria haver tal reunião, que eles desconheciam. De imediato buscaram informações na internet e também junto ao IPHAN, que disse ter mandado a eles o convite, fato que segundo os representantes comunitários nunca ocorreu. O certo é que foram ao local da cerimônia, tomaram a fala, reclamaram

muito por não terem sido sequer convidados, mas principalmente por não terem participado dos projetos, que já estavam elaborados. O certo é que a Superintendente do IPHAN não abriu margem para alterações nos projetos já acabados e teve que chamar a comunidade para discutir os projetos que ainda iriam ser elaborados. (Coordenador de projetos sociais da FUMPH).

Desde o início dos primeiros tombamentos em todo o Brasil, o que se tem visto após revisarmos a política federal de preservação, e não é diferente com o bairro do Desterro, é que a grande maioria dos bens investidos de valor patrimonial, tombados, protegidos e promovidos pelos órgãos de preservação, dizem respeito à memória dos bens das elites e não dos setores populares, que comumente têm seus “saberes sujeitados”, o que pode nos fornecer as pistas para entendermos os motivos da pouca participação social no processo (FOUCAULT, 2005).

A consagração do patrimônio nacional reflete o passado, mas o passado que diz respeito diretamente a memória social dominante. A memória dos opressores é a enaltecida em detrimento dos oprimidos, ou seja, às construções católicas, barrocas, clássicas e neoclássicas das pessoas ligadas ao poder tem maior destaque. As classes dominantes, que construíram a história e memória oficial brasileira, ignoram os patrimônios, memórias e saberes populares, pois esses grupos sociais são considerados ignorantes, suscitado assim perguntas diversas, tais como:

Onde estão os outros bens culturais? O que aconteceu a eles? Por que não se preservaram as residências dos escravos, dos pequenos comerciantes, dos artesãos? Por que não se registraram para as gerações futuras a forma de tratar uma doença, como fabricar uma máquina de fazer macarrão ou velas? Por que o que se preservou e guardou foi escolhido de acordo com os valores de quem participou da escolha, e foi somente um segmento da sociedade que fez. A História que se conta sempre é feita pelos vencedores ou quem tem o poder. (GRUNBERG, 2012, p. 3)

O recente discurso da educação patrimonial tem ignorado e sujeitado saberes de instâncias mais populares, enaltecendo dessa forma o saber técnico e academicista sobre o patrimônio. A visão técnica e, por vezes, romântica objetiva estabelecer a “vontade de verdade” sobre o tema, em detrimento das demandas e representações sociais, geralmente ligadas a setores mais populares da sociedade (FOUCAULT, 2005).

Ao reclamar por maior participação na gestão do patrimônio, pela criação de projetos de preservação que possam envolver a comunidade de forma mais ativa, os setores populares elaboram pautas imensas de reivindicações, principalmente no que se refere à adequação dos imóveis às necessidades diversas dos moradores, bem como a questão da

habitação, que segundo o discurso popular, construíram e constroem o patrimônio cotidianamente.

Para esses moradores, existem dois pesos e duas medidas quando o assunto é intervenção física sobre o patrimônio, pois não conseguem fazer alterações mínimas nos imóveis de modo adequá-los às suas necessidades de moradia, o que tem feito muitas pessoas saírem do bairro, embora muitas teimem em ficar:

Quando voltei de São Paulo e comprei minha casa, quis fazer um sobre antigo, mas acabei fazendo o básico para dar condições de moradia à minha família. Certo dia, quando da realização da obra, dois engenheiros do IPHAN vieram a minha casa e disseram que tinha uma série de erros na minha obra e sugeriram que eu fosse ao IPHAN. Quando cheguei lá, me apresentaram um projeto muito bonito, mas em desacordo com o que eu poderia fazer, pois não tinha dinheiro para fazer daquela forma. Acabei fazendo o 2º andar e a obra como eu podia, o que me rendeu processo e multa. Mas o IPHAN derrubou o prédio da antiga OLEAMA para limpar a visão do Convento das Mercês. Existem corporativismo, dois pesos e duas medidas, o mura da CAEMA foi construída sobre uma antiga rua de forma ilegal, mas o IPHAN fechou os olhos. Para o morador a lei é uma, para os mandatários do poder é outra, infelizmente. (Presidente da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

Para a União de Moradores, a singularidade do morador deve ser levada em consideração nas políticas públicas, de forma participativa, democrática, fato que não tem ocorrido na prática. O núcleo populacional no centro histórico, basicamente o Desterro, não é ouvido, pois:

Muitas vezes nós vamos a essas reuniões e somos colocados como meros ignorantes, como se tivéssemos apenas que aplaudir e tirar foto. Certa vez, ao indagar os projetos me disseram em voz alta: - você sabe o que é um convênio? Eu não sou formado, mas temos um saber empírico, temos um autodidatismo que é da nossa convivência e que não tem sido valorizado. Somos utilizados como massa de manobra, quando eles querem implementar seus programas de gestão. Quem um exemplo? A secretaria de turismo do município, que é obsoleta, não faz nada em termos de turismo para a comunidade, quando estava com o Projeto Cores de São Luís com as Tintas Coral nos procurou para arrumar pessoas da comunidade para aparecer num vídeo de macacão em troca ganharíamos um lanche. Daí, respondi prontamente que isso é um absurdo, pois queríamos que as pessoas da comunidade fossem treinadas e contratadas para fazer as pinturas do projeto, fomos a secretaria e pedimos para treinarem a comunidade, mas na hora da contratação do serviço foi chamada uma empresa, e agora ela quer que tiremos apenas foto para dar marketing para as Tintas Coral? Fui chamado até de radical, isso é um absurdo. Eles querem usar a comunidade em benefício próprio e dizer que houve participação social. (Presidente da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

O projeto Cores de São Luís é uma iniciativa da Prefeitura de São Luís, através da Secretaria de Turismo, que visa pintar fachadas e partes internas de casarões do centro histórico, para posteriormente ser colocada iluminação cenográfica de modo a causar impacto

visual, conta com parcerias de outros órgãos públicos e patrocínio das Tintas Coral. Segundo o prefeito de São Luís:

Durante o lançamento do “Cores de São Luís”, João Castelo disse que o projeto será um propulsor turístico e cultural na capital maranhense. Segundo ele, São Luís, pelo potencial de suas atrações turísticas, e às vésperas de completar 400 anos, já necessitava, há muito, de uma iniciativa dessa natureza. (PREFEITO..., 2012).

O projeto de pintura e iluminação cenográfica de casarões da Praia Grande (Figura 6), ligados ao setor turístico, é algo permitido das autoridades representantes dos órgãos públicos de preservação, que inclusive gastam dinheiro público ou patrocinado em adequações de imóveis, inclusive particulares, mas para o turismo.

Na jusante das relações de poder, as pessoas moradoras do centro histórico têm sérios problemas para realizarem as pinturas de seus imóveis, bem como para realizarem pequenas adequações às fachadas de suas moradias, como colocar certos tipos de placas, iluminações, grades, medidores de luz, dentre tantos outros. Para ilustrar essas relações de poder, um morador deu o seguinte depoimento:

Um morador não pode colocar uma grade de ferro em sua fachada, mas o IPHAN procurou uma solução super brega para conter os morcegos e pombos que, segundo eles, se alojavam no sino da Igreja do Desterro, aplicando um box de banheiro feito em alumínio natural com vidro blindex nas janelas, que contrasta fortemente com a harmonia da fachada da Igreja. Outro caso que posso citar é o fato de uma moradora que colocou uma placa na fachada de seu comércio, claro que sem o devido cuidado, pois o material era brilhoso, e sem ser aconselhada a fazer o letreiro de outra forma, recebeu uma notificação judicial (intimidação) com uma comitiva de policiais armados, ela ficou muito nervosa e assustada com aquela cena de terror. Tanto é que nunca mais quis fazer algo parecido, foi intimidação mesmo o que ocorreu com esta senhora. (Restaurador de Azulejos, Professor Universitário e Morador do Desterro).

As contradições são imensas quando o assunto é interferências na ambientação do bairro, as pequenas reformas das casas dos moradores são frequentemente feitas aos fins de semana, quando os órgãos de preservação estão fechados, para evitar fiscalização. Segundo os moradores, nos moldes que o IPHAN exige, eles não têm a mínima condição financeira de realizar as reformas.

É importante destacar que os moradores, cientes das transgressões de uso do patrimônio, também pontuam diversas descaracterizações que o poder público promove sem o menor diálogo com a sociedade, sem punições judiciais para os gestores públicos, prevalecendo assim as chamadas relações de poder.

Infelizmente as pessoas que modificam suas casas estão erradas. Cito meu caso, a minha casa foi comprada há muitos anos atrás, se meu pai tivesse feito um andar a mais, tudo bem, pois o IPHAN não atuava. Depois disso, quis fazer uma reforma e não pude, mas antes pesquisei diversas situações de descaracterizações no centro histórico e mesmo assim me foi negado, até discuti com um dos técnicos, mas nada pude fazer. O IPHAN está certo, tem uma lei que o respalda, ele até que faz um bom trabalho, o problema é que quando chegam à comunidade é com a tropa de elite, sem informação, negociação, comunicação com a comunidade, nada disso. (Membro da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

A ausência de diálogos efetivos entre setores da comunidade e órgãos de preservação é notória no Centro Histórico de São Luís, não estando esta realidade desconectada da problemática patrimonial de outras cidades brasileiras e latinas, inexistindo “usos sociais do patrimônio” (CANCLINI, 1997).

Figura 6 - Planilha de gastos do projeto Cores de São Luís

		PRÉDIO				
ESPECIFICAÇÃO	und	CIA PAULISTA	ANTIGAMENTE	LOJA 01	CASA DAS FERRAGENS	MERCADO DA PRAIA GRANDE
Área pintura do barrado	m ²	29,05	-	1,32	2,64	32
Moldura em massa	m ²	126,14	-	1,68	29,44	52,7
Friso em massa	m ²	35,3	-	-	8,9	64,41
Moldura em Pedra Lioz	m ³	1,224	4,572	1,0944	3,72	21,2
Área pintura da parede	m ²	179,29	144,98	46	-	270
Esquadria janela em madeira e vidro	m ²	37,54	33,02	5,73	10,64	-
Bandeira em Gradil	m ²	15,14	5,5	1,65	4,4	33,55
Esquadria porta em madeira e vidro	m ²	55,38	28	10,44	14,24	191,54
Gradil	m ²	28,5	25,98	5,76	-	35,68

Fonte: FUMPH (2012)

Diversos casos são frequentemente denunciados pelos moradores aos pesquisadores do patrimônio, mas que não ganham notoriedade nos debates públicos. Um morador do bairro nos relatou em conversas informais a dificuldade de colocar o medidor de energia elétrica na fachada de sua casa, mesmo propondo ao IPHAN projeto de moldura azulejada para o referido medidor, pois segundo ele, as contas são altíssimas em virtude da Companhia Energética do Maranhão não fazer as leituras de forma regular, tendo como única solução colar papel com a leitura na porta de casa, forma essa muito desconfortável e indigna para quem paga suas contas em dia.

Há moradores que lamentam não poderem realizar pequenas reformas que poderiam melhorar suas condições de permanência no bairro; alguns fazem alterações físicas nos imóveis à revelia do poder público e se arriscam a sofrer processos judiciais; outros não fazem reformas com medo das pesadas multas e sanções, mas fazem questão de apontar as contradições na interpretação da legislação do patrimônio quando os benefícios são para o próprio poder estabelecido.

No prédio pertencente ao Bradesco, enfrente ao Palácio dos Leões, sede do Governo Estadual, quando houve a reforma do mesmo, o IPHAN permitiu a retirada do revestimento de tijolinhos esmaltados. A Lei do IPHAN diz que o referido edifício não é tombado, mas o conjunto todo é tombado, logo o prédio está no contexto legal de preservação e deve ser mantido como é sua natureza. Para justificar a suposta descaracterização do bem em área de preservação federal e mundial, foi alegado que o revestimento não era original, contudo o prédio deve ser preservado, pois sua edificação é anterior à lei do tombamento local, mas o IPHAN se contradisse, fez o contrário. Por que será? (Morador do Desterro e Professor Universitário)

O fato mencionado acima motivou o referido Professor Universitário a fazer pedido formal de recuperação e restauração da fachada de azulejos do antigo Banco do Estado do Maranhão, hoje Bradesco, localizado à Praça Pedro II, centro histórico de São Luís. Segundo esse professor, o pedido foi negado na instância do IPHAN, devolvendo parecer ao técnico para refazer o método de conservação e restauro. O fato gerou discordância técnica em relação aos argumentos do referido órgão de preservação, em virtude da não consonância com a formação acadêmica e experiência técnica do professor restaurador de azulejos.

Outro acontecimento que exemplifica o enfrentamento constante entre comunidade e poder público, ocorrido no bairro, diz respeito à Igreja do Desterro, sendo descrito por diversos moradores em conversas informais. O fato ocorrido destaca, de forma emblemática, a autoridade que o poder público exerce sobre a vida dessas pessoas, narrado da seguinte forma por um dos moradores:

No ano de 2010, quando os moradores tentaram melhorar as condições de conforto para assistirem as missas na igreja do bairro, colocaram ventiladores na parede da nave, mas o IPHAN logo os retirou, sendo então proibido o uso desses equipamentos sobre as paredes internas da igreja. Por conta disso, a superintendente do IPHAN foi vaiada e expulsa da igreja pela comunidade naquela ocasião. (Morador do Desterro)

Os impasses entre comunidade e poder público são constantes, advindos das imposições dos órgãos de preservação devido à inexistência de uma organização e

empoderamento dos setores comunitários de forma a mediar os pontos de conflito no centro histórico de São Luís.

Houve na década de 2000 a tentativa de criação de uma instância que buscou congregar os setores representativos da comunidade do Desterro e Portinho, denominado de Fórum do Desterro, por iniciativa da Secretaria de Cultura do Maranhão, mas que em virtude de diversos problemas de ordem administrativa e estadual, somado a falta de uma cultura de organização comunitária, inviabilizou a permanência de tal estado de discussão social no centro histórico de São Luís, como podemos ver na fala do líder comunitário a seguir:

Houve há alguns anos atrás a criação do Fórum do Desterro, que deveria congrega todas as entidades, associações e grupos folclóricos do nosso bairro, infelizmente funcionou apenas por um período de dois ou três anos e parou. O Desterro é isso, as coisas começam, começam e não terminam. (Membro da União de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

O trabalho dos representantes comunitários é algo muito válido quando o assunto é o questionamento da política de patrimônio, assim como os usos do centro histórico (Foto 21), porém eles têm inúmeras dificuldades de organização política, de apoio e participação popular devido à fragmentação das lideranças comunitárias.

Foto 22 - Moradores em reunião com técnicos da FUMPH



Fonte: FUMPH (2012)

Só no Desterro existem cerca de três grandes entidades representativas que fazem rodízio de lideranças há anos, o que dificulta a maturação de um posicionamento crítico

unificado que possa reivindicar de fato uma participação mais efetiva nas políticas públicas implantadas na área do centro histórico.

A primeira e mais respeitada entidade é a própria União de Moradores, que expande suas atividades para os bairros da Praia Grande e Portinho, intitulando-se como União de Moradores não apenas do Desterro, mas do Centro Histórico de São Luís. Outra entidade representativa é a Associação Comunitária dos Moradores do Centro Histórico de São Luís. Além dessas duas entidades políticas, existe o Conselho Cultural do Desterro, que tem a função de reunir representantes comunitários de algumas entidades do bairro para manter vivas as expressões culturais do bairro e articular moradores com o poder público.

Além dessas entidades, ainda podemos destacar o papel da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA), que tem fortes relações com os antigos bordéis do período da Zona do Baixo Meretrício (ZBM), pois ainda hoje existem casas de prostituição naquele perímetro urbano, nas quais diversas profissionais do sexo se unem em torno dessa entidade representativa como forma de reclamar políticas que garantam a proteção e bem estar das pessoas que atuam nestas casas de prostituição.

As lideranças comunitárias são divergentes e conflituosas, embora o bairro não seja tão grande, com um contingente relativamente pequeno de moradores, mas extremamente fragmentados quando o assunto é organização política.

Tem toda a comunidade, em todo lugar, existe grandes divergências sociais e políticas. Se existe uma associação é porque outra não está funcionando, se alguém criou uma nova associação é que quer trabalhar para a comunidade e não concorda com a associação que já existia. Acho que somando um mais um dá dois, somando forças a situação tende a demorar. (Ex-presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

Alguns moradores relataram, em conversas informais, pois não quiseram documentar as suas falas, o quanto as diversas instituições do bairro divergem, sem, contudo chegar a um consenso favorável a problemática do bairro, existindo conflitos internos que mais tem afastado do que aproximado os moradores do bairro em relação às ações políticas, sociais e culturais das entidades representativas do Desterro.

Esse sentimento de descrédito em relação às instituições formais representativas dos moradores é percebido também pelos líderes comunitários, como sugere a seguinte fala:

O Desterro é isso que você pode vê, pois as pessoas começam um trabalho e as outras não terminam. Infelizmente muitas pessoas da própria comunidade não apoiam as lideranças e entidades da comunidade. Eu mesmo sofro com isso, sou uma vítima, trabalho aqui há muitos anos e as pessoas não consideram e valorizam o

nosso trabalho, o que faz as lideranças se sentirem desmotivadas a trabalhar pela comunidade. (Ex-presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico de São Luís).

No outro polo, na esfera do poder público, existe a falta de investimentos que possam de fato proporcionar organização e empedramento dessas pessoas na gestão do patrimônio. O que parece ocorrer é uma proposital falta de atenção a esses grupos que tentam se organizar a todo custo, de modo que os mesmos continuem fragmentados e sem maiores poderes de persuasão e movimentação social no centro histórico.

Inexiste espaço de discussão e mediação dos conflitos entre comunidade, extremamente desorganizada do ponto de vista político, e poder público. Depois e incluída na lista da UNESCO em dezembro de 1997, a cidade de São Luís passou a contar com a Prefeitura na gestão do patrimônio, de forma compartilhada, juntamente com as demais esferas do poder público e sociedade civil, como manda a constituição federal de 1988.

A prefeitura, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio criou a Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, que congregava aproximadamente 33 instituições, dentre elas podemos destacar diversas secretarias municipais e estaduais, órgãos de preservação estadual e federal, SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Universidade Federal do Maranhão, dentre outras, que juntas eram as responsáveis por tentar promover a chamada gestão compartilhada do patrimônio em São Luís.

Em relação ao Núcleo Gestor, o coordenador de projetos sociais da FUMPH nos deu o seguinte depoimento:

Há uns anos atrás foi criado Núcleo Gestor do Centro Histórico, a partir do qual tentávamos trabalhar com a mediação dos conflitos, tentando mediá-los e solucionar pequenos problemas que a comunidade demandava e buscávamos solucionar em curto prazo, pois representantes de diversos órgãos públicos dele participavam, como Polícia, Empresas públicas e Água e Esgoto, Energia, Universidade, dentro outras, assim como a própria comunidade. Infelizmente não avançamos para discutir entre os poderes uma legislação que compartilhe as ações, o que fez com que o Núcleo Gestor fosse esvaziado e cada secretaria continuasse a trabalhar de forma isolada, cada uma com suas especificidades. Temos uma avaliação técnica de que o Núcleo Gestor precisa voltar, mas a questão é política. Enquanto isso, tentamos, juntamente com a comunidade, retomar antigos espaços de debate e mediação de conflitos, como o a criação do Fórum Permanente do Bairro do Desterro.

O numero excessivo de entidades para um universo cada vez menor de moradores parece desacreditar a comunidade do centro histórico, fazendo reforçar, por parte do poder público, a ideia de que essas pessoas não têm capacidade de organização e cognição para participar da construção de projetos de revitalização urbana.

A União de Moradores do Centro Histórico têm problemas históricos de organização, para você ter uma ideia hoje o Desterro tem várias representações, a cada eleição a chapa que perde cria uma nova entidade, isso tudo torna o nosso trabalho muito complicado devido tudo ser muito pulverizado, eles não conseguem se articular. Para fazer qualquer ação ou mesmo uma reunião eles precisam chamar uma secretaria ou órgão de fora para trabalhar junto com eles. Existe algo muito complexo e que precisa ser feito algo para que isso acabe, ou seja, existe uma relação de extrema dependência da União de Moradores com os órgãos públicos. Para fazer um ofício que seja eles dependem de um órgão público para ajudar, pois eles não têm sede, equipamentos, computador, local fixo para fazer reuniões, algo que não ocorre com a comunidade do bairro do Diamante, para dar um exemplo. (Coordenador de projetos sociais da FUMPH).

A fala do gestor público de fato parece fazer muito sentido, pois não há sustentabilidade das ações e decisões das entidades populares do centro histórico, que comumente se submetem a diversas instituições em troca de favores, de acesso a determinados espaços e cursos para comunidade, projetos sociais, buscando assim fazer algo pelo bairro. Para ilustrar esse pensamento, basta analisarmos a fala do presidente da União de Moradores:

A nossa realidade é muito difícil, pois somos o tempo todo usados como massa de manobra do poder público, chamados apenas para assistir a apresentação dos projetos que eles não nos chamam para elaborar, para tirar foto e assinar documentos para dizer que há participação social, gestão compartilhada. Mas disso tudo nós buscamos tirar algum proveito disso também, pessoal?- não! Aqui é um toma lá, dá cá! Meu prazer pessoal é minha vaidade intelectual, eu saber que estou fazendo alguma coisa pela cultura e pela comunidade. Nunca fui emprego público, sempre trabalhei por conta própria, de forma digna. A comunidade quer ganhar alguma coisa, se inserir no turismo, mesmo que seja sazonal. (Presidente da União de Moradores do Centro Histórico).

O contexto social do centro histórico, em especial o bairro do Desterro, por abrigar um considerável contingente populacional, é de ingerências por parte da gestão pública do patrimônio, ausência de diálogos que possam mediar os conflitos entre os interesses populares e do poder público e falta de unidade e organização política efetiva por parte das diversas entidades que reclamam todas para si a responsabilidade de representar as pessoas que moram no centro histórico de São Luís, restando poucas perspectivas de qualidade de vida às pessoas que moram no centro histórico local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Toda a discussão atual sobre educação patrimonial no Brasil tem girado em torno da necessidade do cumprimento do direito constitucional de tornar a sociedade parceira na gestão do patrimônio cultural, inaugurando em princípio, uma gestão pública compartilhada dos bens nacionais patrimonializados.

O IPHAN, nos últimos anos, tem trabalhado com a noção que a comunidade deve ser a guardiã do patrimônio cultural nacional, recuperando assim parte do pensamento de Aloísio Magalhães (1997), ex-diretor nacional daquela instituição. Como se sabe, A. Magalhães defendia que era preciso romper com a tradição da política de preservação da fase heróica da “pedra e cal”, predominante na instituição por várias décadas, e enfim discutir o patrimônio com a sociedade, dando a ela um status de cidadania viva capaz de promover o entendimento o valor de cada bem tombado, tornando-a guardiã de seu próprio patrimônio.

O projeto de Aloísio Magalhães, apesar de constituir uma importante virada conceitual em termos de políticas públicas de patrimônio, sofreu diversas dificuldades de implantação, especialmente pela morte súbita de seu protagonista maior. Apesar de muitos considerarem sua proposta uma prática patrimonial utopística, pois almejava tornar o patrimônio cultural brasileiro significativo a toda sociedade, obteve sucessos marcantes na Constituinte de 1988.

Cabe ressaltar que, no que tange mais particularmente a produção de consensos em torno das políticas de preservação, é preciso que se diga que sempre existiram discursos contrários, sendo que o consenso de preservação foi produzido e estabelecido social e historicamente, muito recentemente no país, e mais particularmente na sociedade maranhense, como se viu nessa pesquisa. Desse modo, compreende-se que a ideia de patrimônio não consiste em dom ou herança na qual todos têm o dever de preservar, sem promover a crítica e contestação.

Em meio ao cenário preservacionista nacional existem diversos atores sociais considerados “analfabetos culturais” por, segundo a retórica da preservação, serem incapazes de compreender o valor conferido política e tecnicamente ao patrimônio. Todavia, de forma contraditória e paradoxal, muitas dessas pessoas foram sujeitos responsáveis por manter o casario colonial nacional de pé, já que as elites herdeiras do passado colonial escravocrata

brasileiro abandonaram grande parte desses casarões tombados, indo à busca dos recém-surgidos padrões modernos de vida.

No contexto de São Luís/MA, o conjunto de políticas públicas de preservação, iniciado em São Luís na década de 1980, foi basicamente implantado durante a vigência de governos oligárquicos, interessados politicamente na gestão da memória social, o que acabou por restringir a política de preservação no Maranhão a investimentos monumentais por parte de grupos políticos específicos, nas décadas de 1980 e 90, interessados na inserção do sítio patrimonial local no mercado mundial de espaços turísticos, almejando dividendos políticos por meio da cultura.

O consenso produzido pelas políticas de preservação tem justificado gastos volumosos concentrados no centro histórico da cidade de São Luís sem, contudo, garantir o uso turístico de forma efetiva, e muito menos a permanência das pessoas que moram nessas áreas de intervenção há décadas; já que falta infraestrutura urbana capaz de manter e atrair pessoas para morar nos mais diversos casarões tombados e abandonados da cidade de São Luís.

Existe uma lógica patrimonial que vem sistematicamente sendo imposta aos indivíduos de forma imperativa, por meio de práticas intervencionistas, de modo a representar o que é memorável, ou seja, a memória oficial, unificando o sentido contemporaneamente atribuído à história para além de seu fim anunciado, sem garantir a participação social nas decisões e tão pouco os usos sociais do patrimônio.

A forma como a preservação tem sido conduzida no Brasil e no Maranhão é a mesma, isto é, marcada pela estetização, espetacularização, padronização dos espaços e expulsão dos moradores mais pobres para esses espaços serem “reparados” e “preparados” para o recebimento de novas funções, geralmente elitizadas e ligadas ao turismo, assim como para receber moradores mais abastados. No caso de São Luís, tem se resumido a um movimento tímido de estrangeiros que têm comprado a preços relativamente baratos diversos casarões para alocarem bares, pousadas, pizzarias, padarias, hotéis e outros investimentos privados ligados ao turismo, em meio a um cenário desolador de esvaziamento urbano, no qual as políticas de preservação têm provocado mais a morte do que a revitalização do espaço urbano do centro histórico de São Luís.

A investigação sobre os programas de educação patrimonial no bairro do Desterro versou de modo a discutir e refletir a retórica da patrimonialização em São Luís/MA na busca pela compreensão da lógica preservacionista local, em meio a conflitos e enfrentamentos por

parte de instâncias sociais menos favorecidas e órgãos de preservação. O estudo objetivou perceber e discutir a natureza dos enfrentamentos, conflitos e imperativos na gestão patrimonial do centro histórico de São Luís, especialmente o bairro do Desterro, por caracterizar-se pelo uso predominantemente residencial.

Entendemos que para uma compreensão mais ampla e profunda acerca do consenso que legitima as políticas de preservação e os elevados gastos públicos para manter o funcionamento da lógica atual de preservação pautada na revitalização para o turismo, funções públicas e lazer para as classes médias, bem como de alguns seguimentos sociais, como os intelectuais, técnicos do patrimônio, jovens acadêmicos, boêmios, nostálgicos e românticos, caberia uma pesquisa de opinião pública que pudesse medir estatística e quantitativamente o consenso estabelecido, mensurando o discurso de modo a traduzir em números e aceitação social das políticas de preservação. Mas entendendo que por se tratar de pesquisa de mestrado, na qual temos que obedecer a curtos prazos estabelecidos, deixa essa dimensão não abordada da pesquisa como proposta para futuro Doutorado.

Concluindo, percebemos a partir dos dados obtidos com a pesquisa, que a realidade social local revela um quadro preservacionista no qual as políticas públicas de patrimônio têm sido pautadas em práticas pouco participativas e democráticas, com ausência de instâncias mediadoras dos pontos de conflito, - como os conselhos de cultura -, entre setores comunitários e poder público, prevalecendo às grandes narrativas discursivas do patrimônio. Tais narrativas têm cultuado o monumento de pedra e cal, de viés elitista, em detrimento dos usos sociais do patrimônio, ou seja, das representações, temporalidades e necessidades imediatas das pessoas que moram ou fazem algum tipo de uso cotidiano do centro histórico de São Luís - MA.

REFERÊNCIAS

ABANDONADO, Pelourinho (BA) vê comércio local em crise e fuga de turistas. Disponível em <http://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 15 Fev. 2011.

A FONTE do Ribeirão volta a ser ocupada nesta sexta-feira, a partir das 17h30. Em mais um ato simbólico e pela cidadania, intitulado “Sarau e Varal”. Disponível em: <<http://colunas.imirante.com/platb/pedrosobrinho/category/fonte-do-ribeirao/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Ed. Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas - FUA, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. *A implementação do PPRCHSL*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

AVESSO. Entrevista com Kátia Bogéa. 2012. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 24 Out. de 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto promulgado em de 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília, DF: Senado, 2006.

_____. *Reabilitação de Centros Urbanos*. Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005.

_____. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2011.

_____. *Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BHABHA, Homi. *O terceiro espaço*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, p. 35-41, 1996. Entrevista concedida a Jonathan Rutherford.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. *A genealogia do patrimônio em São Luís: da Atenas à capital da diversidade*, 2009. Tese (Doutorado) - Programa Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp, Araraquara, 2009.

CENTRO Histórico será polo de turismo cultural. O Estado do Maranhão, São Luís, 7 dez. 1997.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. São Luís: EDUFMA, 2003.

_____. *Patrimônios bioculturais*. São Luís: EDUFMA/Núcleo de Humanidades, 2008.

_____. *Novos patrimônios e novos museus: vocação museológica dos tombamentos etnográficos*. Revista Pós-Ciências Sociais, São Luís, v. 4, n. 7, jan./jun. 2007.

COSTA, Carolina. Turista enfrenta 'via-crúsis' e abandono na capital do Maranhão. Folha.com. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/turismo, acesso em: 15 fev. 2011.

CHAVES, César Roberto Castro. *Análise do discurso das políticas de preservação do centro histórico de São Luís de 1979 a 1997*. Monografia (Graduação) - Curso de Turismo. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2008.

CHOAY, Francois. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

DÁVILA, Sérgio. Morar mundo: o homem que retalhou NY. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/morar2/rf3003200701.shtml>. Acesso em: 16. Mar. 2011.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Trad. S. Vieira e L. C. Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Editora Boitempo, 1997.

EM MEIO ao abandono, estrangeiros reformam casarões de São Luís. Jornal Pequeno Online, São Luís, 23 set. 2011. Disponível em: <www.jornalpequeno.com.br>. Acesso em: 15 maio 2012.

EU TENHO orgulho de São Luís. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 19 dez. 1997.

FERNANDES, José Ricardo Oria. *Educação patrimonial: uma proposta alternativa para o ensino de história*. In: Revista Brasileira de História 25/26. Memória, história, Historiografia - Dossiê ensino de história. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 13, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc - IPHAN, 2005.

GAMA, Aliny. Falta de manutenção ameaça patrimônio no centro de São Luís; 70 casarões podem desabar. Disponível em: <noticias.uol.com.br/cotidiano>. Acesso em: 10 jan. 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving: *Stigma*. New York: Simon/Schuster, 1986.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-27, 1988.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc / IPHAN, 1996.

_____. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun., 2005.

GUEDES, Klaútenys Dellene Barros. *Políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís. 2001*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais*. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br>. Acesso em: 10 de fev de 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

ICOMOS. *Carta de Atenas*. Atenas, 1933.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza, 1964.

ICOMOS. *Carta do turismo cultural*. Bruxelas, 1976.

IEPHA - MG. *Manual de diretrizes para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte, 2009.

IPHAN - MA. *Centro Histórico de São Luís Patrimônio Mundial*. São Luís, 2005.

_____. *Educação Patrimonial*. Disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 10 mar. 2012.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

_____. *Memória viva*. Entrevista concedida à Folha após palestra ministrada na UFRJ em 2007. Disponível em: < www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 10 fev. 2011.

JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006.

LEITE, Rogério Proença (Org.). *Cultura e vida urbana*. São Cristovão: UFC, 2008.

_____. *Contra usos da cidade*. São Paulo: UNICAMP, 2004.

LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; CANÁRIO, Zulmira (Org.). *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

MARANHÃO. Governo do Estado. Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO. São Luís, 1997. (2ª versão).

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea: entre a tábula rasa e a preservação*. São Paulo: UNESP, 2004.

MPF move ações contra abandono de imóveis tombados em São Luís; turistas estrangeiros compram e abandonam casarões no Centro Histórico. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/04/mpf-move-acoes-contrabandono-de-imoveis-tombados-em-sao-luis.html>>. Acesso em: 15 maio 2012.

NOVA, Luiz Henrique Sá da. *Da cultura como mercadoria, ao consumo como prática cultural*. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, Salvador, v.1, n. 1, 2007.

OEA. *Norma de Quito*. Quito, 1967.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PREFEITO lança projeto Cores de São Luís no aniversário da cidade. Disponível em: http://www.saoluis.ma.gov.br/semgov/frmNoticiaDetalhe.aspx?id_noticia=1114. Acesso em: 20 de jul. 2012.

PROFESSOR da UFMA acusa IPHAN de se apropriar de nome de projeto cultural. Disponível em: www.jornalpequeno.com.br/2009/1/25/Pagina97244.htm. Acesso em: 10 out. de 2011.

PROJETO Teatro das Memórias IPHAN. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 25 Out. de 2012.

RUBINO, Silvana. *Nem findas nem lindas*. In. Cultura e vida urbana. São Cristovão: UFC, 2008.

SÃO LUÍS. *Desterro*: um bairro além dos mapas. 2005a.

SÃO LUÍS. *Programa de revitalização do centro histórico de São Luís*: Diagnóstico dos aspectos culturais do Centro Histórico. 2007b.

SÃO LUÍS nos roteiros dos transatlânticos. O Estado do Maranhão, São Luís, 6 fev. 1981.

SÃO LUÍS ganhará mais obras. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 12 dez. 1997.

SILVA, João Ricardo Costa. *A construção do patrimônio*: a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SIMMEL, George. *Questões elementares de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOARES, Enne Moreira Lima. *Educação patrimonial no centro Histórico de São Luís*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

UFBA se despede de Vivaldo da Costa Lima. Disponível em: <<https://www.ufba.br/noticias/ufba-se-despede-de-vivaldo-da-costa-lima>>. Acesso em: 10 maio 2012.

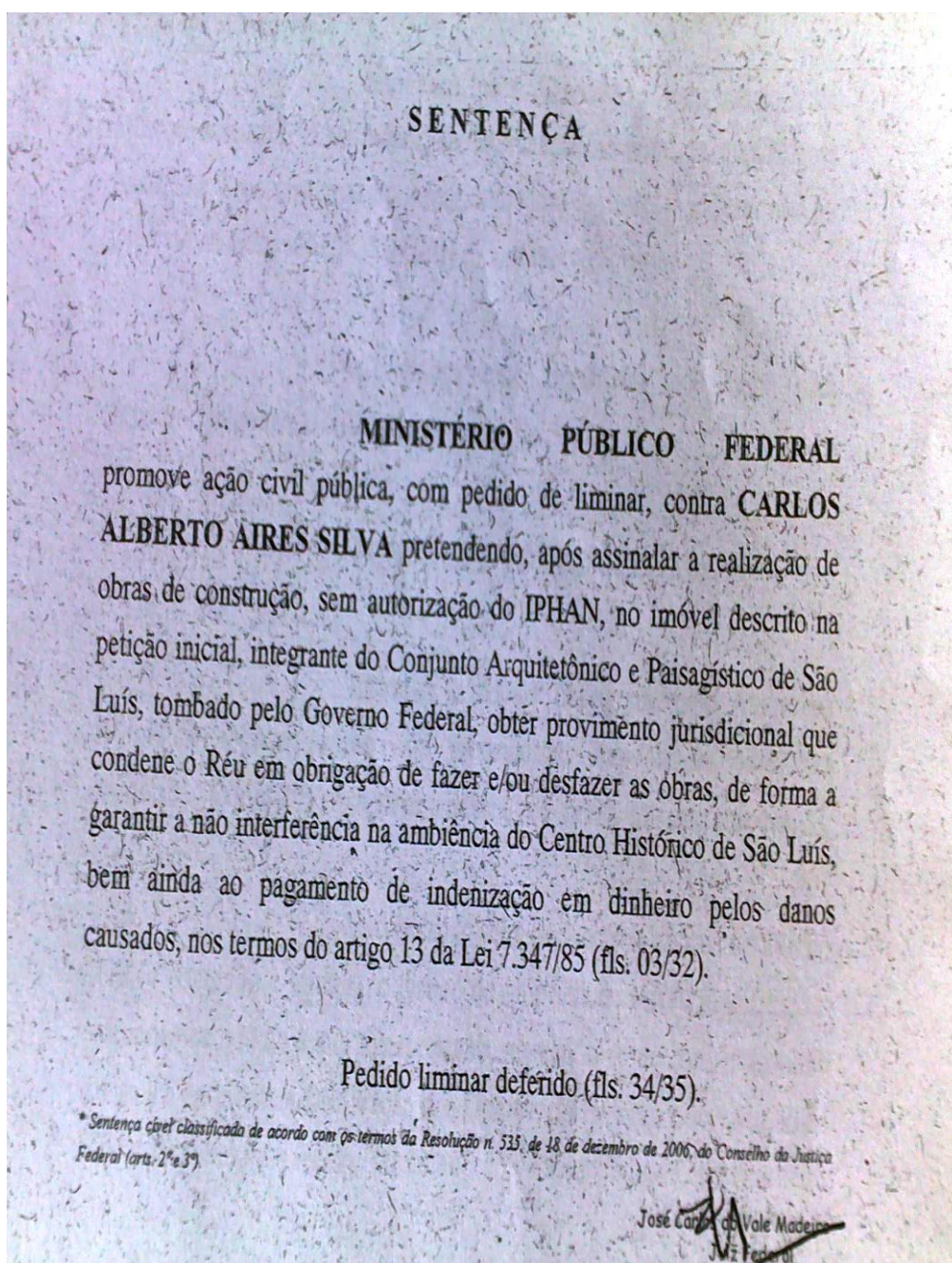
ANEXOS

ANEXO 1: Sentença judicial contra morador do Desterro.

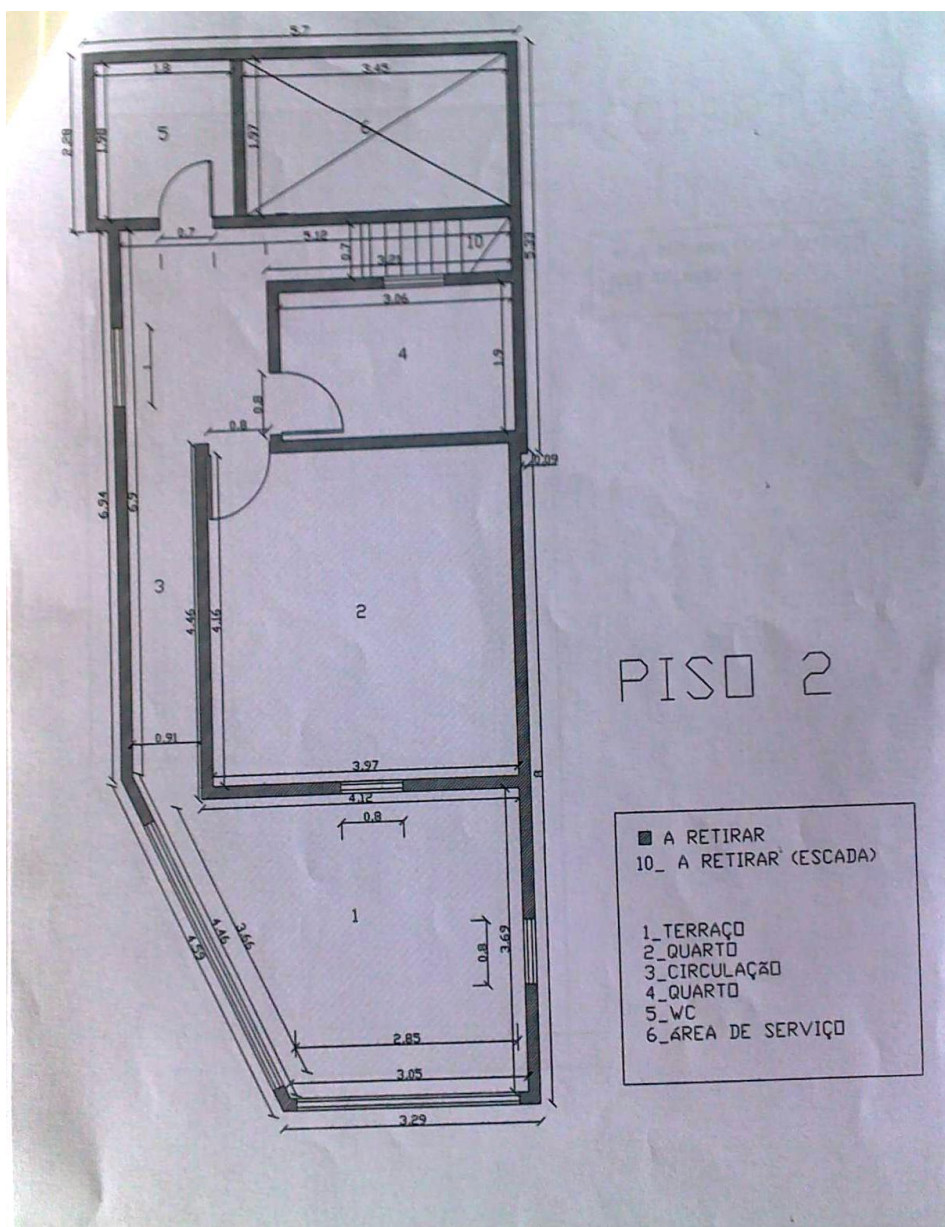
ANEXO 2: Planta baixa do imóvel a ser derrubado por decisão judicial no bairro do Desterro.

ANEXO 3: Planta do segundo andar (a ser retirado) do imóvel a ser derrubado por decisão judicial no bairro do Desterro.

ANEXO 4: Planta do teclado (como deverá ser) do imóvel a ser derrubado por decisão judicial no bairro do Desterro.

ANEXO 1: Sentença judicial contra morador do Desterro.

ANEXO 3: Planta do segundo andar (a ser retirado) do imóvel a ser derrubado por decisão judicial no bairro do Desterro.



ANEXO 4: Planta do teclado (como deverá ser) do imóvel a ser derrubado por decisão judicial no bairro do Desterro.

